



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

VICENTE ANDRÉ FÉRRER FURTADO

O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE URBANO RIO BRANCO
FORTALEZA – CE: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES.

MOSSORÓ
2025

VICENTE ANDRÉ FÉRRER FURTADO

**O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE URBANO RIO BRANCO
FORTALEZA – CE: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Paisagens Naturais e Meio Ambiente.

Área de concentração: Paisagens Naturais e Meio Ambiente.

Linha de Pesquisa II: Estudos socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho

MOSSORÓ/RN

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

F385p Férrer Furtado, Vicente André
 O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE
 URBANO RIO BRANCO FORTALEZA CE LIMITAÇÕES E
 POTENCIALIDADES.. / Vicente André Férrer Furtado. -
 Mossoró, 2025.
 133p.

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós- Graduação em
Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação em Geografia. I. Carvalho,
Rodrigo Guimarães de. II. Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

**O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE URBANO RIO BRANCO
FORTALEZA – CE: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Paisagens Naturais e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho

Aprovada em: 24/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho (Examinador interno)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Dr. Marco Lunardi Escobar (Examinador interno)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGEO/UERN)

Profa. Dra. Anna Emília Maciel Barbosa

Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (Avaliador Externa – SMEF)

Profa. Dra. Ramiro Gustavo Valera Camacho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Suplente Interno-PPGEO/UERN)

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva

Universidade Federal do Ceará (Suplente Externo – UFC)

MOSSORÓ/RN

2025

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço a DEUS que torna tudo possível.

A meus pais Vicente Furtado Gonçalves (in memorian) e Maria Lucy de Sousa Férrer Furtado (in memorian).

Um agradecimento especial à minha esposa Solange que sonhou e sonha comigo desde o início de nosso relacionamento, sem seu apoio e amor, não teria iniciado nada, ela que sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir meus sonhos. Sua compreensão e amor foram essenciais para que eu pudesse dedicar-me a este projeto.

A minha filha Lucy que me faz seguir em frente, (pra frente eu vou, sigo enfrentando a onda aonde muita gente naufragou).

A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza que me cedeu tempo para realizar todo o estudo para o processo de pesquisa e construção deste trabalho.

Ao meu orientador, Rodrigo Guimarães de Carvalho, por sua orientação, paciência e apoio incondicional ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Sua expertise e conselhos foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, Anna Emília Maciel e Marco Lunar de Escobar, por suas valiosas contribuições e sugestões que enriqueceram este trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio Grande Norte, por me proporcionar mediante o tempo distante da Universidade, a participação em cursos, eventos, palestras e disciplinas, que colaboraram para construção do trabalho.

Aos meus colegas e amigos, tentando fazer um cronograma desde do início da pesquisa até o final, não por importância, pois todos estiveram e estão presentes não só na ajuda do caminhar da pesquisa acadêmica, mas em minha vida, Ana Carla de Queiroz Paiva (Carlinha), que me incentivou a tentar a seleção do mestrado na criação e desenvolvimento da pesquisa, Lusía Martins de Araujo (sim a Única com S), meu banco de dados e amiga inseparável desde da nossa entrada na Universidade Estadual do Ceará, ao meu

tradutor e Gentleman, Fernando Gomes de Brito Filho, ao Alan Bezerra Torres nas contribuições iniciais da pesquisa, a Diêgo Ezaú Pereira de Araujo, meu primeiro contato dentro do programa ,que tornou-se minha bússola e um amigo muito querido.

Ao Aldemir e sua esposa Lucia do movimento Proparque, por fornecer informações imprescindíveis ao trabalho, a todas as pessoas que entrevistei ao longo da pesquisa.

As pessoas dos diversos órgãos municipais ou estaduais fornecedores de diversos dados utilizados.

Ao Victor Bezerra Quaresma, meu amigo de UECE e de banda de rock, pelos dados fornecidos que deram grande ajuda no desenvolvimento da pesquisa.

A Sheila Nolasco a amiga multimídia, ao Dennis meu paciente TI, criador de gráficos, ao Emanuelton Antony pela paciência e sua ajuda primordial, ao professor Bruno pelas correções na língua inglesa a todos os colegas do programa agradeço pela camaradagem, e pelas viagens de campo maravilhosas, pelas trocas de ideias e pelo suporte emocional durante os momentos desafiadores

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada apoio foi importante e é com gratidão que dedico esta dissertação a todos vocês.

EPÍGRAFE

**As brigas que ganhei
Nem um troféu
Como lembrança
Pra casa eu levei
As brigas que perdi
Estas sim
Eu nunca esqueci
Eu nunca esqueci
(Fernanda Takai).**

RESUMO

Na Metrópole de Fortaleza, no Bairro Joaquim Távora, é apresentado o Parque Urbano Rio Branco, espaço verde da Cidade de Fortaleza que corrobora na interação entre sociedade e natureza na urbe fortalezense. Criado em 1976, o espaço também é uma área de Zona de Preservação Paisagística, e locus atuação do movimento ambientalista de Fortaleza através do Movimento Proparque. Todavia, apesar da importância deste espaço verde e de sua gestão feita pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, o parque passou por processo de abandono e danificação de sua infraestrutura, afastando assim a população. Desta forma, com o processo de requalificação deste parque urbano no ano de 2024, o Parque Urbano Rio Branco, retoma sua interação junto a sociedade e ganha uma nova infraestrutura interna convidativa para população fortalezense, contudo, mesmo após a reforma algumas questões são apontadas seja pelo Movimento Proparque e pela população. Assim, a questão norteadora desta pesquisa é: Qual a importância do Parque Urbano Rio Branco como espaço verde da Cidade no modo de vida da população do Bairro Joaquim Távora? Dito isto, o objetivo geral da pesquisa é analisar processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco. Já como específicos: Resgatar o processo histórico de formação e requalificação do Parque Urbano Rio Branco; Investigar a influência das áreas verdes no espaço urbano; Verificar os usos e a influência do Parque Urbano Rio Branco na produção socioespacial, potencialidades e limitações. No aspecto metodológico é uma pesquisa do tipo qualiquantitativa do tipo estudo de caso exploratória, para isso, foram adotados os seguintes passos metodológicos que contribuem com o processo de pesquisas a) levantamento bibliográfico e documental; b) elaboração de hemeroteca temática; c) elaboração de mapas; d) criação de formulário virtual; e) construção de gráficos e f) trabalho de campo. Destaco os seguintes autores como fundamentais para o trabalho em apreciação: Nucci (2001;2007); Nottingham (2006); Lima e Amorim (2006); Macedo (2009); Da Silva Costa (2012); Oliveira (2021); Russo (2021) e Guimaraes de Carvalho (2022; 2024). Assim o presente trabalho se justifica mediante a importância de analisar as políticas públicas de requalificação dos espaços verdes de Fortaleza. Por fim, podemos trazer e contribuir junto a Ciência Geográfica, o quanto os parques urbanos são locus que para além da manutenção da biodiversidade local, amenização dos problemas ambientais e qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVES: Parque Urbano Rio Branco, Requalificação, Áreas verdes urbanas, Parque Urbano.

ABSTRACT

In the Metropolis of Fortaleza, in the Joaquim Távora neighborhood, the Rio Branco Urban Park is presented, a green space in the City of Fortaleza that corroborates the interaction between society and nature in the city of Fortaleza. Created in 1976, the space is also an area of Landscape Preservation Zone, and locus action of the environmental movement of Fortaleza through the Proparque Movement. However, despite the importance of this green space and its management by the City Hall of Fortaleza, the park went through a process of abandonment and damage to its infrastructure, thus driving the population away. In this way, with the requalification process of this urban park in the year 2024, the Rio Branco Urban Park resumes its interaction with society and gains a new internal infrastructure inviting to the population of Fortaleza, however, even after the renovation some issues are pointed out either by the Proparque Movement and by the population. Thus, the guiding question of this research is: What is the importance of the Rio Branco Urban Park as a green space in the City in the way of life of the population of the Joaquim Távora neighborhood? That said, the general objective of the research is to analyze the requalification process of the Rio Branco Urban Park. As specific: Rescue the historical process of formation and requalification of the Rio Branco Urban Park; Investigate the influence of green areas on urban space; To verify the uses and influence of the Rio Branco Urban Park on socio-spatial production, potentialities and limitations. In the methodological aspect, it is a qualitative-quantitative research of the exploratory case study type, for this, the following methodological steps were adopted that contribute to the research process: a) bibliographic and documentary survey; b) elaboration of a thematic newspaper library; c) preparation of maps; d) creation of a virtual form; e) construction of graphs and f) fieldwork. I highlight the following authors as fundamental to the work under consideration: Nucci (2001; 2007); Nottingham (2006); Lima and Amorim (2006); Macedo (2009); Da Silva Costa (2012); Oliveira (2021); Russo (2021) and Guimarães de Carvalho (2022; 2024). Thus, the present work is justified by the importance of analyzing the public policies for the requalification of green spaces in Fortaleza. Finally, we can bring and contribute to Geographic Science, how much urban parks are a locus that, in addition to maintaining local biodiversity, mitigating environmental problems and quality of life of the population

.KEYWORDS: Rio Branco Urban Park, Requalification, Urban green areas, Urban Park.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização do Parque Urbano Rio Branco.....	27
Figura 2	Parque Municipais de Fortaleza.....	33
Figura 3	Registro do Riacho Rio Branco	34
Figura 4	Zonas de Proteção ambiental da Cidade de Fortaleza.....	35
Figura 5	Imagens áreas do Parque Urbano Rio Branco.....	39
Figura 6	Registro de obras inacabadas do Parque Urbano Rio Branco em 1998.....	41
Figura 7	Atuação do Movimento Proparque.....	45
Figura 8	Movimento Proparque nas redes sociais	46
Figura 9	Entrada Principal do Parque Urbano Rio Branco	60
Figura 10	Obras de Requalificação do Parque Urbano Rio Branco	61
Figura 11	Divulgação da Reinauguração do Parque Urbano Rio Branco	62
Figura 12	Entradas principais do Parque Urbano Rio Branco.....	62
Figura 13	Mapa de Localização do Parque Urbano Rio Branco para usuários do espaço.....	63
Figura 14	Feira Arretada.....	64
Figura 15	Projeto Leitura na Praça e Piquenique do Proparque.....	65
Figura 16	Areninha do Parque Urbano Rio Branco.....	66
Figura 17	Nova Infraestrutura para prática de corrida, caminhada e ócio do Parque Urbano Rio Branco	75
Figura 18	Entulhos da obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco.....	76
Figura 19	Espaços de lazer, ócio e esportes físicos no Parque Urbano Rio Branco.....	77
Figura 20	Uso de folhas das árvores para proteção do solo no Parque Urbano Rio Branco.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

	Quais melhorias estruturais são necessárias no Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 1	.	68
	Mudanças necessárias no Parque Urbano Rio Branco?	
Gráfico 2		69
	Acesso à informação sobre a reforma do Parque Urbano Rio Branco	
Gráfico 3		69
	Ter um parque urbano próximo sua residência foi importante para escolha do Bairro Joaquim Távora.....	
Gráfico 4		70
	Qual sua opinião sobre a privatização de serviços do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 5	.	71
	O Parque Urbano Rio Urbano Branco é diferente dos demais Parques da Cidade de Fortaleza	
Gráfico 6		72
	Benefícios a saúde que o Parque Urbano Rio Branco proporciona a saúde de seus usuários	
Gráfico 7		72
	Principal motivo de utilização do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 8	.	73
	Existe várias espécies de animais e plantas no Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 9	.	74
	Escolaridade de pessoas que utilizam o Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 10	.	84
	Faixa etária dos usuários do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 11	.	84

	Ocupação das pessoas que usufruem do espaço verde do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 12	.	85
	Distância dos usuários do Parque Urbano Rio Branco de sua moradia até o espaço.....	
Gráfico 13		86
	Importância das áreas verdes para saúde.....	
Gráfico 14		86
	Importância das áreas verdes para saúde.....	
Gráfico 15		87
	Fatores importantes para uso do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 16	.	88
	O fechamento do Parque Urbano Rio Branco para obras de requalificação prejudicou sua saúde.....	
Gráfico 17		88
	Critérios de escolha de áreas verde pela população.....	
Gráfico 18		89
	Infraestrutura do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 19	.	89
	Visitação do Parque Urbano Rio Branco antes da obra de requalificação.....	
Gráfico 20		90
	Visitação do Parque Urbano Rio Branco pós-período de requalificação do espaço.....	
Gráfico 21		91
	Percepção dos frequentadores do Parque Urbano Rio Branco sobre sua obra de requalificação.....	
Gráfico 22		91
	Percepção da população da Obra de Requalificação do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 23	.	92
	Mudanças identificadas na Obra de Requalificação do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 24	.	93
	Quais melhorias ainda faltam para os visitantes do Parque Urbano Rio Branco.....	
Gráfico 25	.	93

Gráfico 26	Visitação de outros espaços verdes da Cidade de Fortaleza com o fechamento do Parque Urbano Rio Branco pra obras de requalificação.....	94
Gráfico 27	Outros espaços verdes de Fortaleza visitados por usuários do Parque Urbano Rio Branco durante o processo de requalificação do espaço.....	95
Gráfico 28	Informações dos instrumentos oferecidos pelo Parque Urbano Rio Branco.....	95

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Espécies vegetais presentes no Parque Urbano Rio Branco	36
Tabela 2	Espécies de animais encontradas no Parque Urbano Rio Branco.....	37

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Aproximações conceituais e analíticas de estudos internacionais de áreas verdes nos centros urbanos.....	52
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMC	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
APP	Área de Preservação Permanente
CEDEP	Centro Educacional de Desenvolvimento Profissional
CF88	Constituição Federal
EREGENE	Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Nordeste
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro Meio Ambiente
PDPFor	Plano Diretor Participativo
PLCA	Plano Local de Ação Climática
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
SEINF	Secretaria Municipal de Infraestrutura de Fortaleza
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima
SESEC	Secretaria Municipal da Segurança Cidadã
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SOCEMA	Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente
UFC	Universidade Federal do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
UC	Unidade de Conservação
UVA	Universidade Vale do Acaraú
ZPA	Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	PARQUE URBANO RIO BRANCO: HISTÓRIA e CARACTERÍSTICAS	27
2.1	O Movimento Proparque	36
2.1.1	<i>As Áreas Verdes.....</i>	48
2.1.1.1	A Ecologia urbana.....	55
2.1.1.1.1	<i>Processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco.....</i>	59
3	PARQUE URBANO RIO BRANCO: USOS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES.....	68
3.1	Questões do Movimento Próparque pós-obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco.....	79
3.1.1	<i>Dados sobre os motivos da utilização do Parque Urbano Rio Branco pela População pós-período de requalificação.....</i>	83
	CONCLUSÃO.....	97
	REFERÊNCIAS.....	99
	APÊNDICE A.....	99
	APÊNDICE B.....	106
	APÊNDICE C.....	107
	ANEXO A.....	109
	ANEXO B.....	110
	ANEXO C.....	112
	ANEXO D.....	115
	ANEXO E.....	116
	ANEXO F.....	117
	ANEXO G.....	118
	ANEXO H.....	121

1. INTRODUÇÃO

A construção do espaço geográfico reflete o resultado das relações sociais que efetivamente o produz, é um processo de produção social permanente. As intervenções realizadas pelo ser humano vão descaracterizando o espaço, modificando assim o meio ambiente mediante alterações na dinâmica do relevo, do solo, da vegetação, dos recursos hídricos, conforme as necessidades e interesses dos seres humanos e de acordo com o paradigma vigente.

Logo, o meio ambiente corresponde à natureza e as obras e ações humanas, englobando os elementos naturais: rochas, gases atmosféricos, água, solos, ecossistemas, espécimes animais (incluindo o homem), vegetais e outras formas de vida, juntamente com os objetos técnicos que são produtos da técnica e do conhecimento racional do ser humano (Santo, 2014). Portanto, o meio ambiente é resultado da coexistência entre elementos naturais e antrópicos, sendo que este último, por meio do domínio da técnica e tecnologia, vem produzindo uma “*Revolução Técnico-Científica-Informacional*” Santos (1997).

Desse modo, as transformações no espaço do globo terrestre ocorrem no planeta como um todo, de diferentes formas e escalas, por exemplo, no espaço urbano das cidades, que vão ganhando contornos, formas e estruturas características do espaço urbano. Todavia, para além dos conjuntos de objetos que (re)produzem o espaço, é importante salientar que os espaços verdes das cidades, a exemplo dos parques urbanos, também fazem parte da de sua morfologia, locais estes de importância para interação entre sociedade e natureza, uma vez que: “O homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao colocar o projeto de dominação da natureza” (Porto Gonçalves, 2016, p. 9). Portanto, a dinâmica de crescimento da degradação ambiental planetária, acelerada no século XX, impõe ao século XXI a urgência de políticas públicas ambientais, entre as quais, a criação, implementação e gestão de áreas verdes urbanas torna-se fundamental para oportunizar espaços restauradores (Gressler; Günther, 2013), que possibilitem uma reconexão da sociedade com a natureza, além da prática de atividades físicas e de lazer (Carvalho *et al.*, 2022).

A Cidade de Fortaleza, é uma Metrópole Brasileira do tipo (1C)¹ e conforme o último

¹ hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrópoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma

censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, possui uma população no total de 2.428.708 e densidade demográfica de 7.775,52 hab/km² sendo a quarta maior capital do país em números populacionais. Logo no intraurbano da capital cearense, “Fortaleza configura-se como uma cidade que vem registrando nos últimos anos expressivo adensamento urbano, fato que se reflete no aumento do número de construções e consequente redução de vegetação.” (Alvarenga e Sales, 2014, p.356). Dessa Maneira, “o planejamento de cidades deve impulsionar o aproveitamento de áreas vegetadas, de acordo com as características ambientais de cada sítio urbano e/ou restaurar ecossistemas a fim de oferecer espaços para que a sociedade possa ter contato com a natureza” (Carvalho *et al*, 2024 p.2).

Logo, nas cidades de diferentes portes, sejam pequenas, médias ou grandes, podemos observar uma infinidade de problemas, que vão aparecendo e se ampliando de acordo com o aumento de sua estrutura física, conforme sua expansão ocorre, os problemas relacionados a obras de infraestrutura, moradias, equipamentos urbanos e de serviços sociais vão também se ampliando. Há nas cidades diferentes espaços como os de produção, de circulação e de criação, há também a necessidade da existência de áreas de lazer e preservação ambiental, e nestas, problemas também são encontrados, que não são de fácil resolução e que necessitam de um olhar mais atento, de quem administra a cidade. Desta forma, os parques urbanos, são espaços verdes das cidades que corroboram com a preservação da biodiversidade local, uma vez que possuem relevância ambiental, são importantes do ponto de vista ecológico, estético e de lazer para com a população (Nucci, 2001; Mascaró, 2002).

Desse modo, no tocante sobre o crescimento urbano e populacional de Fortaleza e a importâncias dos Parques Urbanos, Alves, (2013 p.55), salienta que na capital cearense:

O crescimento súbito da cidade a partir da década de 70 restringiu substantivamente a destinação de áreas verdes públicas que contemplam espaços de lazer, esporte e praças de convivência, o que certamente tornaria a cidade mais saudável. É questão recorrente a necessidade de políticas públicas para revitalização e criação de novos equipamentos urbanos com a tipologia de parques condizentes a uma urbe com mais de 2,5 milhões de habitantes.

Assim, frente a seu contingente populacional e crescimento urbano da metrópole fortalezense, os parques urbanos contribuem com a qualidade de vida da população e favorecem a manutenção da fauna e flora local. A Cidade de Fortaleza apresenta o total de “27 parques urbanos municipais, 18 deles são urbanizados, ou têm ao menos trechos urbanizados”

Cidade para fins de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem (IBGE, 2018).

(Nascimento 2022)². Para Loboda e De Angelis, 2005, p.131, “as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem-estar da população, pois influenciam diretamente a saúde física e mental da população”, gerando assim uma possibilidade de área de grande atrativo cênico e natural, onde a natureza não modificada é elemento constitutivo de uma moradia única e exclusiva, o aspecto natural por si só se, torna o maior atrativo.

Nesse contexto, conforme Macedo (2010) e Russo (2021), os Parques Urbanos, são espaços delimitados pelo ser humano, parcialmente edificados, com elementos da fauna e flora que proporcionam múltiplas funções para o equilíbrio ambiental das cidades. Assim, na interação entre sociedade e natureza, os parques urbanos são primordiais para prática da recreação, composição paisagística, conforto térmico, ócio, atividades culturais, esporte e a prestação de serviços, seja pelo poder público, empresas privadas ou por pequenos comerciantes presentes no envolto ou dentro destes espaços que aproveitam a movimentação de transeuntes como fonte de renda e formação de parcerias público privada quando se trata de empresas especializadas que atuam nestes espaços.

Assim, na Metrópole de Fortaleza, no Bairro Joaquim Távora, é apresentado o Parque urbano Rio Branco, como um importante espaço verde da Cidade de Fortaleza que corrobora na interação entre sociedade e natureza na urbe. O Parque possui uma área de 7.708.950 m², foi criado mediante o decreto municipal Nº 4628, de 30 de janeiro de 1976 (Fortaleza,2020), tendo sido publicado no Diário Oficial do Município de 19 de fevereiro de 1976 “como área de utilidade pública para fins de desapropriação e destinada à Zona de Preservação Paisagística ZE-3”(Alves 2013, p.127). Todavia, conforme Paulino (2024) “o decreto de desapropriação para construção só veio em 1992. A denominação como Parque Urbano Rio Branco, por sua vez, só ocorreu em 2014.”³

O presente trabalho se justifica mediante a importância políticas públicas que potencializem a criação e requalificação destes espaços, pois são lócus de manutenção da biodiversidade local e funcionam como espaços que suprem as necessidades dos seus frequentadores e comunidade em geral no que cerne ao ócio ou práticas de lazer. Assim, a implantação das mesmas é de relevante importância na promoção da saúde e qualidade de

² NASCIMENTO Thatiany. Meio ambiente, estética e lazer: como os 27 parques urbanos de Fortaleza impactam a rotina da cidade. **DIÁRIO DO NORDESTE**, Fortaleza, 2022. Disponível em:< <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/meio-ambiente-estetica-e-lazer-como-os-27-parques-urbanos-de-fortaleza-impactam-a-rotina-da-cidade-1.3220506>>. Acesso em julho de 2024.

³ PAULINO, Nicolas. Área verde de quase 50 anos, Parque Rio Branco tem entrega de obra adiada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/area-verde-de-quase-50-anos-parque-rio-branco-tem-entrega-de-obra-adiada-1.3502573>. Acesso em agosto de 2024

vida de uma população” (Szeremeta; Zannin 2013, P.79).

Outrossim, a questão norteadora desta pesquisa é: O Parque Urbano Rio Branco vem desempenhando plenamente suas funções enquanto área verde urbana? Partindo dessa questão, pode-se gerar perguntas que devem ser respondidas com a pesquisa: o Parque Urbano Rio Branco apresenta características socioambientais que permitem enquadrá-lo como uma área verde? Como foi a história de implantação e uso do Parque Urbano Rio Branco ao longo de sua existência? Como o Parque Urbano Rio Branco impacta a vida da população do entorno e dos visitantes? Como foi o processo de requalificação do Parque?

Deste modo, o objetivo geral da pesquisa é analisar se o Parque Urbano Rio Branco vem desempenhando suas funções enquanto uma área verde urbana. Dentre os objetivos específicos tem-se:

- Analisar as características do Parque Urbano Rio Branco enquanto uma área verde urbana.
- Compreender a história de implementação do parque desde a sua criação;
- Analisar a importância do Parque para os visitantes e moradores do entorno;
- Avaliar o processo de requalificação do Parque e os resultados alcançados.

Nesta pesquisa qualiquantitativa do tipo estudo de caso exploratória, foram adotados os seguintes passos metodológicos que corroboram com o processo de pesquisas. Assim destacamos a revisão bibliográfica, a representação de dados secundários com aplicação de questionário online estruturado aplicados com moradores que residem circunvizinhos ao Parque Urbano Rio Branco no Bairro São João do Tauapé, a fim de compreender a realidade da dinâmica de frequentadores deste espaço em seu cotidiano vivido.

Nesse contexto, compreendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade do objeto de pesquisa. Logo, o caminho metodológico é de grande importância, uma vez que, representa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas Minayo (2001).

Desta forma, é uma pesquisa qualiquantitativa, pois é necessário responder questões particulares do Parque Urbano Rio Branco, através da quantificação de dados que demonstrem suas singularidades junto à população que frequentaram o local. Entretanto, são questões que trazem relações humanas neste espaço da Cidade de Fortaleza. Assim, não pode

ser resumido somente a números, pois, a ótica da pesquisa traz em seu bojo análises qualitativas sobre a importância desta área verde da urbe fortalezense, uma vez que, “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo, 2001, p.22).

Desse modo, a análise qualitativa corrobora para aprendermos sobre os diferentes significados que um objeto possui, através do contato direto do pesquisador (Minayo, 2012). Logo, Zanatta e Costa (2012, p.350) aponta que o: “[...] método qualitativo observa exatamente estas mudanças internas que ocorrem nos sujeitos-participantes da pesquisa” (Zanatta; Costa, 2012, p. 350). Desta forma, é doravante com a abordagem quantitativa, tendo em vista que será feita a análise de dados e gráficos, para descrever as questões qualitativas sobre o Parque Urbano Rio Branco.

Outrossim, o estudo de caso, conforme Yin (2001, p.32): “é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Logo, é um tipo de pesquisa caracterizada pela prática da descoberta, assim trazendo a aproximação do fato estudado junto ao pesquisador sobre o estudo de caso sobre as áreas verdes de Fortaleza, com ênfase no Parque Urbano Rio Branco.

De mesmo modo, essa pesquisa também é exploratória, uma vez que, o trabalho de campo na Ciência Geográfica, é um ponto fundamental para além de colocar a teoria em prática, corrobora para aproximar o pesquisador junto o espaço analisado, o Parque Urbano Rio Branco, pois os estudos exploratórios “[...] são desenvolvidos com o objetivo de proporcionar, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (Gil, 2008, p.27).

Dessa Maneira, as observações em campo proporcionam mais clareza e objetividade sobre o estudo de caso analisado, o que é doravante assim com a análise de dados qualiquantitativos perante a realidade espacial do Parque Urbano Rio Branco. Ademais, a metodologia da pesquisa passa pelos seguintes caminhos: a) levantamento bibliográfico e documental; b) elaboração de hemeroteca temática; c) elaboração de mapas; d) criação de formulário virtual; e) construção de gráficos e f) trabalho de campo.

Por fim, analisaremos estudos que façam uma análise sobre a área verde urbana e a sua influência na população que a utiliza. Esses dados foram adquiridos em várias secretarias da PMF, tais como Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA; Secretaria

Municipal da Segurança Cidadã –SESEC; Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR; Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; Instituto Brasileiro Meio Ambiente – IBAMA e Secretaria Municipal de Infraestrutura de Fortaleza – SEINF.

O levantamento bibliográfico e documental se deu a partir de dois eixos principais: as áreas verdes urbanas e os Parques urbanos. Desse modo, sendo necessário pesquisas em plataformas acadêmicas como Scopus, Periódicos Capes, Google Acadêmico, Academia, ResearchGate, dentre outras, com o objetivo organizar documentos, diagnósticos, livros, artigos, dissertações e teses que pudessem contribuir no desenvolvimento da investigação.

Destaco os seguintes autores como fundamentais para o trabalho em apreciação: Nucci (2001;2007); Nottingham (2006); Lima e Amorim (2006); Macedo (2009); Da Silva Costa (2012); Oliveira (2021); Russo (2021) e Guimaraes de Carvalho (2022; 2024)

Assim, a discussão teórica enfatiza as áreas verdes urbanas e os parques urbanos, como espaços das Cidades que corroboram com a diminuição da poluição, favorecem a fauna e flora presentes nos núcleos urbanos, são espaços de conforto térmico das cidades e são espaços que favorecem a prática do ócio e interação social junto à natureza.

Outrossim, o trabalho foi dividido para além da introdução o segundo capítulo Parque Urbano rio Branco: História e Características, terceiro capítulo Parque Urbano Rio Branco: Usos, potencialidade e limitação, conclusão e referências. Dito isto, no tópico a seguir abordaremos a história e características do Parque.

2. PARQUE URBANO RIO BRANCO: HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS

“[...] parque urbano é todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno” (Macedo e Sakata 2001, P. 14 e 15)

O Parque Urbano Rio Branco foi criado pelo Decreto Municipal nº 4628 de 30 de janeiro de 1976⁴, é uma importante área verde de Fortaleza sendo considerada uma Zona de Preservação Ambiental (ZPA)⁵ pelo fato do local ser a nascente do Riacho Branco, conforme a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) ⁶, sendo está a Lei nº 236/2017, atualizada em 28 de dezembro de 2020. A cidade de Fortaleza possui 4 ZPA: ZPA 1 – Faixa de Preservação Permanente dos Recursos Hídricos, ZPA 2 – Faixa de Praia, ZPA 3 – Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba e ZPA 4 – Dunas da Praia do Futuro/Cidade 2000, desse modo, o Parque Urbano Rio Branco adentra na categoria de ZPA1.

Atualmente o espaço passa por uma obra de requalificação provida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), com investimento de R\$ 4,8 milhões de reais, com previsão de entrega inicial em 14 de abril de 2024 (Paulino 2024)⁷. Todavia, houve atraso na obra sendo sua devolutiva para população fortalezense em setembro de 2024.

O Parque Urbano Rio Branco é localizado no Bairro Joaquim Távora, no quadrilátero formado ao Norte a rua Castro Alves; a Leste, a rua Capitão Gustavo; ao Sul com a Av. Pontes Vieira; e a Oeste com a Av. Visconde do Rio Branco conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Localização do Parque Urbano Rio Branco.

⁴ Presente no Anexo A deste trabalho

⁵ Os Parques que possuem recursos hídricos dentro da sua composição foram caracterizados como Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) – Faixa de Preservação Permanente dos Recursos Hídricos e aqueles que não possuíam receberam o zoneamento como Zona Ambiental de Desenvolvimento Sustentável. (FORTALEZA, 2014).

⁶ Art. 1. *Esta Lei Complementar regulamenta o parcelamento, o uso e a ocupação do solo, em conformidade com o zoneamento, os parâmetros urbanos e as disposições contidas na Lei Ordenamento Controle Complementar nº 062/2009* (Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDPFOR, 2017, p.19).

⁷ PAULINO, Nicolas. Área verde de quase 50 anos, Parque Rio Branco tem entrega de obra adiada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/area-verde-de-quase-50-anos-parque-rio-branco-tem-entrega-de-obra-adiada-1.3502573>. Acesso em agosto de 2024.



Fonte: SEUMA/ PMF (2020). Elaborado por MARTINS (2024). Adaptado pelo Autor (2024).

O Bairro Joaquim Távora é localizado na Regional II⁸ e Território 10⁹ da Cidade de Fortaleza e possui conforme o censo demográfico de 2022 um total de 20.749 moradores IBGE (2022). Desse modo, o Parque Urbano Rio Branco é um importante espaço de interação social e potencializador na relação sociedade e natureza para os moradores do Bairro Joaquim Távora, como também nos bairros limítrofes a esta área da Cidade de Fortaleza e demais localidades da Metrópole fortalezense.

Outrossim, apesar da criação do parque remeter ao ano de 1976, somente na década de 1990, o espaço que é regido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, obteve o seu Decreto de desapropriação para construção do parque: Nº 8960, de 06/11/1992¹⁰. Por fim, ocorreu o Decreto de alteração dos limites e denominação do Parque Urbano Rio Branco: Nº 13.287¹¹ com data de 14/01/2014¹² (Fortaleza, 2022).

Os parques urbanos no Brasil têm suas raízes históricas em diferentes momentos e influências. No início do século XX, houve uma valorização dos espaços verdes nas cidades, inspirada em movimentos urbanistas internacionais. No entanto, foi a partir da década de 1970 que os parques urbanos ganharam destaque, como parte de políticas públicas de planejamento urbano e desenvolvimento sustentável.

O Parque do Ibirapuera, em São Paulo, é um exemplo emblemático, inaugurado em 1954, e se tornou um modelo para outros parques pelo país. Neste tocante, também destacamos os seguintes parques presentes nas metrópoles brasileiras: o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro; o Parque Tanguá, no Paraná; e o Parque Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Esses parques urbanos são ideais para quem quer aproveitar momentos de lazer na companhia de amigos e familiares, uma vez que, “o sistema de espaços livres da cidade é uma infraestrutura urbana sistêmica e essencial, sendo que o provimento de espaços livres qualificados para o lazer é uma atribuição do poder público.” (Sakata, 2018, p.130).

A conscientização sobre a importância dos parques para o bem-estar da população e

⁸ A Regional II é formada pelos seguintes bairros e territórios: Território 7: Meireles e Aldeota; Território 8: Varjota, Papicu e De Lourdes; Território 9: Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón; Território 10: Joaquim Távora, Dionísio Torres e São João do Tauape.

⁹ Fortaleza passa a ter 12 regiões administrativas. Até 2020, a capital cearense era dividida em sete regionais. Com a mudança, os bairros passam a pertencer a outra área da gestão municipal. O projeto que altera a divisão foi assinado pelo ex-prefeito Roberto Cláudio, nos últimos da gestão. O atual prefeito, Sarto, ainda nomeou os titulares das 12 secretarias. Além das 12 áreas, a cidade será dividida em 38 territórios. Conforme o projeto, o objetivo do redesenho é agregar nos territórios e regionais bairros de condições socioeconômicas parecidas. (GICE2021).

¹⁰ Presente no Anexo B desta pesquisa

¹¹ Presente no Anexo C desta pesquisa

¹² FORTALEZA. Parque Urbano Rio Branco. **Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente**, Fortaleza, 2022. Disponível em: < <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/728-parque-rio-branco> >.

para a preservação ambiental também impulsionou a criação de novos espaços verdes urbanos ao longo das décadas seguintes. Assim, sobre a importância dos parques urbanos nas cidades, Guimarães de Carvalho *et al* (2022, p. 25), ressalta que:

[...] o ambiente urbano, onde predominam o concreto, as edificações, os prédios, o asfalto, as canalizações, as drenagens artificiais, combinado à falta de um rigoroso planejamento e implantação de infraestrutura adequada e com uma nítida segregação socioespacial, heterogeneidade e desequilíbrios [...], torna-se no século XXI, um espaço prioritário para o planejamento, gestão e investimentos públicos.

Desse modo, o espaço urbano, é “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através dos tempos, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.” (Corrêa, 1989, p. 11). Neste tocante, Santos (1994), salienta que o espaço urbano é uma abstração da totalidade espacial, logo é tipificado como um recorte dessa totalidade, ou então, podemos tê-lo explicitado como a sucessão de tempos, o autor ainda saliente que o “urbano”, seria frequentemente o abstrato, o geral e o externo, e a “cidade”, seria o particular, o concreto e o interno (p. 69). Ou seja, para Santos (1994, p.71) a cidade seria para o autor ao mesmo tempo, uma região e um lugar.

Desta forma, dentro da (re)produção do espaço urbano temos as áreas verdes, representadas, por exemplos, através dos Parques Urbanos, que tendo em vista as problemáticas ocasionados pela crise climática, são áreas no espaço urbano que adentram ocorre o maior debate sobre sua preservação e cuidado para as cidades. Como também em meio do avanço do grande capital no processo de reestruturação urbana das cidades, como salienta Loboda e De Angelis (2005) e Russo (2021), mesmo no espaço urbano predominar a ideologia das novas tendências globalizantes através do conjuntos de objetos artificiais (re)criados pela sociedades, os parques urbanos, como também as demais áreas verdes urbanas, são importantes áreas livres da cidade que corroboram na melhoria da qualidade de vida da população, pois garantem a presença de áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental.

As áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. Para desempenhar plenamente seu papel, a arborização urbana precisa ser aprimorada a partir de um melhor planejamento. (Loboda e de Angelis, 2005, p. 134).

Desse modo, trazemos as seguintes conceituações e classificações de espaços livres e o verde urbano. De modo inicial trazemos a desenvolvida por Richter (1981 *apud* Geraldo, 1997, p. 40), o qual propõe a seguinte classificação para os: ·

Jardins de representação e decoração: Ligados à ornamentação, de reduzida importância com relação à interação com o meio e sem função recreacional. São jardins à volta de prédios públicos, igrejas etc; · Parques de vizinhança: Praças, playground apresentam função recreacional, podendo abrigar alguns tipos de equipamentos; · Parques de bairro: São áreas ligadas à recreação, com equipamentos recreacionais, esportivos dentre outros, que requerem maiores espaços do que os parques de vizinhança; · Parques setoriais ou distritais: Áreas ligadas à recreação com equipamentos que permitam que tal atividade se desenvolva; · Áreas para proteção da natureza: Destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para uso pouco intensivo; · Áreas de função ornamental: Áreas que não possuem caráter conservacionista nem recreacionista são canteiros de avenidas e rotatórias; · Áreas de uso especial: Jardins zoológicos e botânicos; · Áreas para esportes; · Ruas de pedestres: Calçadas.

Llarent (1982, p. 151) conceitua as seguintes expressões: ·

Sistemas de espaços livres: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio. · Espaço livre: Quaisquer das distintas áreas verdes que formam o sistema de espaços livres. · Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde: Qualquer espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.

Di Fidio (1990) estabelece uma classificação - ou categorias - dos espaços urbanos e suburbanos:

Espaços verdes urbanos privados e semi-públicos: Jardins residenciais; Hortos Urbanos; Verde semi-público. · Espaços verdes urbanos públicos: Praças; Parques Urbanos; Verde balneário e esportivo; Jardim botânico; Jardim zoológico; Mostra (ou feira de jardins; cemitério; Faixa de ligação entre áreas verdes; Arborização urbana). Espaços verdes sub-urbanos: Cinturões verdes.

Por fim, Pereira Lima *et al* (1994) salientam que: ·

Espaço livre: Trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas. · Área verde: Onde há o domínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas. · Parque urbano: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. · Praça: É um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada. · Arborização urbana: Diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da

arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes.

Outrossim, o momento de crise estrutural das cidades em consequência de problemas de origem econômica, política, social e cultural, tem levado o fenômeno urbano em seu ritmo acelerado, contudo ao mesmo tempo um destino incerto e, cada vez mais, metamorfoseando o espaço urbano em mercadoria. Dessa maneira, as questões socioambientais e econômicas, que de modo geral esta última se sobressai, geralmente ficando aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema (Loboda, 2003).

Desse modo, a sociedade, que passa por uma constante mutação conforme o período histórico vivenciado, no espaço urbano atual as variadas feições das áreas verdes urbanas entram no debate de (re)produção do espaço urbano, pois dentre as vantagens destes espaços destacamos conforme, Guzzo (1999, p. 1 - 2) considera três principais: ecológica, estética e social. Assim, nesta linha de pensamento conforme Loboda e De Angelis (2005, p. 134), trazem a seguintes contribuições sobre espaços verdes:

As contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam tais impactos decorrentes da industrialização. A função estética está pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. A função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para o lazer da população

No contexto, conforme a Lei 7.061 de 16 de janeiro de 1992 o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza, os parques públicos são conceituados como áreas livres de uso comum, que se destinam ao público em geral. Os Artigos 104 e 107 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza os definem como bens públicos municipais de uso comum do povo e proíbem as doações, permutas, vendas, locações ou concessões de uso de qualquer fração de suas áreas. Sendo admitida apenas a permissão de uso de pequenos espaços destinados à venda de jornais, revistas, artesanatos ou lanches e as concessões de uso somente podem ser outorgadas às entidades assistenciais sem fins lucrativos, para implantação de equipamentos comunitários.

Tais definições estão de acordo com a resolução do CONAMA, conforme o artigo 8, parágrafo 1º que afirma:

Considera-se área verde de domínio público, para efeito desta Resolução, o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização (Brasil, 2006).

Um exemplo notável na Cidade de Fortaleza é o Parque do Cocó, criado em 1989.

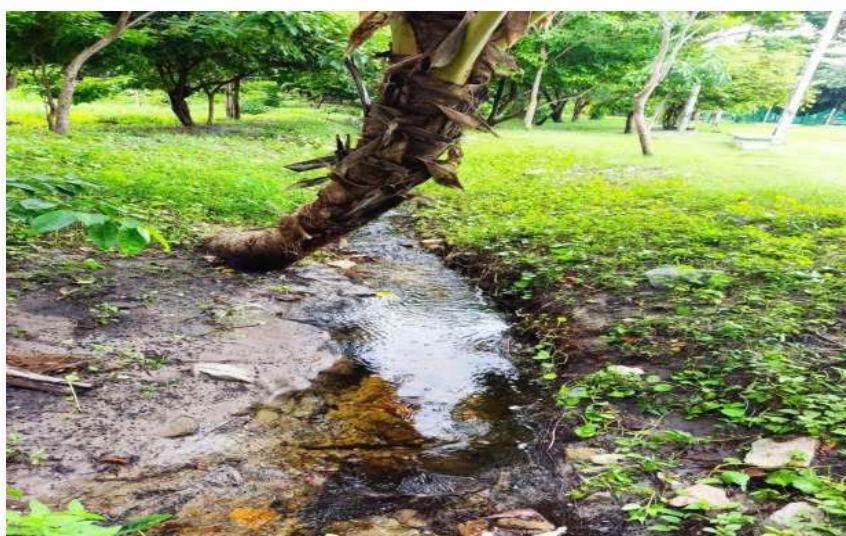
Ainda no tocante sobre a importância dos espaços verdes para Cidade de Fortaleza, trazemos a seguinte contribuição presente na quarta pergunta do Apêndice A, em entrevista cedida por Ademir Costa, principal liderança do Movimento Proparque salienta que:

A urbanização engole as áreas verdes, o verde não interessa, um estudo do professor Osório Viana do Prodepa em 1999, a um índice de propensão à desertificação na cidade de Fortaleza, e estas áreas verdes, tem como conter este fenômeno, há também como diminuir a doma causada com a ilha de calor, defendida pela professora Terezinha de Xavier como um grande abrigo para plantas e animais.¹³

Outrossim, no passado o terreno do Parque Urbano Rio Branco correspondia a quintais de residências e sítios, onde eram desenvolvidas atividades de criação de gado e horticultura. Nesta área existiam três riachos que foram canalizados. Além de residências existia no entorno do parque uma indústria de moagem e torrefação de café (Café WalCan), além de pequenos estabelecimentos comerciais, postos de gasolina, serrarias, igrejas, oficinas mecânicas e outras atividades comerciais que ainda permanecem (Costa, 2000).

Nesta área verde encontra-se a nascente do Riacho Rio Branco, fauna e flora diversificadas de relevante importância ambiental e ecológica para capital cearense e sua consequente classificação em ZPA. Assim, trazemos a figura 3, que retrata um registro sobre o Riacho Rio Branco localizado no Parque.

Figura 3 – Registro do Riacho Rio Branco.



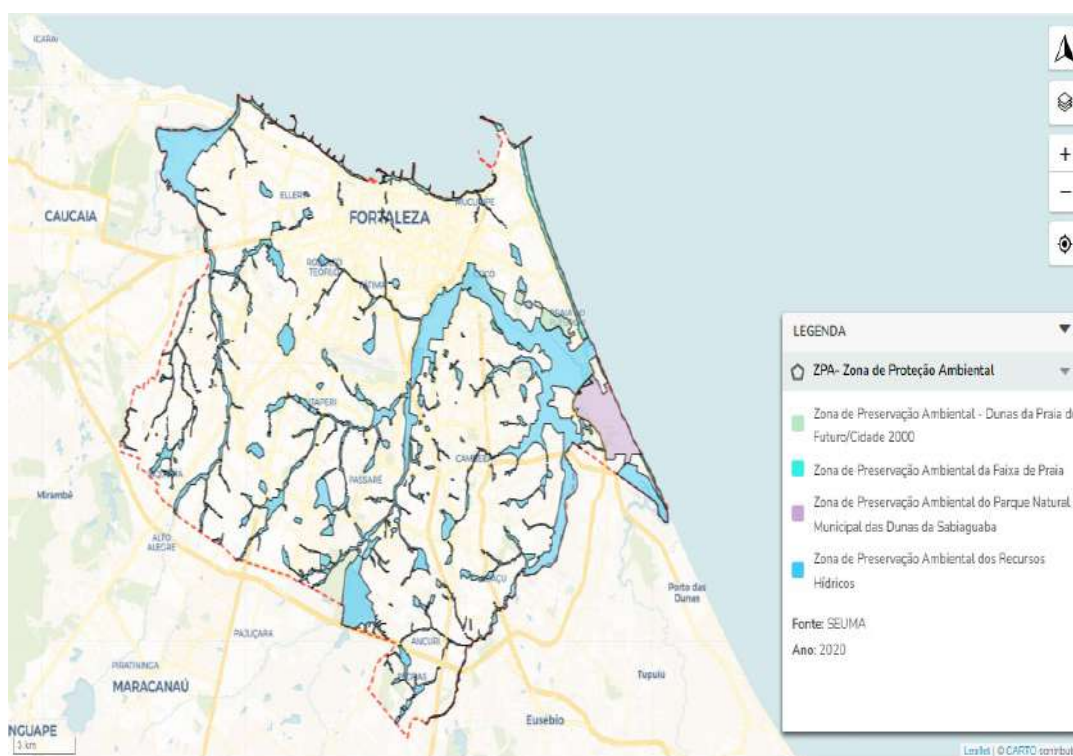
Fonte: Aguiar (2022) Adaptado pelo autor (2025).

¹³ Resposta concedida em entrevista por Costa em agosto de 2024.

Nesse contexto, a ZPA é uma área delimitada por lei que terá como objetivo de proteger e conservar o meio ambiente de um determinado espaço que foi determinado sua criação. Para isso, é importante destacar que são considerados critérios técnicos e científicos, de modo que leve em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas presente na ZPA.

Nesse contexto, na cidade de Fortaleza, a ZPA tem como objetivo principal de preservar os ecossistemas e recursos naturais, sendo dividida em I - ZPA 1 - Faixa de Preservação Permanente dos Recursos Hídricos; II - ZPA 2 - Faixa de Praia; III - ZPA 3 - Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba (Fortaleza, 2009). Assim, na Figura 4 apresentamos as áreas de ZPA da urbe Fortalezense.

Figura 4 – Zonas de Proteção ambiental da Cidade de Fortaleza.



Fonte: SEUMA (2020); Fortaleza em Mapas (2024); Adaptado pelo autor (2024).

Nesse contexto o Parque Urbano Rio Branco localiza-se em uma ZPA 1 - Faixa de Preservação Permanente dos Recursos Hídricos, tendo em vista que no Parque existe a nascente do Riacho Rio Branco, que ainda se encontra em seu estado natural no referido trecho (Fortaleza, 2022). Sobre a Caracterização do Riacho Rio Branco, trazemos a seguinte contribuição de Costa em conversa informal cedida na investigação desta pesquisa:

O riacho Rio Branco, nasce dentro do Parque na área correspondente à esquina da Rua Castro Alves, com Rua Cap. Gustavo, atrás da Rainha da Panelada¹⁴. O riacho sem denominação oficial nasce ao lado da Igreja Betesda. O riacho Tauapé nasce no Bairro São João do Tauapé e sua nascente está escondida em algum quintal. Ele entra no parque passando debaixo da Pontes Vieira. Um quarto nasce na Piedade em um quintal e vem feito um canal de águas pluviais na Rua. Pe. Antonino, entrando no parque no cruzamento desta rua com a Rua. Castro Alves. Essas nascentes, você sabe, são protegidas pelo Código Florestal, que também estabelece a largura das Áreas de Preservação Permanente. Por causa desses riachos e nascentes que todo o parque é, no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, Zona de Preservação Ambiental I ZPA é a APP dessas nascentes e riachos, dizem nossas leis de todas as três esferas. Você tem o privilégio de morar "em cima" ou ao lado dessa preciosidade¹⁵

Logo, podemos analisar no depoimento supramencionado acima, somados aos decretos apresentados nos Anexos A, B e C e o uso de imagens de geotecnologia, que a estrutura do Parque Urbano Rio Branco, classificada como ZPA 1 no Plano Diretor de Fortaleza, mediante a existência do riacho do Parque o Rio Branco, acaba que sua obra de requalificação tenha que obedecer às normas estabelecidas em lei. Uma vez que: “As Zonas de Preservação Ambiental (ZPA) são importantes para a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano, mas frequentemente são ocupadas de forma inadequada, comprometendo a qualidade de vida das comunidades locais.” (Nogueira *et al.*, 2024 p.201).

Contudo, é importante salientar que conforme o Movimento Proparque, apesar do Parque Urbano Rio Branco por ser uma área de ZPA, determinadas intervenções realizadas pela Município, na requalificação do Parque Urbano Rio Branco, ferem questões sobre áreas de Preservação Ambiental e não houve participação popular e do próprio Movimento.

Outrossim, a diversidade florística, abriga uma variedade de espécies vegetais adaptadas ao clima tropical subúmido da cidade de Fortaleza. Assim, conforme Silva (2016) existe um total de 1.856 indivíduos vegetais, distribuídos em 39 famílias e 113 espécies, tendo parte de sua flora distribuída em todo o Parque Urbano Rio Branco e outras espécies mais concentradas nas entradas desta área verde da cidade, na Av. Pontes Vieira, Av. Visconde do Rio Branco, Rua Castro Alves e Rua Capitão Gustavo. Logo, trazemos a Tabela 1, que traz uma síntese sobre as espécies vegetais existentes no Parque Urbano Rio Branco conforme sua área de concentração da flora.

Tabela 1 – Espécies vegetais presentes no Parque Urbano Rio Branco.

Espécies vegetais	Mangueiras (<i>Mangifera indica</i>), Aroeira-do-sertão (<i>Myracrodruon</i>
-------------------	---

¹⁴ Estabelecimento de comércio alimentício bastante popular entre os moradores do Bairro Joaquim Távora.

¹⁵ Conversa informal cedida, por Costa, representante do Movimento Proparque, ao autor via plataforma Whatsapp, na Cidade de Fortaleza em outubro de 2024.

predominantes na entrada da Rua Capitão Gustavo	urundeuva Alemão) e coqueiros (<i>Cocos nucifera</i>),
Espécies vegetais predominantes na entrada da Rua Castro Alves	Azeitona roxa (<i>Syzygium cumini</i>) e, pimenta-de-macaco (<i>Piper aduncum</i>) Aroeira-do-sertão (<i>Myracrodruon urundeuva Alemão</i>), mata-fome-jumentinha (<i>Pithecellobium dulce</i>) e farinha seca (<i>Albinizia niopoides</i>),
Espécies vegetais predominantes na entrada da Av. Pontes Vieira	Castanholas (<i>Terminalia catappa</i>) e uma grande quantidade de leucena (<i>Leucaena leucocephala</i>) e muitas roseiras (<i>Rosaceae</i>),
Espécies vegetais predominantes na entrada da Av. Visconde do Rio Branco	Leucena (<i>Leucaena leucocephala</i>), nim(<i>Azadirachta indica</i>) e figueira (<i>Ficus carica</i>), Pau-Brasil (<i>Caesalpinia echinata</i>)
Espécies vegetais predominantes em toda área do Parque	Aroeira (<i>Schinus terebinthifolius</i>), Braquiária (<i>Brachiaria spp.</i>),Bougainvillea (<i>Bougainvillea spp.</i>), umbuzeiro (<i>Spondias tuberosa</i>), juazeiro (<i>Ziziphus joazeiro</i>), palma forrageira (<i>Opuntia spp.</i>), ipê (<i>Tabebuia spp.</i>), Ipê-Amarelo (<i>Tabebuia chrysotricha</i>) e Cabeludinha (<i>Myrciaria glazioviana</i>).

Fonte: Silva (2016); Adaptado pelo autor (2025).

Já na Tabela 2, trazemos exemplos de espécies animais encontradas no Parque Urbano Rio Branco conforme trabalho relatório de Aguiar (2022) que questiona o projeto de requalificação do Parque elaborado pelo Município contendo as espécies animais presentes neste espaço verde da urbe fortalezense.

Tabela 2 – Espécies de animais encontradas no Parque Urbano Rio Branco

Táxon	Nome Científico	Nome Popular
ANFÍBIOS		
Leptodactylidae	<i>Leptodactylus sp.</i> ¹	Rã
RÉPTEIS		

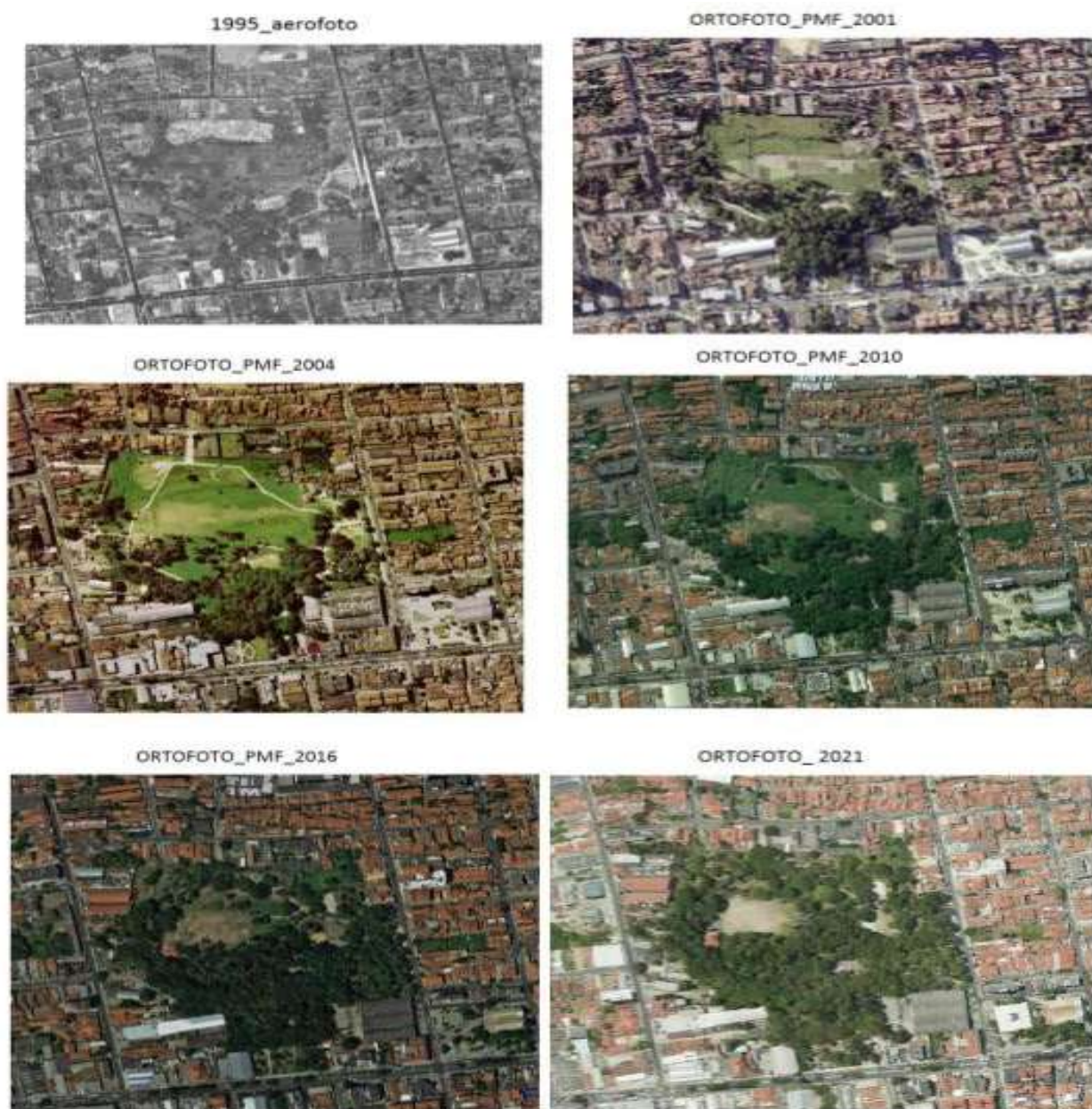
Squamata		
Iguanidae	<i>Iguana iguana</i>	Iguana
Tropiduridae	<i>Tropidurus hispidus</i>	Calango
AVES		
Ardeidae	<i>Tigrisoma lineatum</i>	Socó-boi
Pelecaniformes		
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	Socó-dorminhoco / Savacu
	Accipitriformes	Aves de Rapina
Accipitriformes Accipitridae	Rupornis magnirostris	Gavião-carijó
Gruiformes		
Rallidae	<i>Aramides cajaneus</i>	Saracura-três-potes / Siricoia
Strigiformes		
Strigidae	<i>Glaucidium brasilianum</i>	Caburé
Columbiformes		
Columbidae	<i>Columba livia</i> *	Pombo
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa
	<i>Columbina squammata</i>	Fogo-apagou
Cuculiformes		
Cuculidae	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco

Apodiformes		
Trochilidae	<i>Amazilia leucogaster</i>	Beija-flor-de-barriga-branca
Falconiformes Falconidae	<i>Caracara plancus</i>	Carcará
Psittaciformes		
Psittacidae	<i>Brotogeris chiriri</i>	Periquito-do-encontro-amarelo
Passeriformes		
Tyrannidae	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi
	<i>Machetornis rixosa</i>	
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	
Turdidae	<i>Turdus leucomelas</i>	
Icteridae	<i>Icterus jamaicae</i>	
Thraupidae	<i>Thraupis sayaca</i>	
Fringillidae	<i>Euphonia chlorotica</i>	
Carnivora		
Felidae	<i>Felis silvestris catus</i> *!	
Primates		
Callitrichidae	<i>Callithrix jacchus</i>	

Fonte: Silva (2016); Adaptado pelo autor (2025).

Já na Figura 5, trazemos as transformações ocorridas na área do parque a partir de 1995, percebendo uma evolução da área arborizada. Além disso, o parque aparece enquanto enclave verde em meio a uma área urbana densamente ocupada, como também, observamos na Figura 5, o aumento de seu espaço verde no que se refere na imagem o aumento de árvores no Parque Urbano Rio Branco, notadamente, a partir no ano de 2016 e 2021.

Figura 5 - Imagens áreas do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: PMF (1995, 2001, 2004, 2010, 2016, 2021); Adaptado pelo autor (2024).

Com a área de 77.089,50 m², teve seu projeto original elaborado pela Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB). Nele constava a construção de quatro quadras de tênis, campo de futebol Society, quadra polivalente, restaurante, duas quadras de voleibol, playground, circuito de caminhada, estacionamentos e praças junto aos acessos de suas entradas. Mas o projeto original não foi completamente executado. Em 1998, a partir de

pesquisa realizada pelo Movimento Proparque¹⁶, os moradores dos bairros Joaquim Távora, São João do Tauape e Fátima fizeram algumas sugestões que foram incluídas na proposta de reforma iniciada em 2000.

No tópico a seguir, iremos discutir a ação do Movimento Proparque, um importante movimento de moradores do Bairro Joaquim Távora de cunho ambientalistas, que corrobora com a defesa, manutenção preservação do Parque Urbano Rio Branco na Cidade de Fortaleza.

2.1 O Movimento Proparque

O crescimento rápido e acelerado da capital cearense, corrobora para que tenhamos um planejamento urbano desordenado, o que favorece assim a pressão sobre os espaços verdes de Fortaleza e sua consequente especulação imobiliária. Assim, potencializando a formação de grupos sociais organizados, dentre eles os de cunho ambientalista, que passam a reivindicar o direito à cidade também no ponto de vista ambiental, por exemplo o Movimento Proparque, que atua em defesa da conservação do Parque Urbano Rio Branco na Metrópole de Fortaleza.

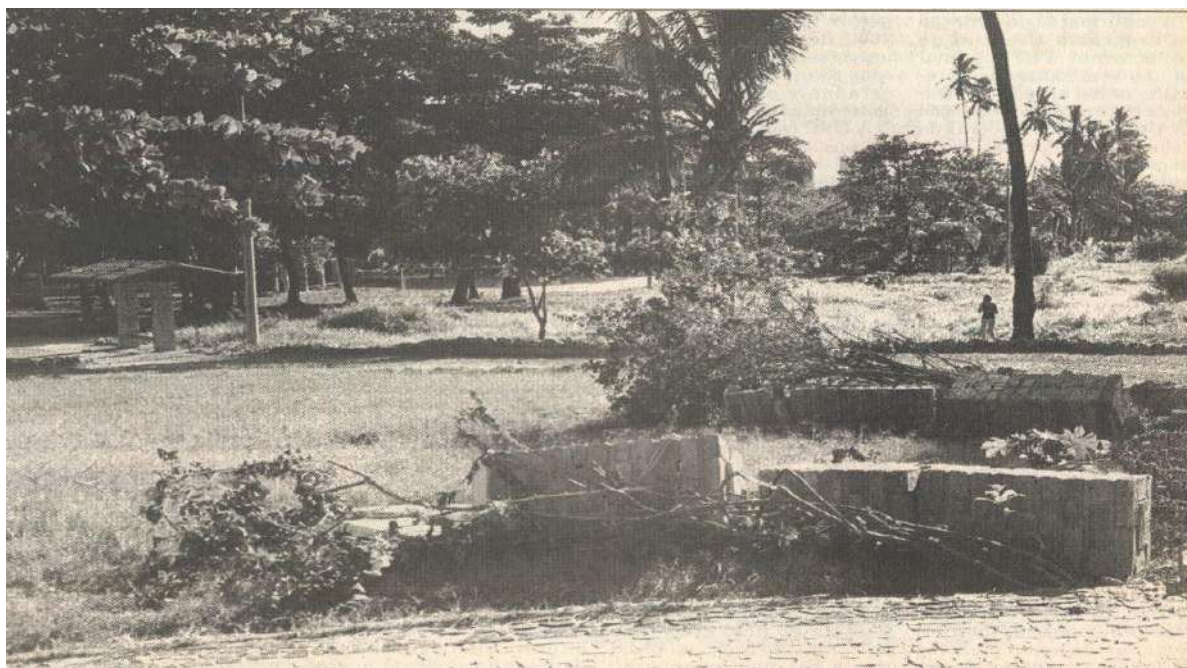
O Movimento Proparque se caracteriza por promover a consciência ambiental, fomentar a participação comunitária e influenciar políticas públicas voltadas à criação de espaços verdes urbanos. A proposta é integrar a natureza ao ambiente urbano, buscando um equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade. Este grupo ambientalista surgiu, em novembro de 1995, quando entregou ao Município um abaixo-assinado firmado por mais de mil pessoas, solicitando conclusão dos trabalhos das obras de requalificação do Parque Urbano Rio Branco (Viana, 2023¹⁷).

Na Figura 6, trazemos um registro de 1998, retirado do arquivo do jornal Diário do Nordeste, que retrata parte das obras inacabadas na década de 1990 levando assim o supramencionado abaixo assinado do início do movimento Proparque junto ao Município de Fortaleza.

¹⁶ Movimento de moradores do bairro Joaquim Távora que reivindicam melhorias para o Parque Rio Branco, localizado na Av. Pontes Vieira s/n. Fortaleza, CE.

¹⁷ VIANA, Theyse. Parque Rio Branco: do esquecimento aos impasses da nova promessa de reforma. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. 2023. Disponível em:< <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/parque-rio-branco-do-esquecimento-aos-impasses-da-nova-promessa-de-reforma-1.3334376>> Acesso em setembro de 2024.

Figura 6 - Registro de obras inacabadas do Parque Urbano Rio Branco em 1998.



Fonte: Arquivo do jornal Diário do Nordeste (1998); Adaptado pelo autor (2025).

Outrossim, ao longo dos anos o movimento Proparque tem colaborado junto a sociedade fortalezense, políticos e órgãos públicos sobre a causa ambiental da Cidade, para implementar projetos em prol dos parques urbanos, realizar campanhas educativas e incentivar práticas de conservação ambiental na Cidade de Fortaleza.

Assim, o Movimento Proparque ganhou força com o engajamento de ambientalistas, urbanistas e cidadãos preocupados com os impactos negativos da expansão urbana desordenada. Ele promoveu campanhas para sensibilizar a população e as autoridades sobre a importância dos parques e pressionou por políticas públicas que garantissem a preservação e a criação desses espaços.

. Logo, os movimentos sociais são: um conjunto abrangente de práticas sociopolíticas que visam à realização de um projeto de mudança. São o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político ou com múltiplas práticas efetivas. (Scherer-Warren, 1999, p. 15-16).

Nesse contexto, na capital cearense, temos como marcos temporais iniciais da luta dos movimentos ambientalistas fortalezenses, a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA), primeiro movimento de cunho social ambiental da Cidade de Fortaleza, que inicia suas atividades em 1976, contra a capinação química na cidade (Nottingham, 2006). Além disso, outro importante pioneiro movimento social ambientalista

da urbe fortalezense, foi Movimento SOS Cocó, que no ano de 1985, realiza a campanha de preservação e delimitação do mangue e criação do Parque do Cocó.

Desse modo, Da Silva Costa (2012, p. 243) salienta que: “O movimento ecológico de Fortaleza surge na elite, torna-se popular, hoje está presente em dezenove bairros, plural, com diferentes níveis de organização, preparação técnica e de diálogo com o poder, muitos desafios e ganhos parciais.”. Outrossim, o movimento social ambientalista Pro-Parque, é criado em 1995 por moradores do Bairro Rio Branco, tendo como principal organizador o jornalista Ademir Costa, o movimento possui eleição de 2 em 2 anos para escolha de seu organizado junto a seus membros, comunidade e órgãos públicos¹⁸. A fim de conhecer e trazer dados sobre a atuação deste movimento em defesa do Parque Urbano Rio Branco, foi realizado uma entrevista não-estruturada¹⁹ aplicada com o organizador do Movimento Proparque, desse modo, para compreender como surgiu a ideia a ideia do movimento Proparque, trazemos o seguinte destaque:

Eu já participava do movimento em defesa da lagoa da Maraponga, e vim morar na rua castro Alves, no ano de 1995, sua casa fica próximo à entrada do parque rio Branco e várias caçambas com entulhos de construção eram despejadas dentro do parque, aterrando parte do riacho que passava naquele local, em 1º de novembro de 1995 às 19 horas, houve o primeiro encontro em minha residência com mais ou menos 10 pessoas.

Ademais, sobre a origem e atuação deste movimento na área ambiental de Fortaleza em especial no Parque Urbano Rio Branco, Da Silva Costa (2012, p.246) também traz a seguinte contribuição:

Em 1995, moradores do Joaquim Távora reuniram-se no Movimento Proparque, contra o aterro do Parque Ecológico Rio Branco, com materiais de construtoras. Abaixo-assinados, denúncias na imprensa, shows e outras manifestações, reuniões com autoridades, eventos culturais são instrumentos de pressão utilizados. Por fim, o movimento conseguiu reformas no estilo tradicional da prefeitura: instalação de piso adequado, anfiteatro, brinquedos infantis, área para exposições, campo de futebol comum e de praia. O quadro atual mostra algumas desapropriações não pagas, totalmente poluída a nascente do riacho Rio Branco, o projeto original jamais implementado e o aterro não retirado. Sobre ele, o Movimento Proparque plantou o Jardim da Paz de Fortaleza. Seu ganho é o melhor uso do parque pela população que nele já não deposita entulho

Ainda sobre as ações da atuação do Movimento Proparque, Alves (2013, p. 127)

¹⁸ Informação obtida em entrevista com Costa, pergunta nº14 Apêndice A.

¹⁹ Apresentado no Apêndice A deste trabalho.

salienta que:

O parque é emblemático no sentido de contar com a organização da sociedade civil na defesa de seu patrimônio territorial. Nesse sentido, conta com a atuação efetiva e diuturna do Movimento Pró-Parque, uma ONG que promove ações com vistas à preservação e manutenção desse ambiente há aproximadamente 15 anos. Entre os objetivos da ONG estão delineadas a promoção do meio ambiente sadio para as presentes e futuras gerações, atividades recreativas e socioculturais, a promoção de atividades permanentes, como ginástica para usuários, eventos beneficentes direcionados ao debate de questões coletivas na defesa do patrimônio do parque que possui um importante recurso natural, o riacho Rio Branco, do qual derivou o nome do parque.

Neste sentido, podemos perceber assim, a importância do Movimento Proparque e sua atuação em defesa no Parque Urbano Rio Branco, como também um exemplo de movimento social ambientalista atuante na Cidade de Fortaleza que possui 30 anos de atuação. Assim, é um movimento que também contribui sobre a luta ao direito à cidade sobre a manutenção dos espaços verdes, logo trazemos a seguinte contribuição sobre a temática: “*É importante e indispensável, discutir e denunciar, formar cidadãos conscientes*”²⁰.

Desse modo, no contexto contemporâneo, sobre a atuação de movimentos sociais ambientalistas do Estado do Ceará sobre a manutenção dos espaços verdes da urbe fortalezense, trazemos a seguinte contribuição referente a primeira pergunta do Apêndice A deste trabalho.

Não existe um movimento organizado, não há uma coordenação para se criar uma data que contemple os diversos grupos existentes, e os encontros quando existem é atrelado a um determinado movimento político, alguns encontros que foram importantes, no intuito de criar estratégias foram: os 50 anos do frei Tito, a Forcema (fórum cearense de meio ambiente), encontros na ADUF e na assembleia legislativa, onde os principais grupos envolvidos como Proparque, SOS cocó e do movimento Raquel de Queiroz.

Assim, a atuação do Movimento Proparque, como um movimento de defesa do Parque Urbano Rio Branco, logo sendo um grupo defensor dos espaços verdes da Cidade. Desta forma, sua atuação também envolve sua comunicação e interação junto à comunidade frequentadora do Parque Urbano Rio Branco, desse modo, trazemos a terceira pergunta da entrevista junto ao organizado do Movimento Proparque no que cerne sua atuação e conscientização da comunidade que é inserida.

²⁰ Pergunta presente no Apêndice A deste trabalho.

Realizando eventos para aglutinar a comunidade e as entidades públicas, entre os principais eventos realizado pelo movimento, pode ser citado um ato público em prol do parque em 1996, a festa da vida em 1998, e um outro encontro de grande importância foi o evento com o de nome: eu vejo flores em você, que entre os diversos objetivos, visava plantar mudas de árvores no parque, foi uma grande festa, onde devia ter entre 800 pessoas a 1200 pessoas segundo a estimativa.

Dessa maneira, tendo em vista que o movimento Próparque é um movimento social urbano de defesa do Parque Urbano Rio Branco que incentiva e divulga suas ações junto à comunidade. Assim, também é importante destacar sua atuação para promoção da educação ambiental junto a escolas de Fortaleza, desse modo, trazemos o seguinte destaque presente na quinta pergunta no questionário presente no Apêndice A: *“Atuou na escola Noel Hugo, combinado com a coordenadora para divulgar a festa da vida na semana da árvore, alguns passeios ecológicos e mais recente foi uma visita guiada”*. Já sobre as atuais políticas ambientais implantadas na cidade de Fortaleza nos seus parques urbanos, conforme a visão do movimento Proparque, contida na pergunta de número 7²¹, salientamos que:

A impressão é que não existe uma política ambiental, não acompanho com grande afinho o movimento entregou em 2022 uma lista com 35 sugestões à secretaria de infraestrutura de Fortaleza, para manutenção do parque com o que poderiam ser aplicados a requalificação, que seria realizado no parque, contudo não foi dado nenhum retorno.

Na Figura 7, trazemos um mosaico de imagens sobre a atuação do Movimento Proparque no Parque Urbano Rio Branco.

Figura 7 - Atuação do Movimento Proparque.



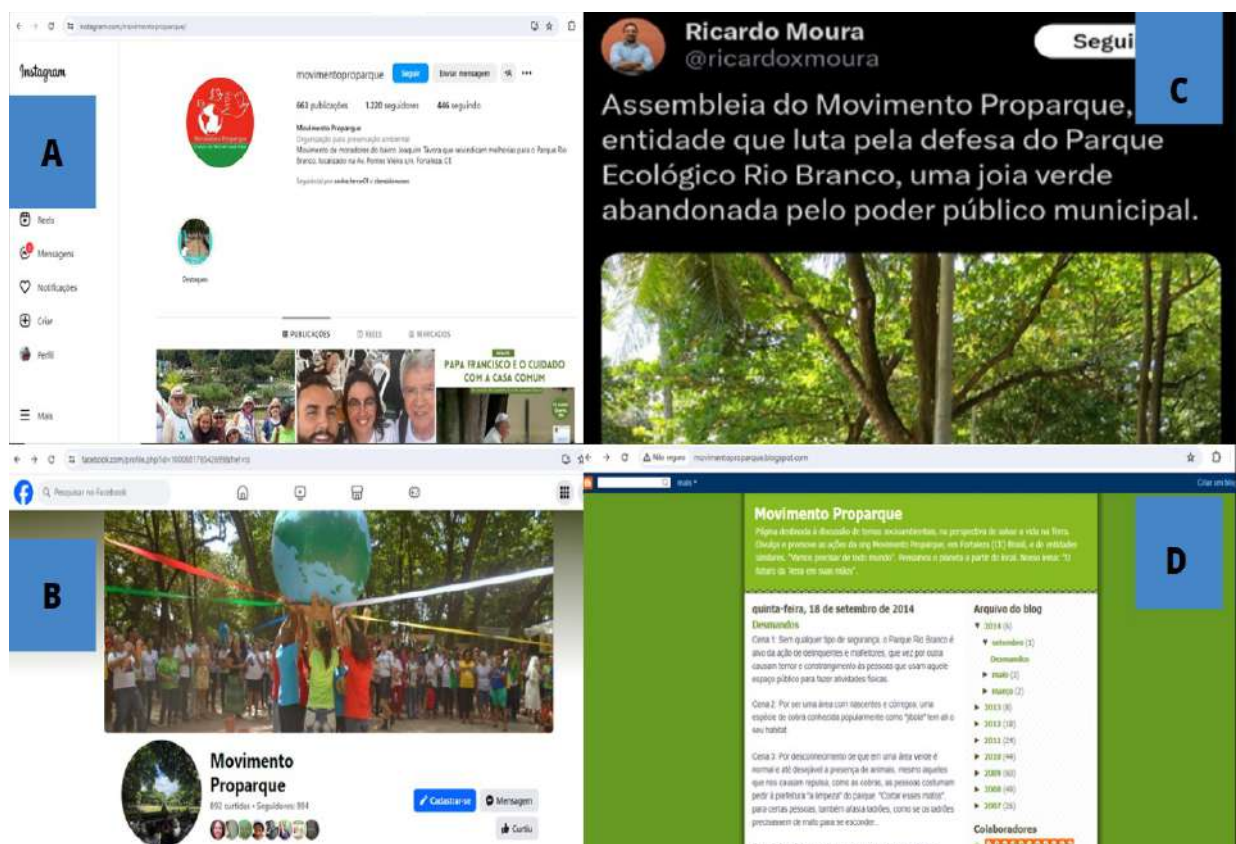
²¹ Apresentado no Apêndice A deste trabalho.

Fonte: Perfil Oficial do Movimento Pró-Parque no Facebook (2024); Adaptado pelo autor (2024).

Além de sua atuação do ponto de vista físico no Bairro Joaquim Távora, o movimento Proparque também tem suas atividades difundidas no ciberespaço, uma vez que, é importante lembrar da rápida difusão com o processo de “popularização” da internet e acesso ao celular. Esse fenômeno, Castells (1999) denomina de “*sociedade em rede*”, com marco inicial o desenvolvimento e a apropriação da internet para reprodução do sistema capitalista.

Dessa maneira, trazemos a Figura 8, que traz um mosaico de imagens do Movimento Proparque no ciberespaço, no Ponto A, em seu perfil oficial na plataforma Instagram²², no Ponto B, em seu perfil oficial no Facebook²³, no Ponto C, postagem do perfil oficial na Plataforma Twitter do Colunista do Jornal O Povo Ricardo Moura²⁴ e no Ponto D, no Blog Oficial do Movimento Proparque²⁵.

Figura 8 - Movimento Proparque nas redes sociais.



²² Disponível em: < <https://www.instagram.com/movimentoproparque/> >

²³ Disponível em: < <https://www.facebook.com/profile.php?id=100068176542699&fref=ts> >

²⁴ Disponível em: < <https://x.com/ricardoxmoura/status/1538521351383810050?>

[t=JCbeEfuM494IJDohXgeCQQ&s=19>](https://x.com/ricardoxmoura/status/1538521351383810050?)

²⁵ Disponível em: < <http://movimentoproparque.blogspot.com/> >

Fonte: Perfil oficial do Movimento Proparque no Instagram; Perfil oficial do Movimento Proparque no Facebook; Perfil oficial na Plataforma Twitter de Ricardo Moura; Blog Oficial do Movimento Proparque. Adaptado pelo Autor (2024).

Sobre a divulgação e difusão de atividades do Movimento Proparque nas redes sociais junto aos moradores do Bairro Joaquim Távora e a população da Cidade de Fortaleza. Trazemos a seguinte contribuição presente na sexta pergunta presente no Apêndice A junto ao organizador do mencionado movimento: *“A divulgação é feita através da esposa Luiza e da filha Débora, sem haver uma periodicidade estabelecida, geralmente divulgando algum encontro ou alguma data importante, seja pelo Facebook ou pelo Instagram”*. Dessa maneira, sobre a atuação do Movimento Próparque em conjunto a outros movimentos sociais ambientalistas de Fortaleza em defesa dos Parque verdes, destacamos a pergunta de número 12, presente no Apêndice A, que traz o seguinte relato: *“Não muito, há uma parceria com o pessoal do parque Raquel de Queiroz, o Leonardo Sampaio e Lúcia, quando somos chamados vamos, como no movimento na defesa da lagoa seca”*.

Já sobre os principais desafios do movimento Proparque, na luta sobre a causa ambiental na Cidade de Fortaleza, trazemos a resposta da décima quinta pergunta presente no Apêndice deste trabalho: *“Falta de apoio por parte dos órgãos governamentais, dificuldade de reunir pessoas que abracem a causa da defesa do meio ambiente e ameaças contra decisões que vão ao contrário dos interesses de certos grupos, privados ou públicos”*.

Ademais, em 16 junho de 2000, o decreto nº 10.789 determinou a ampliação da área do parque (Costa, 2000); entretanto o Movimento Proparque afirma que este decreto não foi cumprido e durante a reforma ocorrida em 2000 houve, na verdade, uma redução da área, pois terrenos da Avenida Visconde do Rio Branco e da rua Castro Alves foram excluídos dos limites originais do parque.

Em fevereiro de 2005, foi criada pela prefeita municipal uma comissão para propor um novo projeto de recuperação e requalificação para o parque. Esta comissão foi composta por membros da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA), Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) Movimento Proparque, EMLURB e Regional II.

Em 2006, o Distrito de Infraestrutura e o Distrito de Meio Ambiente da Regional II apresentaram à Comissão de recuperação do parque um projeto de requalificação. Segundo os

membros do Movimento Proparque, neste projeto existiam sugestões que não condizem com a realidade física, nem com as demandas dos usuários do parque, por isso o projeto só foi aprovado após um ano de discussões e negociações com a comunidade.

O projeto de requalificação foi aprovado na audiência pública de março de 2006. Foi concluído e repassado para população fortalezense em 2008. Na verdade, este projeto pode ser considerado ainda como a complementação da construção do parque, considerando que o projeto original nunca foi totalmente finalizado.

O Parque é uma Área de Preservação Permanente (APP) e o Movimento Proparque luta para transformá-lo em uma unidade de conservação, integrada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) o que o transformaria em parque natural e traria investimento para o local. Eles também reivindicam a regularização do parque e um plano de manejo.

Outrossim, no Tópico a seguir, traremos questões gerais sobre o processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco feito pelo Município e questionamentos do Movimento Proparque sobre o processo de requalificação deste espaço verdade de urbe fortalezense.

2.1.1 As Áreas Verdes

[...] está em cena. A cidade é a cena. Cobiçada, almejada, ultrajada e rejeitada ao mesmo tempo, a cidade é, na verdade, um enorme objeto de desejo. A cidade espetaculariza a vida cotidiana, dá sentido visual ao mundo das pessoas, das coisas, das trocas. Cidade dos encontros e dos desencontros. Olhares diferenciados constroem imagens e representações em infinitas composições. (Silva, 1997, p. 85).

Desde a Antiguidade, os espaços verdes e jardins, tinham como objetivo a prática do passeio, sendo locais de repouso e distinção social através da exposição do luxo mediante a diferenciação social pela vestimenta. Nesse contexto, na atualidade, frente o avanço do crescimento urbano e das problemáticas ambientais, mais do que nunca, os parques e jardins são vistos não somente como espaços de ornamentação urbana e paisagismo, mas de mesmo modo, áreas necessárias para o desenvolvimento de necessidades higiênicas, práticas de hábitos de vida saudável, de lazer, ócio e manutenção dos ecossistemas urbanos frente os impactos ambientais causados pela sociedade e o sistema capitalista nos centros urbanos, logo, são espaços que adentram nas recentes discursões sobre o planejamento urbano e o

direito à cidade, tendo em vista a necessidade da população aos espaços verdes da Cidade, a realização de atividade física e o lazer nos Parques Urbanos. O nome “parque” foi adotado para caracterizar logradouros como espaços públicos de proteção ambiental ou de lazer, mas não necessariamente com ambas as características. (Sakata, 2018, p. 31)

As áreas verdes são uma das variáveis integrantes da estrutura urbana e a preservação dessas áreas está relacionada com seu uso e sua integração na dinâmica da cidade, que são reflexos das ações humanas e estão vinculadas ao processo histórico, traduzindo na atenção do poder público no que diz à implantação e manutenção desses espaços na malha urbana. (Lima e Amorim, 2006, p.71).

Outrossim, o Art. 8º, § 1º, da Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – (CONAMA) Nº 369/2006, é considerado como área verde de domínio público "*o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização*". Conforme o Ministério do Meio Ambiente, áreas verdes são:

[...] o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificadas. Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes. (Brasil, 2024).

Outrossim, as áreas verdes nos centros urbanos, possuem importantes funções nas cidades seja para população, como também para biodiversidade existente nos espaços urbanos, seja em aspectos qualitativos, como também quantitativos, pois conforme Santos (1997, p. 42) “a cidade é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens”. Logo, às áreas verdes são locais que corroboram na redução sobre a redução da poluição atmosférica em escala local, na diminuição dos ruídos, na redução da temperatura o que é doravante com o conforto térmico, influenciam no balanço hídrico das cidades e são espaços que potencializam a formação de

abrigos a diversos animais silvestres que vivem nas cidades de diferentes escalas de tamanho.

Desse modo, os espaços verdes estão presentes nas cidades em locais a exemplos dos Parques urbanos. Na urbe fortalezense a primeira área projetada com espaços verdes destinado ao lazer e convivência coletiva foi o Passeio Público de Fortaleza, criado no século XIX (Alves, 2013, p. 56). Na atualidade, a Metrópole de Fortaleza possui um total de 27 Parques urbanos²⁶, dentre eles o Parque Urbano Rio Branco (Diário do Nordeste 2024). Além disso, é importante mencionar que na capital cearense também ocorre a presença de 30 microparques urbanos²⁷(G1CE 2023).

Desse modo, no campo político-administrativa do município de Fortaleza que é regulamentado pelo Plano Diretor Participativo (PDPFor), instituído pela lei complementar de nº 062/2009, no que cerne a conservação dos espaços ambientais de Fortaleza, em seu Art. 3º § 1: “*V - a preservação e conservação do meio ambiente, assegurando a proteção dos ecossistemas e recursos ambientais existentes e garantindo a todos os habitantes um meio ambiente ecologicamente equilibrado.*” (Fortaleza, 2009).

Nesse contexto, salientamos que o Plano Diretor da Cidade, é um importante mecanismo para a gestão da complexidade social e ambiental das cidades. Uma vez que, o Plano Diretor conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257), em seu (Art. 4º, inciso III, alínea a), tem como objetivo:

É de competência municipal e tem como objetivo principal definir a função social da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada a todos os segmentos sociais, o direito à moradia e aos serviços urbanos a todos os cidadãos, bem como implantar uma gestão democrática e participativa por meio de instrumentos definidos no Estatuto da Cidade. (Brasil, 2022, p. 12)

Diante o exposto, o PDPFor, subdivide o território da Cidade de Fortaleza em duas macrozonas: a de ocupação urbana e a de proteção ambiental. A Macrozona de Ocupação Urbana as porções é presente no capítulo I, artigo 78, “[...] *corresponde às porções do*

²⁶ Os 27 parques urbanos municipais estão distribuídos integralmente ou têm trechos em 32, dos 121 bairros de Fortaleza. O maior parque municipal é o Rachel de Queiroz, que corta 9 bairros (Monte Castelo, São Gerardo, Presidente Kennedy, Padre Andrade, Pici, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Dom Lustosa e Henrique Jorge). Apenas o Parque do Cocó é maior. Mas ele é estadual. (DIÁRIO DO NORDESTE 2022).

²⁷ Fortaleza deve ganhar 30 microparques urbanos até o fim do próximo ano, conforme projeto da Prefeitura. A iniciativa tem o objetivo de transformar uma área degradada em um espaço verde público e tem investimento de R\$ 11.905.162,84. [...] a ordem de serviço dos microparques, que devem ser construídos, majoritariamente, próximos a escolas, especialmente em periferias. Fortaleza já conta com dois microparques, no Parque Manibura e na Barra do Ceará, entregues entre 2020 e 2021. (G1CE, 2023)

território caracterizadas pela significativa presença do ambiente construído, a partir da diversidade das formas de uso e ocupação do solo” (Fortaleza, 2009, p.37). Já a Macrozona de Proteção Ambiental, é caracterizado por “[...] *ecossistemas de interesse ambiental, bem como por áreas destinadas à proteção, preservação, recuperação ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis.*” (Fortaleza, 2009, p. 31).

Já na seção IV, artigos 19 e 20 do PDPFor, encontramos a importância para o equilíbrio ambiental da cidade, encontramos aqui referências as áreas verdes. Desse modo observamos neste ponto do PDPFor a responsabilidade da manutenção, da paisagem urbana da urbe com referências diretas aos parques e praças conectados com o “sistema de áreas verdes” da cidade.

Art. 19 - Integram o **sistema de áreas verdes os espaços ao ar livre**²⁸, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer, recreação e à proteção ou ornamentação de obras viárias.

Art. 20 - **São ações estratégicas para o sistema de áreas verdes:** I - promover o adequado tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana; II - a gestão compartilhada com a sociedade civil e iniciativa privada das áreas verdes públicas significativas; III - a disciplina das áreas verdes particulares significativas pelo sistema de áreas verdes dentro do Sistema Municipal de Meio Ambiente, vinculando-as às ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso; IV - a manutenção e ampliação da arborização de vias públicas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes; V - a recuperação de áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental; VI - o disciplinamento do uso, nas praças e nos parques municipais, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse comercial e turístico, compatibilizando-os ao caráter público desses espaços; VII - estabelecer programas de recuperação das áreas verdes, principalmente daquelas localizadas no entorno das nascentes e dos recursos hídricos; VIII - implantar programa de arborização nas escolas públicas, postos de saúde, creches e hospitais municipais; IX - estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de convênios, incentivos fiscais e tributários, para a implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos estabelecidos pelo Município para o uso e a preservação dessas áreas; X - implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes; XI - elaborar diagnóstico e zoneamento ambiental de Fortaleza, contendo as áreas verdes e, dentre outros, o mapa de potencial de regeneração das áreas de preservação permanente para o desenvolvimento de programas e projetos de recuperação ambiental; XII - o Município deverá proceder, por meio de lei específica, à delimitação de suas faixas de preservação nas áreas urbanas situadas no âmbito de seu território, observando as diretrizes contidas no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; XIII - **implantar parques urbanos;** XIV - **elaborar e implementar o plano municipal de arborização.**(FORTALEZA, 2009, p. 64-65).

Desta forma, sobre as atuais políticas de criação de espaços verdes em Fortaleza ainda no campo da esfera política, tendo em vista que a capital cearense cria o Plano Local de

²⁸ Grifo Nosso.

Ação Climática (PLCA)²⁹ tendo em vista a problemática da Crise Climática, trazemos o seguinte destaque:

Aumentar o verde na capital cearense é uma meta estabelecida no Plano Local de Ação Climática, elaborado pela Prefeitura de Fortaleza, em 2020. Em 2017, essa área correspondia a 17,33 m² por habitante, sendo que a gestão deve alcançar 20 m²/hab até 2030 e 26,48 m² até 2040. (DIÁRIO DO NORDESTE 2023).

Outrossim, sobre a importância dos espaços verdes, Lima e Amorim (2006, p. 69) salientam que: “As áreas verdes são importantes para a qualidade ambiental das cidades, já que assumem um papel de equilíbrio entre o espaço modificado para o assentamento urbano e o meio ambiente.”. Além disso, segundo Vieira (apud Martins e Araújo, 2014, p. 41), as áreas verdes contribuem com diferentes papéis no ambiente urbano sendo eles:

Função social: possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. [...]; Função Estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. [...]; Função ecológica: provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes, [...]; Função Educativa: possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental; Função Psicológica: possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades antiestresse e relaxamento, [...]

Ademais, com base na literatura internacional, trazemos os seguintes estudos no Quadro 1, que aponta aproximações conceituais e analíticas utilizadas para avaliar as condições de uso e funções de espaços verdes em áreas urbanas.

Quadro 1 – Aproximações conceituais e analíticas de estudos internacionais de áreas verdes nos centros urbanos.

ESTUDO	ESCALA	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	CATEGORIAS CONCEITUAIS E ANALÍTICAS
Koprowska et al. 2020.	Espaços verdes urbanos e justiça ambiental.	O trabalho faz uma análise sobre a acessibilidade de	O estudo realizou um mapeamento de pessoas que vivem

²⁹ O Plano Local de Ação Climática (PLAC) é um documento que estabelece metas para o acompanhamento e estratégias para diminuição das emissões dos gases de efeito estufa em Fortaleza, buscando a neutralidade de carbono para o município. Neste contexto, são abordadas iniciativas para setores como transporte e mobilidade urbana, resíduos, edificações sustentáveis e energia.

		espaços verdes urbanos para pessoas que vivem em situação de rua pode ser considerada um exemplo de fornecimento de amenidades ambientais para as comunidades mais desfavorecidas no discurso de justiça ambiental na cidade de Lodz, Polônia.	nas ruas registradas pela Prefeitura de Lodz. Foi também realizado entrevistas semiestruturadas com trabalhadores de rua para obter informações sobre o uso de espaços públicos por pessoas que vivem em situação de rua. Por fim, foi realizado entrevistas com indivíduos (sem-teto) cujas atividades ocorriam em ambientes verdes.
Shazia Pervaiz et al. 2019.	Análise espacial da cobertura vegetal em espaços verdes urbanos	A pesquisa analisa como a cobertura vegetal em cemitérios ajuda na diminuição da poluição na Região Metropolitana do Paquistão.	Técnica espaço-temporal de 2015 a 2018 e análise comparativa com base nos dados pesquisados obtidos em dois cemitérios famosos de Lahore, Paquistão, avaliação e comparação da cobertura vegetal. por meio de dados de sensoriamento remoto.
NOR et al, 2017.	Urbano	O estudo fez a modelação e previsão	Técnica espaço-temporal de

		da expansão urbana em três cidades (Kuala Lumpur, Metro Manila e Jacarta), todas experimentando rápida expansão urbana, e identificar quais são os principais impulsionadores, incluindo o planejamento espacial, nos padrões espaciais resultantes.	1988/1989 e 1999, uso de modelagem de simulação integrada e análise de ecologia da paisagem usando um modelo integrado LCM-Cadeia de Markov.
NGOM; GOSSELIN E BLAIS. 2016.	Espaços verdes urbanos e prevenção da saúde.	O estudo faz uma análise de como os espaços verdes urbanos são um elemento importante de prevenção primária em saúde pública em Quebec.	Foi utilizado de amostras de dados do Sistema Integrado de Vigilância de Doenças Crônicas de Quebec (QICDSS) de com 20 anos ou mais que atendessem a pelo menos uma definição de caso para doença cardiovascular (doença cardíaca coronária, acidente vascular cerebral, insuficiência cardíaca) ou seus fatores de risco (hipertensão e diabetes). Essa

			escolha do banco de dados foi motivada para examinar como os espaços verdes ajudam na prevenção primária de doenças cardiovasculares.
--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor. (2024).

Desse modo, podemos perceber que as áreas verdes possuem um fundamental papel no espaço urbano, com aspectos qualitativos do ponto de vista social e ambiental, pois relevante papel no espaço urbano para promoção da qualidade ambiental, qualidade de vida da população que necessita desta áreas, para práticas de esportes, lazer, convívio com a natureza e de mesmo modo, são importantes espaços para adoção de políticas públicas com o intuito de replicar a educação ambiental e programas sociais de manutenção da saúde e lazer. Por fim, as áreas verdes na atualidade são importantes espaços que adentram na atual discussão do planejamento urbano das cidades tendo em vista a importância dos espaços verdes como locais de conforto térmico e que corroboram em escala local no que cerne as ações de conter as problemáticas referentes a crise climática. No Tópico a seguir traremos análise sobre estudos que se refém a ecologia urbana.

2.1.1.1 A Ecologia urbana

A Ecologia urbano é um campo de estudo que foca na interação entre os seres humanos e o ambiente natural em áreas urbanas. Com o rápido e incontrolado crescimento das cidades em grande parte do Brasil, a ecologia urbana tornou-se cada vez mais relevante e necessária na busca por soluções sustentáveis para os desafios sociais e ambientais enfrentados nas diferentes áreas urbanas.

No espaço-tempo a sociedade moderna (re)produz continuamente o espaço geográfico, assim as paisagens naturais em ecossistemas urbanos acabam por passar constantes processos de metamorfoses. Assim, no atual contexto capitalistas vivenciado, os espaços verdades das cidades, tornam-se áreas de importância para manutenção da biodiversidade e no modo de vida da população, uma vez que, nos centros urbanos a exemplo de Fortaleza, o espaço geográfico por ações antrópicas, o que é doravante com uma série de

impactos socioambientais adversos, o que compromete assim o ecossistema em cidades e a qualidade de vida da população.

Nesse ponto, Oliveira e Santos (2021, p. 117), salientam que:

Com mais da metade da população mundial residindo atualmente em áreas urbanas e gerando impactos nos sistemas socioambientais, o estudo da Ecologia Urbana se reveste de forma significativa para a compreensão do meio ambiente e dos serviços ecossistêmicos em interação com os sistemas socioeconômicos. Nesse sentido, faz-se necessário destacar a importância da Ecologia Urbana para a promoção de cidades sustentáveis, visto que se caracteriza como uma disciplina holística e multidisciplinar, que integra o conhecimento das ciências naturais e sociais

Outrossim, o termo ecologia urbana é de origem das palavras gregas “oikos” e “logos”, que juntos significam a “ciência do habitat” sendo mencionado pela primeira vez pelo e pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel (Haeckel, 1866). Neste ponto conforme Adler e Tanner (2015, p. 3), a ecologia de desenvolveu-se no campo científico no final do século XIX “História Natural detalhada das espécies e dos seus hábitos, a ênfase de Darwin na interação entre espécies e na mudança destas no decorrer do tempo e o melhor entendimento da fisiologia de plantas e animais”.

Logo, conforme Oliveira e Santos (2021, p. 117) “[...] a Ecologia passou a ser conceituada dentro do escopo das Ciências Naturais, como as interações das espécies com o ambiente, ou seja, a ciência das relações”. Ademais, as relações entre sociedade e meio ambiente a evolução dos estudos sobre a ecologia passa a ser denominado de ecologia humana

(Steiner, 2008; Silva e Bomfim, 2019). Desse modo, o termo Ecologia Humana é fundamentado por Robert Park e Ernest Burgess (Lawrence, 2003) entre as décadas de 1920 e 1930 (Nucci, 2007).

Desta forma, os estudos sobre ecologia humana são fundamental importância para evolução das produções científicas sociais, pois, “o campo de atuação da Ecologia tradicional ao envolver e se concentrar no estudo das interações humanas com a natureza, e da natureza com o homem, visando reverter o panorama de degradação do planeta Terra ocasionado por ações antrópicas insustentáveis” (OLIVEIRA E SANTOS 2021, p. 117).

Desta forma, essa transição sobre os estudos sobre ecologia, corrobora assim para na década de 1920 para o surgimento do conceito de Ecologia Urbana, por sociólogos da

Universidade de Chicago, também chamado de Escola de Chicago³⁰. É importante destacar que de modo inicial os estudos sobre Ecologia urbana era parte integrante das pesquisas sobre Ecologia Humana (Wu, 2014).

Logo, sobre o conceito de Ecologia Urbana, Endlicher a define de duas formas:

a) “no contexto das ciências naturais, ecologia urbana refere-se a padrões biológicos e processos ambientais associados em áreas urbanas, como uma subdisciplina da biologia e da ecologia (...)”; b) “contudo, a segunda e complementar definição implica na perspectiva antropocêntrica. Aqui, ecologia urbana é entendida como uma abordagem multidisciplinar para melhorar as condições de vida da população das cidades, referentes às funções ecológicas dos habitats urbanos ou ecossistemas para pessoas (...)” (Sukopp; Witting, 1998, apud Endlicher *et al.*, 2007, p. 1).

Desse modo, os estudos sobre Ecologia urbana, tem maior difusão inicial nos Estados Unidos a partir dos estudos da Escola de Chicago na década de 1920. Assim, corrobora para o desenvolvimento de pesquisas e publicações que fomentam estudos dentro desta temática em outros países a exemplo da Europa, China, África do Sul e outros países no mundo (McPhearson *et al.*, 2016).

Já na fase contemporânea, apesar dos avanços dos estudos sobre Ecologia Urbana, “cerca de 90% das pesquisas da área foram realizadas nos Estados Unidos e Europa, por isso, ainda se observa em alguns países, como por exemplo o Brasil, as pesquisas de Ecologia Urbana se apresentarem de forma incipientes.” (OLIVEIRA E SANTOS 2021, p. 118). Todavia, o conceito de ecologia urbana tem se difundido e ampliado, pois conforme Miyamoto e Bruna, (2020, p. 91): “As complexidades do mundo contemporâneo têm trazido efeitos e consequências para as diferentes escalas de cidades, em um universo de diversidade disciplinar que envolve relevantes questões qualitativas e quantitativas”.

Além disso, é importante destacar que apesar dos estudos sobre Ecologia urbana ainda ser presente de forma predominante em alguns países, é um campo de estudo que passa por análises interdisciplinares, sejam eles ecólogos, biólogos, sociólogos, geógrafos, arquitetos, engenheiros e profissionais em planejamento urbano (Wu, 2014).

³⁰ [...] a Escola de Chicago foi fundada por Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie (Osmond e Pelleri, 2017), onde esses e outros sociólogos estudaram a cidade de Chicago para demonstrar, usando o conceito de sucessão ecológica, como ocorriam os processos de ocupação urbana e crescimento da cidade desde o centro até as regiões periféricas, por meio de sucessões humanas (Steiner, 2008). Na Escola de Chicago, os termos de Ecologia Humana e Ecologia Urbana eram utilizados de forma semelhante para se referir as interações humanas e sua distribuição no ambiente (Lawrence, 2003). (OLIVEIRA E SANTOS 2021, p. 118).

Nesse sentido, Wu (2008), salienta que a Ecologia Urbana três importantes vertentes de sua abordagem de conhecimento que nos ajudam o quanto pesquisadores de diferentes áreas nas práticas metodológicas de pesquisa:

1. Ecologia na Cidade: perspectiva relacionada a bioecologia, estudando como os sistemas biológicos são afetados dentro das cidades;
2. Ecologia das Cidades como estruturas socioeconômicas: perspectiva socioecológica que visa a compreensão da cidade por meio de uma base ecológica;
3. Ecologia das Cidades como ecossistemas: aborda os sistemas urbanos visando compreender a cidade como um ecossistema construído e impactado; considera o espaço urbano em sua amplitude integrado por questões ambientais e sociais; se caracteriza pela ecologia da paisagem, que considera a heterogeneidade das paisagens nas cidades para estudar o ambiente urbano.

Ademais, após a Ecologia Urbana superar a perspectiva clássica da Ecologia, é observado que o seu enfoque é remetido a análise sociológica, apoiada em conceitos ecológicos de modo que contribua no entendimento do ambiente urbano, se revestindo assim de metodologias tradicionais que originaram a Ecologia Urbana na Escola de Chicago em 1920 (Oliveira e Santos 2021). O que contribui assim para que o seu estudo não se limite aos organismos biológicos e sim na sua interação com a cidade, enquanto um espaço artificial construído e metamorfoseado pela sociedade.

Logo, Oliveira e Santos (2021, p. 121) salienta que:

A Ecologia Urbana, seja ela com abordagem na cidade ou da cidade, torna-se fundamental para o planejamento urbano sustentável no ambiente construído e para o gerenciamento adequado do meio ambiente. Considerando que as cidades são atualmente habitats de grande biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas de extinção, e onde reside, predominantemente, a espécie humana

Em resumo, a ecologia urbana procura integrar o desenvolvimento urbano com a conservação ambiental, tentando criar cidades mais equitativas, saudáveis, sustentáveis e resilientes para as gerações presentes e as futuras. Por fim, a Ecologia Urbana é imprescindível para promover a educação e conservação ambiental nos centros urbanos e preservar assim os espaços ecossistêmicos, possibilitando desse modo o planejamento de cidades sustentáveis que possam crescer economicamente, minimizando os impactos socioambientais. No Tópico a seguir, traremos a análise sobre o processo de requalificação

do Parque Urbano Rio Branco.

2.1.1.1.1 Processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco

A requalificação permite recuperar espaços desqualificados e desvalorizados, através de uma intervenção que tem de ser integrada, abrangendo vários componentes da vida urbana, trata-se de recuperar o valor patrimonial da cidade, que se associa à própria noção de urbanidade, a qualidade da cidade enquanto tal. (Magalhães 2013, p. 10)

Conforme Caldas (1998), o processo de requalificação é a realização de intervenções no “espaço construído” de modo que corrobore em melhorias que repercutem na qualidade de vida do cotidiano das pessoas. Logo o Parque Urbano Rio Branco passa pelo processo de requalificação urbana mediante a ação do Município e a pressão da população mediante a ação do Movimento Proparque, uma vez que, como nos ensina Corrêa (1989), o espaço urbano é (re)construído por diversos atores, não somente, o Estado e Grupos empresariais, os sujeitos sociais excluídos também fazem parte do espaço, segundo Côrrea (1989, p. 11) “o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”.

Assim, sobre a requalificação urbana, Celestino (2014, p 37) saliente que:

No que se refere à requalificação urbana, esta deve focar em questões infraestruturais urbanas que afetam elementos importantes que compõem o cotidiano das pessoas, como habitação e lazer, ou que possam impedir ou dificultar a realização das atividades. Entretanto cabe saber se o objetivo da requalificação tem se manifestado no espaço urbano, ou se apenas está sendo utilizado como uma expressão para camuflar os entraves urbanos que mudam de aparência (forma) e localização espacial.

No contexto recente, o Parque Urbano Rio Branco passou por um processo de requalificação urbana³¹, estando fechado para uso da população fortalezense pelo tempo de 14 meses. A Obra é provida pelo Município de Fortaleza, com investimento de R\$ 4.831.740,95, iniciada em 14 de junho de 2023, tendo a SEINF, como órgão responsável pela elaboração do projeto, tendo como empresa responsável pela obra a Construtora Cetrol LTDA.

Na Figura 9, trazemos no (ponto 1) a antiga fachada da entrada principal do Parque Urbano Rio Branco na Av. Pontes Vieira. Já na Figura 9 em seu (ponto 2) trazemos a mesma entrada após a reforma de requalificação do Parque.

³¹ A requalificação urbana deve ser compreendida como a revalorização do espaço urbano em todas as suas dimensões. (Magalhães 2013)

Figura 9 – Entrada Principal do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Ponto 1 Soares (2023); Ponto 2 Trabalho de Campo (2024).

Nesse contexto, é importante elucidar que o processo de depredação do Parque Urbano Rio Branco que levou ao seu consequente abandono e em sua atual requalificação na gestão do ex-Prefeito José Sarto, é algo que remete a uma reivindicação antiga do Movimento Proparque junto a diferentes gestões municipais do Município e de moradores do Bairro Joaquim Távora, com relatos referentes sobre o abandono e subutilização se estendem desde os anos 1990, como podemos observar no seguinte trecho do Diário do Nordeste sobre o abandono do Parque Urbano Rio Branco com data de 12 de outubro de 1999³², que traz os seguinte destaque: “Os frequentadores do Parque Rio Branco, na avenida Pontes Vieira, estão reclamando da falta de iluminação, de segurança e do lixo que vem sendo despejado na área dos fundos do parque” (Diário do Nordeste 1999).

No ano de 2006, é encontrado uma notícia do Jornal Diário do Nordeste ³³ relatos da população sobre o acumulo lixo, entulhos e folhas secas no Parque Urbano Rio Branco. A notícia também destaca a desocupação de 19 famílias em situação de rua e sem habitação, que ocupavam o espaço interno do Parque Urbano Rio Branco.

Outrossim, o prazo inicial de reforma do Parque Urbano Rio Branco para população fortalezense foi no mês de abril de 2024. Contudo, a obra de requalificação foi finalizada somente no dia 15 de agosto de 2024, na Figura 10, trazemos imagens sobre o processo de intervenção do Município de Fortaleza no Parque Urbano Rio Branco.

³² Arquivo presente no anexo D deste trabalho.

³³ Presente no Anexo E deste trabalho.

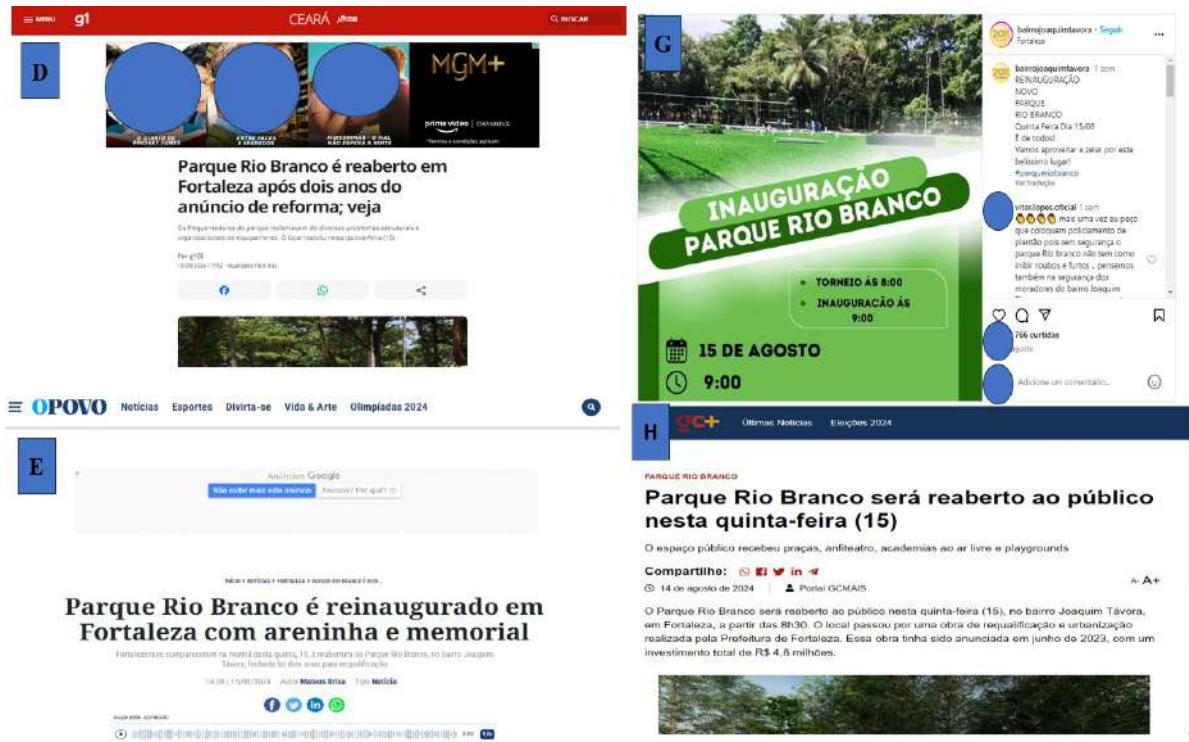
Figura 10 - Obras de Requalificação do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Finalizada a obra, trazemos assim a Figura 11, que traz um mosaico de imagens contendo destaques de jornais locais nos pontos D e E, na rede social oficial do Bairro Joaquim Távora, na plataforma Instagram no ponto G e por fim, no Ponto H, em portal de notícias sobre a reinauguração deste espaço verde da cidade.

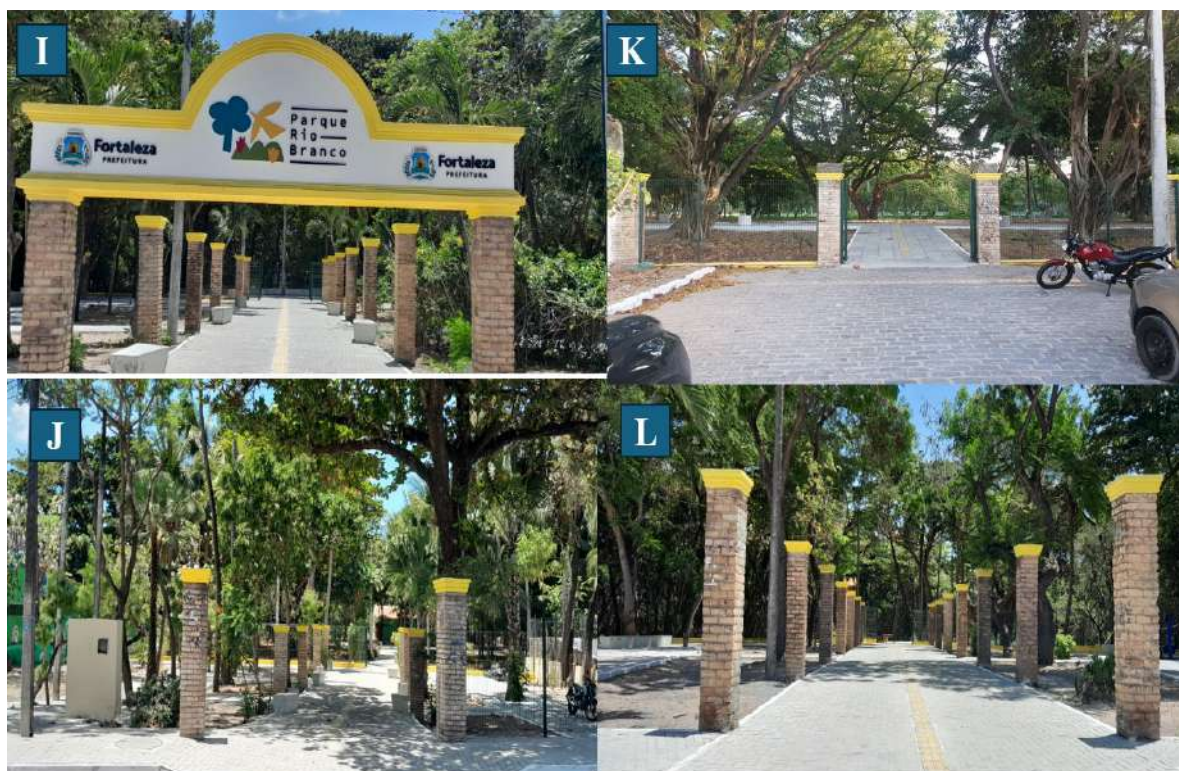
Figura 11 – Divulgação da Reinauguração do Parque Urbano Rio Branco



Fonte: G1CE (2024); OPOVO (2024); Perfil Oficial do Bairro Joaquim Távora no Instagram (2024); Portal GC+ (2024); Adaptado pelo autor (2024).

Já na Figura 12, mediante a reabertura do espaço, diferentemente da Figura 10, trazemos as quatro entradas do Parque Urbano Rio Branco reabertas para uso livre da população fortalezense conforme suas quatro entradas principais, registros estes realizados em trabalho de campo no mês de agosto de 2024. Logo, no Ponto I da Figura 12, temos a entrada para Av. Pontes Vieira, área de maior fluxo de automóveis públicos e particulares, mediante está via ser importante modal da capital cearense, no ponto J da Figura 12, a entrada para Av. Visconde do Rio Branco, no ponto K da Figura 12, a entrada para Rua Capitão Gustavo e por fim, conforme podemos perceber em trabalho de campo, no ponto L da Figura 12, a entrada para Rua Castro Alves, local esse de menor circulação de pessoas do Parque Urbano Rio Branco.

Figura 12 – Entradas principais do Parque Urbano Rio Branco



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Assim, podemos perceber que o processo de requalificação e manutenção do Parque Urbano Rio Branco, pelo Município, é doravante com que diz a Constituição Federal (CF) de 1988, art. 255, quando traz a afirmação sobre o meio ambiente e sua importância para qualidade de vida das pessoas: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Brasil, 1988). Outrossim, com o processo de abertura do Parque Urbano Rio Branco, trazemos a Figura 13, trazemos com mapa interno de localização do espaço feito pelo Município que contém os principais aspectos deste espaço verde.

Figura 13 – Mapa de Localização do Parque Urbano Rio Branco para usuários do espaço.



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Outro ponto de destaque pós-requalificação do Parque Urbano Rio Branco é a realização da Feira Arretada, que ocorre nos dias de sábado com horário das 17h às 21h, apresentada no mosaico de imagens da Figura 14, que traz a presença de pequenos comerciantes oriundos do Circuito Inferior da economia urbana, que praticam comércio no espaço. Na Feira além de apresentações culturais, ocorre a venda artesanato, brinquedos, pelúcias, bebidas, alimentação, vestuário de confecção, bijuterias e miudezas.

Figura 14 – Feira Arretada



Fonte: Trabalho de campo (2025).

O circuito inferior, se caracteriza por ser “não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie” (Santos, 1979, p. 155). Desse modo, o circuito inferior é simultaneamente um “perpetuador da pobreza” (Santos, 1979) que traz a possibilidade dos pobres urbanos de reduzir a insegurança, a precariedade e a exclusão social (Oliveira, 2011, p.197).

Contudo, apesar da origem, o circuito inferior também utiliza de recursos do Circuito Superior da economia urbana, “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (Santos, 1979, p. 31). Logo, conforme Silveira (2014), apesar de dialéticos estes circuitos interagem através de “vasos comunicantes”, por exemplo, maquinetas de cartão, internet, plataformas digitais e o PIX, algo presente na Feira Arretada.

O processo de reabertura do Parque também marca a volta das atividades do Movimento Proparque, presente na Figura 15, tendo o Ponto M, uma atividade em parceria com o Projeto de Extensão do Departamento de Letras estrangeira da Universidade Federal do Ceará – UFC Leitura na Praça. Já na Figura 15 em seu ponto N, a chamada para um piquenique no Parque organizado pela entidade.

Figura 15 – Projeto Leitura na Praça e Piquenique do Proparque.



Fonte: Perfil Oficial do Movimento Proparque na Plataforma Instagram (2025)

Outrossim, apesar da obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, conforme repostas obtidas na pergunta 8 do questionário presente no Apêndice A, com representante do movimento PróParque, que tem sua importante mediante sua atuação em defesa desta área verde da Cidade de Fortaleza e conhecimento sobre este espaço verde, não houve acesso e convite por parte do Município para o movimento sobre o acompanhamento das obras. Desse modo, trazemos o seguinte apontamento.

Nós não temos acesso, não houve convite para acompanhar a implementação do que estava sendo feito, a nossa preocupação é a proteção dos mananciais, dos riachos, pois sendo uma zona de preservação ambiental de nível (I), a água (Riachos) deve ter prioridades em sua proteção, não está sendo mantida a proteção de 30 M as margens direita e esquerda dos riachos, pois eles são enquadrados como uma APP.³⁴

Dessa maneira, tendo em vista sua atuação e conhecimento do Parque Urbano Rio Branco pelo Movimento Proparque, o grupo tem como principal discordância do projeto o material sintético utilizado na grama na nova areninha³⁵ que irá funcionar na área do Parque. Assim conforme a resposta adquirida na pergunta de número 9, no Apêndice A, no que se refere a discordância do tipo de grama utilizada na areninha do Parque Urbano Rio Branco, trazemos o seguinte destaque:

Sim, a instalação da areninha, com a utilização de grama artificial, que pode contaminar o lençol freático, o material utilizado nesta grama, o piso que foi instalado, que diferente do anterior, não permitem a permeabilização da água, contudo a secretaria de meio ambiente afirma, que é um piso moderno com alta porosidade, um concreto drenante e a ciclorota, que em determinados momentos cruzaria com a faixa reservada para caminhadas de pedestres.

Desse modo, na Figura 16, trazemos a Areninha do Parque Urbano Rio Branco, espaço esse que se torna uma opção para prática de desportos para os moradores do bairro Joaquim Távora, em especial o futebol, no espaço interno do Parque.

Figura 16 – Areninha do Parque Urbano Rio Branco.

³⁴ Resposta concedida em entrevista por Costa em agosto de 2024.

³⁵ A construção de areninhas teve início em 2014, fruto da parceria entre o Governo do Estado e as prefeituras municipais. Em oito anos de programa, foram instalados 277 equipamentos no Ceará. Destes, 103 estão espalhados por bairros de Fortaleza. O projeto é considerado uma das maiores políticas públicas de esporte no Brasil e tem atraído interesse de gestões governamentais de outras regiões do país. As areninhas são construídas em locais com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) ou alto índice de vulnerabilidade social (IVS). Os equipamentos modificaram espaços públicos e deram nova rotina atrelada ao esporte, além de melhorias para comerciantes. (O POVO, 2022).



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Outra questão também indagada junto ao movimento Proparque, sobre a obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, foi sobre os cuidados e junto a fauna e flora presente nesta área verde da Cidade de Fortaleza. Assim, trazemos a reposta de número 10, presente no questionário aplicado apresentado no Apêndice A: *“Creio que não, uma pessoa que teve acesso ao parque para alimentar os gatos que se encontram lá, relatou que foram encontrados alguns ovos de Iguana na instalação da areninha, e não se tinha pessoas aptas a dar um encaminhamento correto aquela ninhada.”*.

Por fim, a reforma da obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco para população fortalezense, também foi indagado junto ao Movimento Proparque, o que o grupo espera do Município, órgão responsável pela manutenção do Parque, após a conclusão do projeto: *“Que tenha manutenção, que permaneça com seus riachos e suas árvores, animais, que seja preservado por parte da URBFOR”*.

Nesse contexto, no tópico seguir, trazemos questões sobre o processo de reforma do Parque Urbano Rio Branco para população fortalezense, questionamentos do Movimento Proparque e dados coletados em trabalho de campo junto a usuários que frequentam este espaço verde da Cidade.

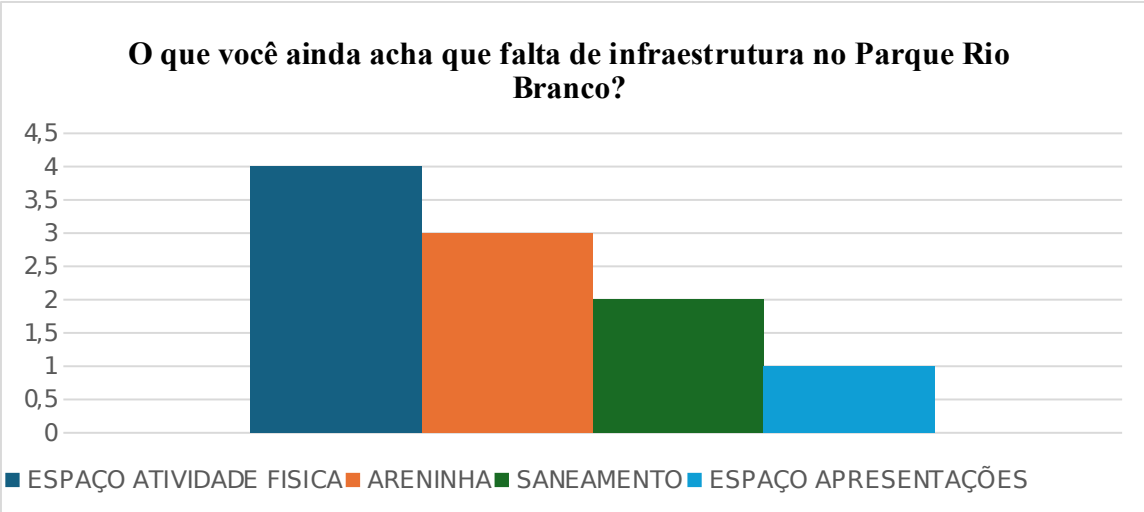
3. PARQUE URBANO RIO BRANCO: USOS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Através do trabalho de campo, no Parque Urbano Rio Branco, vislumbramos compreender a relevância deste espaço verde da Cidade de Fortaleza, na vida cotidiana das pessoas que o frequentam e usufruem de seu espaço. Assim, buscando entender questões desta pesquisa apontadas sobre o Parque Urbano Rio Branco, no contexto metodológico deste estudo, foi criado através da plataforma Google Forms, um formulário online, compartilhado em grupos da plataforma WhatsApp de moradores do Bairro Joaquim Távora, especificamente na Vila Santos, uma vez o citado território possui proximidade espacial junto ao Parque Urbano Rio Branco. Assim, obtivemos a coleta amostral de 10 repostas em um prazo de aceite de 3 semanas de moradores da Vila Santos, tendo como objetivo, de compreender de modo qualiquantitativo, como o Parque Urbano Rio Branco influência no cotidiano das pessoas que o frequentam.

A pesquisa foi feita com moradores tradicionais de diferentes gêneros e idades e busca demonstrar a visão de cada um deles no seu cotidiano. O formulário possui 09 perguntas ao todo sendo dividida em 03 temas diferentes, onde o primeiro tema está relacionado a Perguntas estruturais sobre o Parque.

A primeira pergunta foi, o que você ainda acha que falta de infraestrutura no parque? 04 pessoas elencaram sobre melhorias nas infraestruturas para atividades físicas,³ queriam a construção de uma areninha,² acharam importante a melhoria no saneamento e 1 indagou a necessidade de um espaço para apresentações. Assim, trazemos o Gráfico 1.

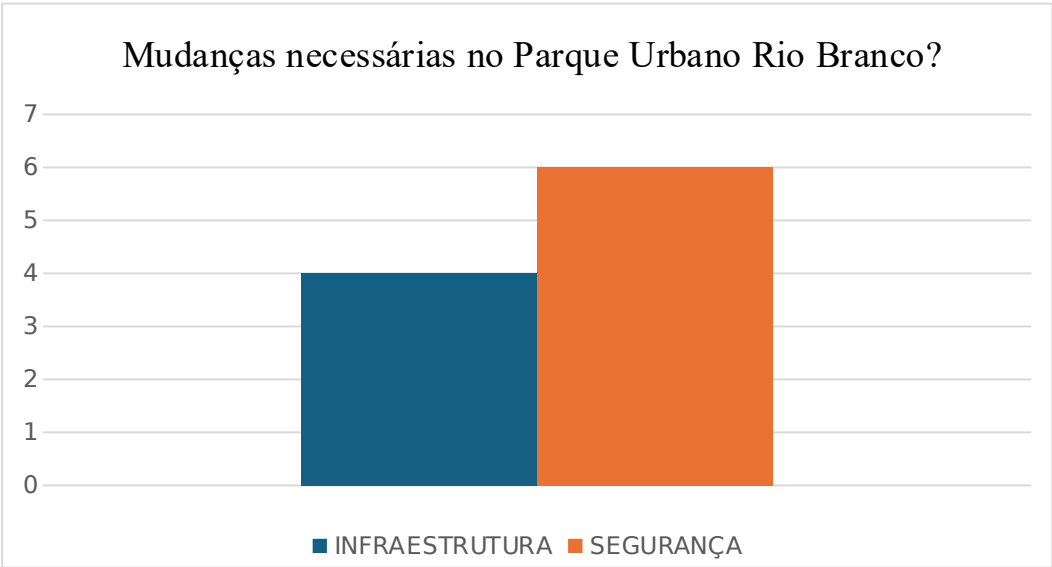
Gráfico 1 - Quais melhorias estruturais são necessárias no Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta elaborado pelo autor elaborado pelo autor (2024).

Já, na segunda pergunta, presente no Gráfico 2, foi analisado junto a amostra quais as mudanças necessárias para que a estrutura física do Parque Urbano Rio Branco satisfaça suas necessidades pessoais? Logo, conforme a amostra obtida, 6 pessoas responderam a segurança e 4 o cuidado com infraestrutura.

Gráfico 2 – Mudanças necessárias no Parque Urbano Rio Branco.



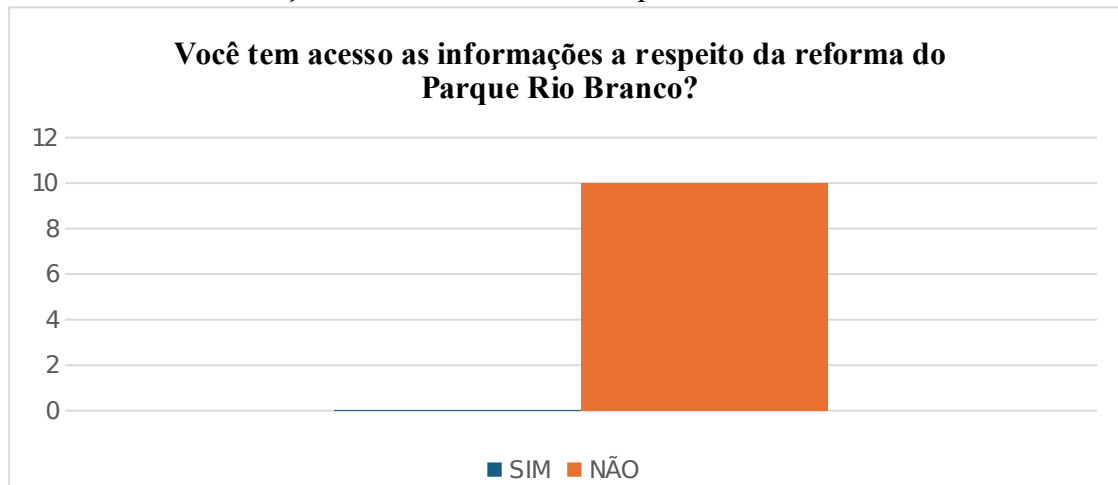
Fonte:

Pesquisa direta elaborado pelo autor elaborado pelo autor (2024).

Na terceira pergunta, presente no Gráfico 3, foi indagado junto aos contribuidores do formulário, se estavam tendo acesso as informações sobre a reforma do Parque Urbano Rio Branco junto ao poder público municipal de Fortaleza. De foram unanime, todas as 10 pessoas da análise amostral responderam que não.

Gráfico 3 - Acesso à informação sobre a reforma do Parque Urbano Rio Branco.

Fonte:

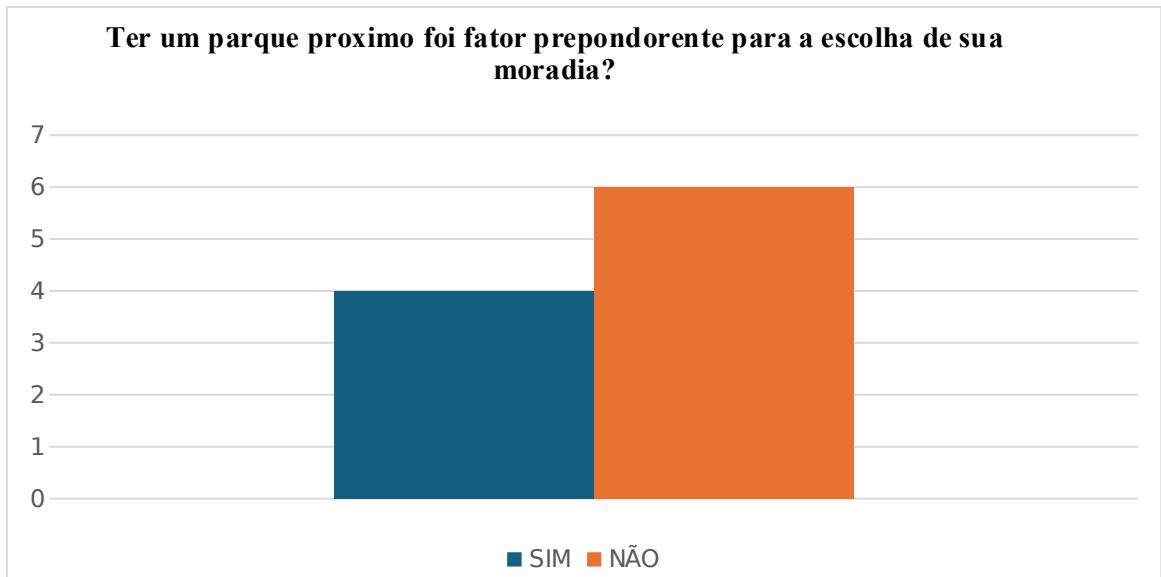


Pesquisa direta elaborado pelo autor elaborado pelo autor (2024).

Ademais, o segundo tema abordado nas perguntas, foi sobre a valorização do Parque Urbano Rio Branco. Assim, como sua presença no espaço foi importante na decisão ou escolha de uma moradia no Bairro Joaquim? Privatizar serviços que sejam oferecidos no futuro próximo é uma boa saída para se ter um parque mais dinâmico e agradável, é possível esta privatização, uma parceria pública-privada poderia ser desenvolvida? O Parque Urbano Rio Branco é diferente dos outros Parques de Fortaleza? Ele é mais ou menos importantes do que os outros?

O Gráfico 4, aborda sobre como Parque Urbano Rio Branco foi um fator preponderante para a escolha de sua moradia no Bairro Joaquim Távora. Conforme a análise amostral, 04 pessoas responderam sim, que ter um Parque urbano próximo de sua residência influenciou em sua decisão de moradia e 06 pessoas responderam que não.

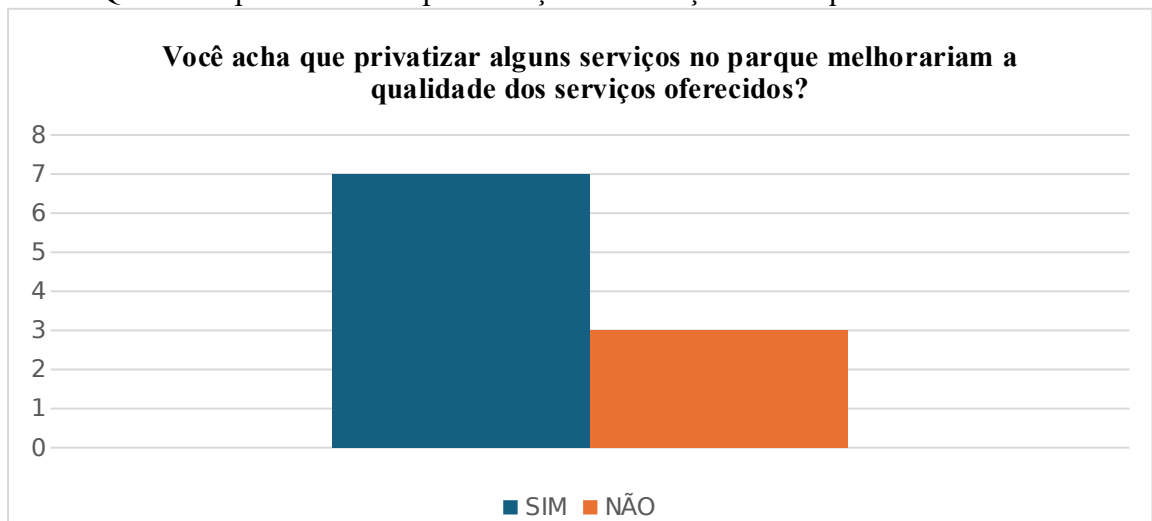
Gráfico 4 - Ter um parque urbano próximo sua residência foi importante para escolha do Bairro Joaquim Távora.



Fonte: Pesquisa direta elaborado pelo autor elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 5, indaga sobre a privatização de alguns serviços no Parque melhorariam a qualidade dos serviços oferecidos junto à população. Logo, de acordo com a amostra obtida, 07 responderam que sim e 03 pessoas que não.

Gráfico 5 - Qual sua opinião sobre a privatização de serviços do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta elaborado pelo autor elaborado pelo autor (2024).

Desse modo, sobre a questão da privatizar serviços do Parque Urbano Rio Branco, acreditamos que a privatização de seus serviços mesmo sendo este uma zona de preservação ambiental desde 1976, seja por proprietários individuais ou mesmo por alguma organização pode ser vantajoso, desde que cumpram e obedeçam as regulamentações e leis ambientais

estabelecidas para aquela local ,essas áreas são criadas para conservar a biodiversidade, proteger ecossistemas, como também promover práticas sustentáveis.

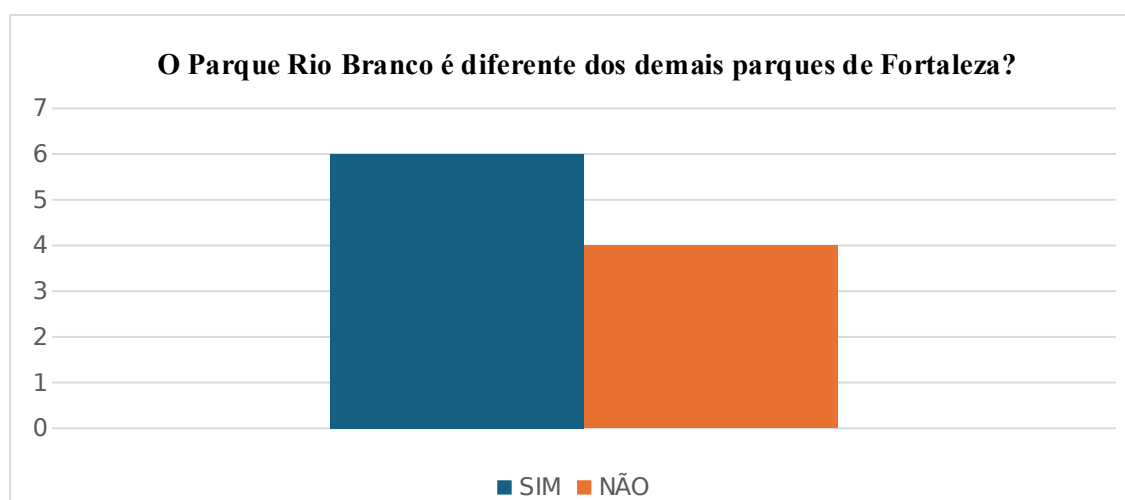
Logo, é de suma importância que a preservação seja feita de acordo com as normas legais para garantir a proteção efetiva do meio ambiente, apesar de estar longe de ser uma ideia unânime na cidade de Fortaleza ou de algum outro local do país, a privatização pode apontar algumas vantagens ,como propiciar uma gestão eficiente e focada, com melhor gestão dos recursos com direcionamento para a conservação e manutenção do parque , incentivos para investimentos em infraestrutura e programas de conservação. Uma vez que, existe um interesse direto na preservação do valor da propriedade, as inovações como também as diferentes abordagens para a conservação, sendo utilizado tecnologias e práticas que geralmente não se tem implementadas e oferecidas pelo setor público.

Dessa maneira, uma maior responsabilidade e segurança desta área, já que o proprietário privado terá um interesse direto em proteger e manter os ecossistemas do parque, pois este é que leva os visitantes ao local, pode ser oportuno a venda ou arrendamento gerando aporte financeiro que pode ser reinvestido em outras iniciativas de conservação ou mesmo em projetos comunitários. É bom que essas vantagens sejam cuidadosamente ponderadas em relação aos riscos e desvantagens que a privatização pode trazer, tendo a possibilidade de exploração excessiva dos recursos naturais.

Ademais, no Gráfico 6, é indagado junto a amostra se o Parque Urbano Rio Branco dos demais Parques Urbanos da Cidade de Fortaleza, 06 pessoas responderam que sim e 04 que não.

Gráfico 6. – O Parque Urbano Rio Branco é diferente dos demais Parques da Cidade de

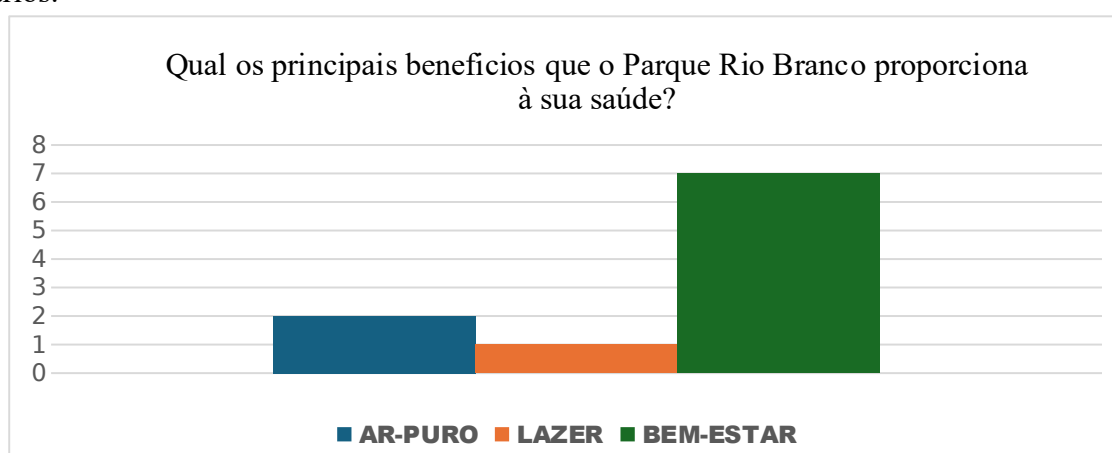
Fonte:



Pesquisa direta elaborado pelo autor (2024).

Ademais, no terceiro bloco temos indagamos junto aos colaboradores do questionário online sobre o Parque pode beneficiar ou proporcionar melhoria a saúde dos indivíduos que usufruem do espaço. Além disso, também questionamos sobre os exemplares de fauna e flora presentes no parque. Assim, trazemos o Gráfico 7, que retrata os benefícios que o Parque Urbano Rio Branco pode potencializar no que cerne a saúde das pessoas, 07 pessoas responderam que é o bem-estar, 02 pessoas responderam o ar puro e 01 pessoas respondeu o lazer.

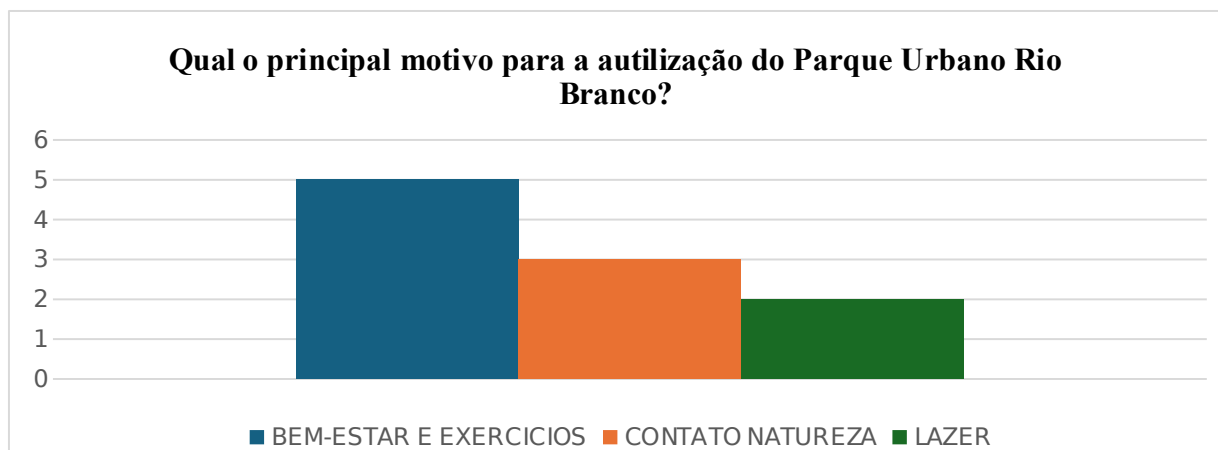
Gráfico 7 – Benefícios a saúde que o Parque Urbano Rio Branco proporciona a saúde de seus usuários.



Fonte: Pesquisa direta, elaborado pelo autor (2024).

Assim, trazemos o próximo o Gráfico 8, que aborda junto a amostra sobre o principal motivo de utilização do Parque Urbani Rio Branco, sendo destacado com maior resposta o bem-estar e práticas de exercícios, o que reforça assim o pensamento de Carvalho *et al* (2024, p.9) que em sua pesquisa salientam que: As áreas verdes urbanas são espaços públicos existentes nas cidades e que são essenciais para promover o bem-estar e a saúde dos seus usuários. A seguir o gráfico também traz o contato com a natureza e a prática do lazer. Logo, apresentamos o Gráfico 8.

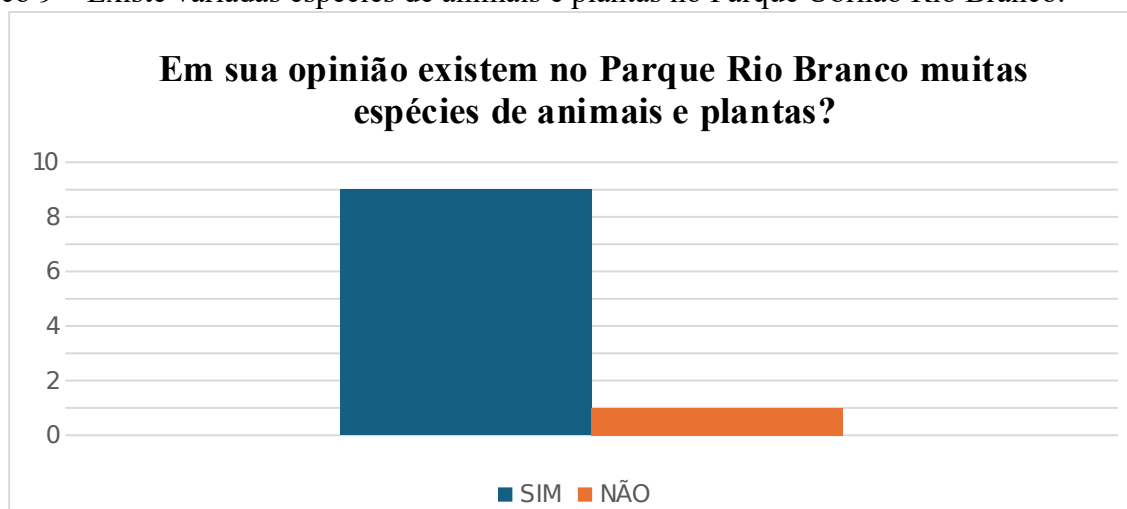
Gráfico 8 – Principal motivo de utilização do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta, elaborado pelo autor (2024).

Já na última pergunta do questionário, abordamos sobre as espécies animais e vegetais que existem no Parque Urbano Rio Branco. Desse modo, trazemos o Gráfico 9, que aborda o conhecimento das espécies animais e vegetais presentes no Parque Urbano Rio Branco, sobre isso, 09 pessoas colaboradoras do questionário responderam que sim, existem muitas espécies de animais e plantas e 01 respondeu que não existe uma fauna e flora diversificada.

Gráfico 9 – Existe várias espécies de animais e plantas no Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta, elaborado pelo autor (2024).

O Questionário, foi realizado de modo online, no período entre o dia 15 de abril a 30 de abril de 2024. Marco este temporal que se refere ao momento de estado de obras de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, logo, não sendo possível o acesso de entrevista da população no lócus da pesquisa, pois neste marco temporal o Parque Urbano Rio Branco

ainda se encontra rodado de tapumes, desse modo, não foi possível indagar na análise amostral sobre seu processo de requalificação.

Contudo, com o fim das obras de requalificação do Parque Urbano Rio Branco em 15 de agosto de 2024, foi possível assim realizar uma nova entrevista semiestruturada junto aos transeuntes que se encontravam no espaço. Desse modo, obtendo o total de 4 contribuintes junto a pesquisa.

Desse modo, foi perguntado aos frequentadores do Parque Urbano Rio Branco, se o espaço estaria pronto para receber a população após a obra de requalificação. Desta forma, conforme as respostas obtidas da análise amostral, trazemos os seguintes destaques, com pontos positivos negativos da requalificação do Parque Urbano Rio Branco.

O que percebi foi o que houve um reaproveitamento de alguns materiais , alguns brinquedos, na parte da academia, isso entra na questão da sustentabilidade, com relação aos bancos que foram afixados feitos de concretos necessitava de acabamentos com abolimentos de suas pontas, pois é um perigo para as crianças e idosos que podem se machucar, percebi também outra coisa, as barras de exercícios paralelos foram retiradas do local, o espaço para correr ficou legal, bacana, a gente ver que tem piso tátil para as pessoas que tem deficiência visual mais eu acho que ficou bacana para fazer cooper, correr, caminhar e tá, mais acho que deveria haver outras modalidades para atividades físicas, embora algumas coisas tão sido reaproveitadas, mais era para ter feito algumas coisas mais bacanas, o que podemos ver de mais interessante é Areninha, mais a parte de atividade física não estou vendo, deixou a desejar, e a limpeza como entregaram de última hora ficou a desejar e não foi feita ainda, uma parte do piso foi varrida e outra não, requisitos de matéria de concreto onde as pessoas que forem correr podem escorregar e cair , pelo investimento eu não vi do que foi apresentado não foi proporcional.³⁶

Na contribuição adquirida acima, um dos pontos positivos na obra de requalificação conforme a resposta da entrevista número 3 do Apêndice B, é sobre a nova pista para prática de corrida e caminhada, todavia, o colaborador também aponta como ponto positivo negativo o formado e o material dos novos bancos. Sobre isso, trazemos a Figura 17, que contém as observações do contribuinte junto a pesquisa.

Figura 17 – Nova Infraestrutura para prática de corrida, caminhada e ócio do Parque Urbano Rio Branco.

³⁶ Informação verbal adquirida em entrevista 3, concedida por Sampaio, em agosto de 2024, ao autor.



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Além da resposta supramencionada acima com aspectos positivos a exemplo, da areninha e da pista tátil para corrida, e como aspectos negativos a parte de atividades físicas e o material utilizado nos bancos do Parque. Nos dados amostrais adquiridos na entrevista presente no Apêndice B, os colaboradores da pesquisa também questionam a forma da condução da reforma do parque para população, pois havia locais com entulho proveniente da requalificação da praça, entretanto, também é destacado a importância da requalificação do Parque Urbano Rio Branco para população e de mesmo modo para os moradores do bairro Joaquim Távora: *“Eu Acho que ainda poderia ser dado umas terminadas porque ainda estamos vendo terminarem algumas coisas, mais valeu a obra, o bairro precisava as modificações que foram feitas no parque ficou legal a atende as expectativas³⁷”*.

Na fala a seguir, o entrevistado também questiona sobre a demora da reforma do Parque urbano Rio Branco e o lixo como pontos negativos e como ponto positivo o novo calçamento para prática de caminhada e a nova areninha: *“Eu esperei um pouco mais de limpeza do parque, acho que foi um ponto que pegou pela demora que a gente esperou com uma expectativa muito alta, está bom, mais poderia ter sido bem melhor, a melhor parte que eu achei sem dúvida o calçamento para fazer caminhada e Areninha³⁸”*.

Conforme a contribuição supramencionada acima, trazemos a Figura 9, que traz um mosaico de imagens registradas em trabalho de campo, durante a reinauguração do Parque

³⁷ Informação verbal adquirida em entrevista 4, concedida por Santiago, em agosto de 2024, ao autor.

³⁸ Informação verbal adquirida em entrevista 2, concedida por Silva, em agosto de 2024, ao autor.

Urbano Rio Branco em 15 de agosto de 2024. Podemos observar na Figura 18, a presença de entulhos da obra de requalificação durante sua reinauguração a população fortalezense.

Figura 18 – Entulhos da obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Trabalho de Campo (2024).

Já, no relato a seguir, além do colaborador também questionar sobre a forma de como foi a reinauguração do Parque urbano Rio Branco, também é mencionado o momento de eleições municipais de 2024. Assim trazemos a seguinte contribuição: *“Eu, esperava algo sei lá, algo mais arrumadinho, e como se você tivesse uma casa velha e tivesse dado uma maquiada por fora, outra coisa, em relação a reinauguração é porque é ano de política, só que não superou minha expectativa, com certeza a um superfaturamento³⁹”*.

Assim, podemos perceber nas contribuições acima que apesar da finalização da obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, é questionado pela população o processo condução da intervenção ,municipal neste parque da cidade, pois é importante salientar que houve o atraso da obra e além disso, é importante frisar que no ano de 2024 houve no Brasil as eleições municipais para o pleito de Prefeitos(as) e vereadores(as) dos municípios brasileiros, logo ocorre um aceleramento na realização das obras de requalificação tendo sua devolutiva final junto população “ às pressas” com a presença de lixo e entulho como destacado nas contribuições acima e na Figura 11.

³⁹ Informação verbal adquirida em entrevista 1, concedida por Diogenes, em agosto de 2024, ao autor.

Ademais, com o processo de reabertura do Parque Urbano Rio Branco, destacamos a Figura 19, com um mosaico de imagens com espaços de lazer, ócio e esportes físicos no Parque Urbano Rio Branco utilizado pelos usuários deste espaço verde da Cidade de Fortaleza.

Figura 19 - Espaços de lazer, ócio e esportes físicos no Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Já na Figura 20, destacamos um importante ponto no processo de manejo do solo proteção contra a erosão, que é o uso das folhas que caem no chão das próprias árvores do Parque Urbano Rio Branco, assim, protegendo o solo contra a ação direta das chuvas e ventos, reduzindo assim a erosão do espaço e contribuindo na boa manutenção do solo. Logo podemos observar assim a Figura 20.

Figura 20 – Uso de folhas das árvores para proteção do solo no Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Trabalho de campo (2024).

Sobre a utilização de folhas no chão do Parque Urbano Rio Branco para criação de adubo natural, a manutenção dessa prática no espaço é resultado da atuação e fiscalização do Movimento Proparque. Sobre isso, trazemos a seguinte declaração:

Folhas no chão. Melhor fiquem no chão e se transformarem em adubo natural. É conquista nossa, após 8 anos de negociação com a Emlurb. Hoje quem cuida do parque é a URBFOR. Foi bom ela deixar as folhas no chão. Folha é adubo, não é lixo! Trouxemos este conceito de um parque de Brasília e fizemos a campanha aqui.⁴⁰

Outrossim, podemos perceber assim, os resultados parciais sobre o Parque Urbano Rio Branco, com seus principais aspectos e os benefícios ambientais e sociais para população de Fortaleza, como também a atuação do Movimento Proparque como importante movimento social ambientalista da capital cearense que tem como pauta a defesa dos espaços verdes livres da Cidade de Fortaleza. Contudo, da reforma do Parque urbano Rio Branco, é importante destacar que nem todos os aspectos prometidos da obra foram devidamente cumpridos pelo Município para comunidade. Além disso, é importante destacar que o Parque urbano Rio Branco é uma ZPA, desse modo, parte dos aspectos da obra de requalificação possuem determinados limites tendo em vista ser uma área de preservação ambiental, questões essa que traremos no tópico a seguir deste trabalho.

3.1 Questões do Movimento Próparque pós-obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco.

⁴⁰ Conversa informal cedida, por Costa, representante do Movimento Proparque, ao autor via plataforma Whatsapp, na Cidade de Fortaleza em outubro de 2024.

Desde o início de sua atuação junto à comunidade que está inserida na Década de 1990, o Movimento Proparque, atua em defesa e fiscalização do Parque Urbano Rio Branco. Nesse contexto, pós-obra de requalificação do espaço, o Município, tinha como objetivo entregar a população as seguintes mudanças no espaço: Praça interna; Novo mobiliário; Ciclorrota; Quadra de beach tênis; Playground infantil; Academia ao ar livre; Anfiteatro; Estacionamento; Bicicletário; Areninha, Iluminação de LED, Pet Plays, Calçadão em piso drenante, passeios e instalação de todo o gradil que contorna a área para o equipamento além da questão do ócio, e contato com o meio ambiente, ser um lócus de reprodução do esporte e o lazer da comunidade local (Paulino, 2024).⁴¹

Todavia, é importante salientar que, determinados pontos no projeto de requalificação, não foram finalizados mesmo com a reinauguração do Parque Urbano Rio Branco. Tal fato decorre de questionamentos e fiscalização do Movimento Proparque junto ao Ministério Público por ferir importantes pontos que ferem a legislação das áreas de Zona de Preservação Ambiental, logo trazemos a seguinte contribuição:

Foram retirados da reforma do Parque, por ser ele Zona de Preservação Ambiental (ZPA) no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, de 2009, em vigor: ciclorrota (via exclusiva para bicicleta, a menos de 50m de uma das nascentes), Café dentro do Parque, quiosques de vendas nas três "praças" e "pet plays" (pontos de cuidado com animais domésticos). Tudo isso provado pela secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, SEUMA!⁴²

Outro importante questionamento e fiscalização do Movimento Proparque pós-obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, é sobre a realização das podas das árvores presentes no neste espaço. Está observação do grupo ambientalista atuante no Parque, é pontuada tendo em vista o cuidado sobre espécies arbóreas presentes na área, a questão estética e o evitamento de acidentes que possam vir ocorrer com seus frequentadores. Logo, trazemos o seguinte questionamento sobre as podas das árvores no Parque Urbano Rio Branco:

As Podas das árvores. A prefeitura faz sem critério. Manda cortar os galhos até certa altura. Sem profissional da área acompanhar o corte que é feito na doida. Cortaram até galhos do Baobá. Só uma vez em 29 anos vi um agrônomo acompanhar poda no parque, cocos caindo, nós fizemos o alerta para retirarem

⁴¹ PAULINO, Nicolas. Área verde de quase 50 anos, Parque Rio Branco tem entrega de obra adiada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/area-verde-de-quase-50-anos-parque-rio-branco-tem-entrega-de-obra-adiada-1.3502573>. Acesso em agosto de 2024.

⁴² Conversa informal cedida, por Costa, representante do Movimento Pró0parque, ao autor via plataforma Whatsapp, na Cidade de Fortaleza em outubro de 2024.

*brinquedos de crianças da área onde podem cair cocos. Favor convidar para a visita essa pessoa que pode relatar a experiência de ser atingida pelo coco. Alguns ainda estão na área inadequada.*⁴³

Ademais, como apresentado na Figura 10, a Areninha é um dos principais pontos questionados do Movimento Proparque junto ao Município. Tal fato, é importante pontuar que o grupo não é contrário a essa intervenção de requalificação do espaço, tendo em vista que a conquista de um campo para práticas esportivas referentes ao Futebol no Parque Urbano Rio Branco, também é uma bandeira levantada ainda na década de 1990 pelo grupo ambientalista.

Todavia, o movimento Proparque questiona o gramado artificial aplicado pelo Município na Areninha do Parque Urbano Rio Branco. O grupo atenta que o espaço é uma ZPA 1, logo possui importante corpo hídrico da cidade de Fortaleza, desse modo, a utilização de gramado artificial pode provocar contaminação do lençol freático presente no Parque Urbano Rio Branco. O Movimento Pró-parque solicita junto ao Município e o Ministério Público Estadual do Estado do Ceará⁴⁴, presente no Anexo F e Anexo G, que o gramado da supramencionada Areninha seja trocado por grama natural, como podemos observar na seguinte contribuição: “*Areninha. A grama artificial libera uma substância poluente da água do subsolo. Ainda esperamos que o Ministério Público Estadual sugira a prefeitura substituir a grama artificial por natural. Ele tem poder para isso.*”.

Nesse contexto, à luz de análise desta pesquisa, no Programa: **(Alô Alô Fortaleza da Rádio Assunção Cearense - 620 AM)**, apresentado pelos repórteres: Jota Lacerda e Cristine Martins, que entrevistaram Ademir Costa, integrante do Movimento Proparque, sobre a reforma realizada no Parque Urbano Rio Branco, realizado em 20 de agosto de 2024. Em pergunta sobre a reforma parque trazemos a seguinte resposta:

Na verdade sempre falta algo, uma coisa é certa, o Parque está com um novo traçado das caminhadas, como foi colocado um novo piso um piso mais bonito, com concreto drenante é o nome da tecnologia que eles usaram, é um tipo de ladrilho digamos assim que é comparando com a cerâmica, a cerâmica tem diversos tamanhos e eles podem ter comparando com o piso que nós tínhamos antes o piso atual, esse concreto drenante tem a vantagem de ser mais claro, as pessoas estão maravilhadas com a nova paisagem do parque, estão elogiando. Mas o outro lado, acontece que não foi muito bem colocado, pessoas mais idosas caíram, no passado teve esse tipo de problema sim, então é uma pena que uma obra está sendo entregue e já se constatar esse tipo de defeito. Você faz a sua a sua casa, o piso da casa você não quer que um ladrilho fique mais alto do que encontrou para não haver topada.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Processo MPCE nº 09.2022.00032748-4. Objeto: Procedimento destinado ao acompanhamento do projeto de requalificação do Parque Rio Branco a ser promovido pela SEUMA, visando ao cumprimento pela Prefeitura de Fortaleza dos preceitos constantes na legislação referente à Zona de Proteção Ambiental.

Então, já ouvi de duas ou três pessoas que toparam e caíram, nisso a pessoa se arranha né se machuca, então isso não é bom, há como corrigir, porque é como na casa da gente, se um piso estiver mal colocado a gente diz: Contratado venha cá e conserte o que você fez que corresponderá às expectativas. Então nós esperamos que evidentemente coisas desse tipo sejam corrigidas e aí naturalmente é fácil, isso não é uma coisa difícil, não é uma coisa que está agradando muito a toda a comunidade.⁴⁵

Sobre a problemática acerca da construção da Areninha do Parque Urbano Rio Branco, trazemos o seguinte questionamento do Movimento Proparque, junto ao Município, que indaga o motivo do não uso de grama do tipo natural neste espaço verdade da Cidade.

*Nós gostamos da Areninha, qual é a vantagem da Areninha, a população tem onde jogar bola de uma forma mais correta, não vai ter aqueles buracos como tinha antes, mas aqui também vem de novo um pró e um contra. A Prefeitura Municipal de Fortaleza, insistiu e colocou no piso da areinha grama artificial, ela tem um problema muito sério, **nós ouvimos dois biólogos e levamos seus pareceres para o Ministério público, disseram que grama artificial solta um elemento poluidor na água, quando chove a água passa pela grama entra para o subsolo e vai contaminar e poluir a água do subsolo**⁴⁶. Isso não é bom, por conta disso, nós solicitamos que o Ministério público não permitisse a colocação desse tipo de grama, colocasse a grama normal natural [...]. a grama artificial feita de plástico solta um produto, um elemento contagioso para a própria água que está lá no subsolo [...] então a lei diz que não deve ser poluído, o Parque é zona de preservação ambiental, para comparar tem zona na cidade que é para habitação, tem zona na cidade que é para a indústria e o parque é zona de preservação. Preservação ambiental significa o quê? Preservar, isto é, não sujar, não eliminar água, não eliminar, não derrubar as árvores, não matar os animais que já existem, nós temos o soim, as iguanas, digamos assim tem cinquenta, pois então que cresça aos poucos, e não tirar as condições de vida das iguanas, ela tem que ter um lugar para seus ovos, um ambiente para criar seus filhotes e assim por diante, preservar significa não tocar, não mudar as feições do meio ambiente, então o nosso parque é uma zona de preservação, isto é para conservar o ambiente do jeito que ele é natural. O nós estamos vendo é que a Prefeitura Municipal de Fortaleza colocou um tipo de piso na grama da areninha que é prejudicial, então nós esperamos a negociação com uma decisão do Ministério público para que isso seja corrigido. Algumas vezes escutamos que o movimento Proparque é contra a areninha, isso não é verdade, veja só, o campo só existe porque nós conquistamos o campo lá na década na década de 90, então se não fosse a gente ter conquistado o campinho naquele momento hoje não teria nenhum, porque o Campo do Meio não é mais do Primeiro de Maio, foi vendido pelo proprietário, a população ficou sem campo e outros foram vendidos também, o campo do América, por exemplo, quase foi vendido, inclusive as aranhinhas nasceram a partir do campo do América, foi a primeira areninha instalada, virou modelo [...].*

⁴⁵ Entrevista cedida por Ademir Costa, jornalista, integrante do Movimento Pró-Parque, fala sobre a reforma realizada no Parque Rio Branco, no Programa **Alô Alô Fortaleza da Rádio Assunção Cearense - 620 AM**, apresentado pelos repórteres: Jota Lacerda e Cristine Martins, em Fortaleza – CE, em 20 de agosto de 2024;

⁴⁶ Grifo nosso.

Nesse contexto, sobre o parecer supramencionado acima, apresentamos o Anexo H, que retrará o: DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – PARQUE RIO BRANCO. Ademais, outra questão abordada pelo Movimento Proparque é a Falta de um plano de Manejo no Parque Urbano Rio Branco. O Plano de Manejo é um estudo técnico que corrobora no estabelecimento de normas nas Unidades de Conservação (UC) (Brasil, 2015). Assim, o Plano de Manejo é o principal mecanismo para gestão das UCs definido pelo SNUC, conforme a Lei Nº 9.985/2000.

Logo, o Plano de Manejo é elaborado a partir da base de estudos que trazem diagnósticos do meio físico, biológico e social de uma determinada área ambiental. Nesse contexto, o Plano de Manejo deve refletir processos lógicos de diagnósticos e de planejamento ambiental, que analisa informações de diferentes naturezas. Sobre o questiona da falta de um plano de Manejo no Parque urbano Rio Branco, trazemos o seguinte apontamento:

[...] nós precisamos, porque está na lei na municipal chamada Plano Diretor, naquela lei tem assim, é preciso que onde existe zona de preservação ambiental exista um plano de manejo, o que é plano de manejo, é um documento que diga como que é aquele que é aquele que aquela zona de preservação ambiental deve ser conservada como que ela deve ser cuidada. É preciso haver o plano de manejo, se o plano de manejo já existisse certamente eles não teriam votado o piso aqui com o piso com concreto drenante porque o plano de manejo é dizer não pode impermeabilizar já está na lei de 2009.⁴⁷

Outro ponto importa abordado da supramencionada entrevista, foi o processo de participação da população e movimentos ambientalistas no projeto de requalificação do Parque. Assim, trazemos a seguinte observação:

Olha é o seguinte, foram quatorze meses de construção, desses quatorze meses de reforma nós entramos no parque duas vezes, então nós não podemos dizer que acompanhamos. O arquiteto que fez o projeto dessa reforma não conversou conosco antes nem durante nem depois dessa reforma, pegou um papel botou na prancheta dele na prancha dele fez um projeto e apresentou para a prefeitura, apresentou para nós depois que o prefeito anunciou a realização dessa reforma, então não houve negociação com a gente previamente durante o processo de construção. Nós fomos ao Ministério público dizendo que nós queremos opinião, por exemplo, não ter uma pista para bicicleta porque o parque é pequeno, tem só um quarteirão, então colocando a pista de caminhada e a pista de bicicleta os

⁴⁷ Entrevista cedida por Ademir Costa, jornalista, integrante do Movimento Pró-Parque, fala sobre a reforma realizada no Parque Rio Branco, no Programa **Alô Alô Fortaleza da Rádio Assunção Cearense - 620 AM**, apresentado pelos repórteres: Jota Lacerda e Cristine Martins, em Fortaleza – CE, em 20 de agosto de 2024.

caminhos você já pode imaginar a possibilidade de acidentes isso seria muito grande no parque por ser pequeno. [...] Então isso nisso aí houve a negociação e o Ministério público aconselhou e o pessoal da prefeitura aceitou a ideia de não abrir a pista, não é nós não gostamos de bicicleta, não se trata disso, colocar mais uma pista significaria mais impermeabilização do parque e a lei diz não pode impermeabilizar o parque Rio Branco, então a gente tem que fazer um jogo, por que que a lei diz isso para preservar a natureza se for impermeabilizando daqui a pouco não tem mais riacho se for impermeabilizando, daqui a pouco não tem água, não tem árvore, não tem aves, não tem animais, onde não tem água, não tem vida, então é isso, a lei na verdade está protegendo para que a gente tenha o parque para sempre, por isso que se chama zona de preservação, numa obra de infraestrutura você precisa conversar com quem vive, precisa conversar com quem vai usufruir daquilo ali, quem vai usar, quem vai estar presente todos os dias, então acho que mais do que uma crítica ou trazer pontos negativos porque a gente sabe da necessidade da reforma, isso tem muito tempo e todo mundo ficou feliz, porque enfim essa obra foi concluída, mas eu acho que vale esse detalhe, dessas pessoas envolvidas estarem conversando mais com a comunidade, existe uma lei no Brasil que é do venda foi aprovada em 2001, é o estatuto da cidade, a palavra da lei é impositiva, o prefeito não poderia fazer um projeto sem ouvir a população antes e depois do projeto feito, porém nosso movimento tem 29 anos de atuação no parque Rio Branco, nós conhecemos muito, nós vivemos tudo, nós crescemos muito das da realidade do parque, então nós só temos a dar um benefício a quem vai fazer um projeto para cá, porque a nossa palavra é um conhecimento do parque Rio Branco, nós conhecemos nós andamos no parque todo dia.⁴⁸

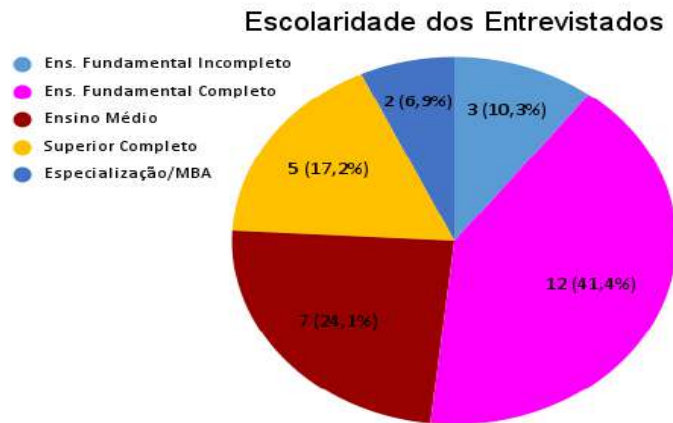
Outrossim, podemos analisar assim, que apesar do principal objetivo alcançado, a reforma e o processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco. Ainda existem questões que precisam ser discutidas e analisadas pelo Município junto ao Ministério Público, a comunidade e o movimento Proparque. Nós tópico a seguir, uma nova pesquisa de campo junto aos usuários do Parque Urbano Rio Branco.

3.1.1 Dados sobre os motivos da utilização do Parque Urbano Rio Branco pela População pós-período de requalificação.

Em nova pesquisa realizada com os usuários do Parque Urbano Rio Branco entre os dias 25 e 30 de setembro de 2024, tendo a contribuição de um total de 30 pessoas, sobre os motivos que levam a utilização deste espaço livre da Cidade. Em relação ao grau de escolaridade pesquisado, tendo um predomínio de pessoas que terminaram o Ensino Médio e alguns no ensino superior, desse modo trazemos o seguinte dado amostral no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Escolaridade de pessoas que utilizam o Parque Urbano Rio Branco.

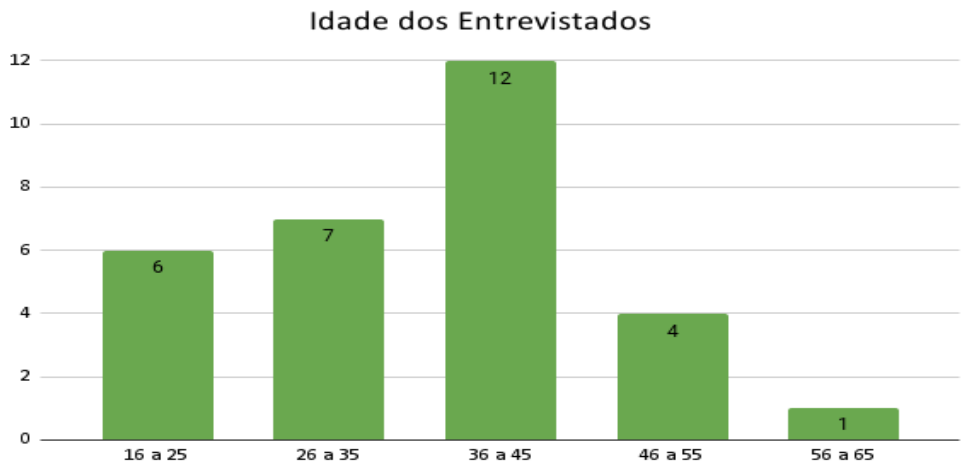
⁴⁸ Idem.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Nesse contexto, sobre a faixa etária da análise amostral, trazemos o Gráfico 10. Assim, a investigação pode perceber que conforme a amostra de 30 entrevistados, a maioria dos usuários do Parque Urbano Rio Branco é da faixa etária de pessoas adultas, com idade de 26 a 35 anos e em grande parte de 36 a 45 anos de idade, assim podemos analisar conforme o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Faixa etária dos usuários do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Assim, também trazemos sobre a ocupação profissional das pessoas que usufruem do Parque Urbano Rio Branco, sendo em sua maioria estudantes, com 33,3%. Assim, trazemos o

Gráfico 12 que traz a análise amostral sobre a ocupação dos usuários desta área verde da urbe fortalezense.

Gráfico 12 – Ocupação das pessoas que usufruem do espaço verde do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Ademais, em arguição sobre a distância de moradia do Parque Urbano Rio Branco, a grande maioria dos frequentadores do parque moram em seu entorno, ou seja, até 3 km de distância, contudo, a pesquisa também nos revela a importância desta área para outros bairros da cidade, pois o dado amostral também nos revela que também existe pessoas que moram distantes do espaço, usufruindo desta área verde da Cidade e o tendo como um bom referencial de uso, assim trazemos o Gráfico 13 que nos traz o seguinte dado.

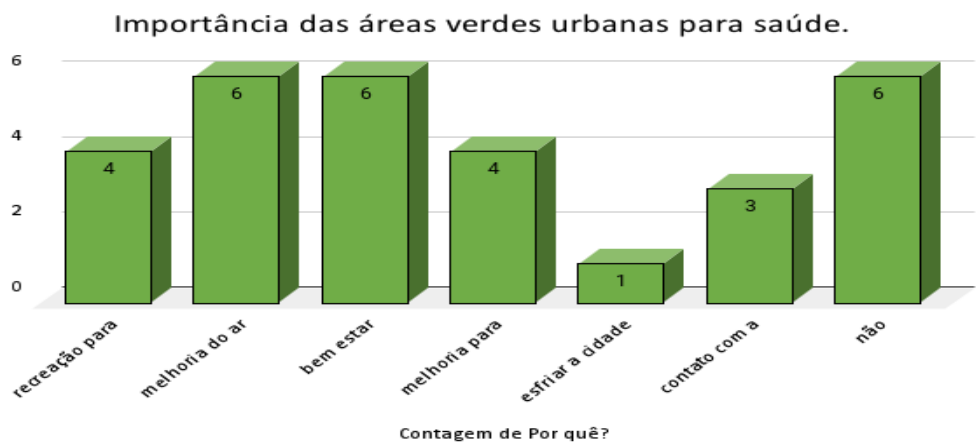
Gráfico 13 - Distância dos usuários do Parque Urbano Rio Branco de sua moradia até o espaço.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Na pergunta a seguir, quando perguntado sobre quais aspectos da saúde da população áreas verdes, conforme as repostas coletadas na análise amostral, destacam o fator melhoria da qualidade do ar e o bem-estar, ambas com 6 repostas. Assim, trazemos o Gráfico 14 sobre a importância das áreas verdes urbanas para saúde.

Gráfico 14 - Quais aspectos da saúde as áreas verdes contribuem.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Doravante com a relevância das áreas verdes para o aspecto da saúde, Mendes e Londe (2014, p.268) sobre a relação entre a qualidade de vida e a presença de áreas verdes:

No contexto da qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; contribuem para o desenvolvimento social e traz benefícios ao bem-estar, a saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e disporem de condições estruturais que favoreça a prática de atividades de recreação e de lazer. Desse modo, quando dotadas de infraestrutura adequada, segurança, equipamentos e outros fatores positivos, poderão se tornar atrativas à população, que passará a frequentá-las, para a realização de atividades como caminhada, corrida, práticas desportivas, passeios, descanso e relaxamento; práticas importantes na restauração da saúde física e mental dos indivíduos.

Nesse contexto, trazemos o Gráfico 15, que argumenta junto a análise amostral sobre a importância dos espaços verdes para saúde. Logo conforme as respostas de 28 contribuintes do Gráfico 15, as áreas verdes urbanas são de muita importância para saúde e apenas 2 pessoas apontam somente como importante. Desta forma apresentamos o Gráfico 15.

Gráfico 15 – Importância das áreas verdes para saúde.

Importância das áreas verdes urbanas para saúde.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

No Gráfico 16, trazemos questões junto aos usuários do Parque Urbano Rio Branco, para além da questão as saúdes, que outras questões influenciam sua presença neste espaço verde da urbe fortalezense. Assim, conforme coleta amostral, com 28 respostas, temos o maior destaque para uso do espaço recreativo para crianças com 28 repostas. Desse modo trazemos o Gráfico 16, que contém os fatores do uso do Parque para além do aspecto saúde.

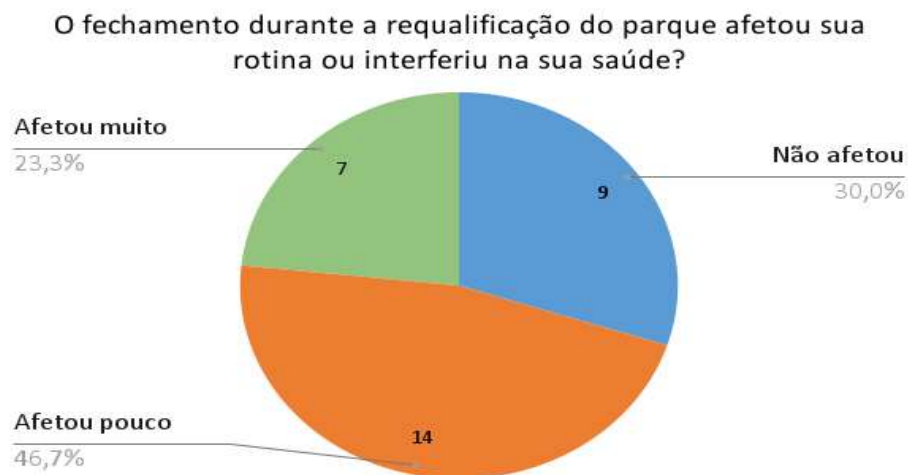
Gráfico 16 – Fatores importantes para uso do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Ainda neste tocante, foi argumentado junto aos colaboradores do questionário se o processo de fechamento do Parque Urbano Rio Braco para obra de requalificação, prejudicou a saúde de seus usuários. Assim, o gráfico 16, nos revela que para maioria, 46,7%, o que representa quatorze pessoas, que afetou pouco, assim apresentamos o Gráfico 17.

Gráfico 17 – O fechamento do Parque Urbano Rio Branco para obras de requalificação prejudicou sua saúde.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Desta forma, na pergunta a seguir, foi analisado junto aos contribuintes do questionário aplicado com os usuários do Parque Urbano Rio Branco, sobre os critérios de

escolhe de uma área verde da Cidade de Fortaleza para visita. Desta forma, construímos o Gráfico 18, que destaca como principal critério a qualidade na estética ambiental, com 53,3%, tendo um total de 16 respostas. Logo, trazemos o Gráfico 18, que traz dados sobre os critérios d população para escolha de um espaço verde para visita, de acordo com a contribuição da análise amostral.

Gráfico 18 – Critérios de escolha de áreas verde pela população.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Já sobre a questão estrutural da questão estrutural do Parque Urbano Rio Urbano Rio Branco, apresentamos o Gráfico 18, que segundo os dados da análise amostral, o montante de 18 respostas afirma que o este espaço verde da Cidade de Fortaleza, possui boas condições de infraestrutura. Assim, apresentamos o Gráfico 19 abaixo.

Gráfico 19 – Infraestrutura do Parque Urbano Rio Branco.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Outrossim, no Gráfico 20, abordamos junto aos contribuintes do questionário de pesquisa, sobre a visitação do Parque Urbano Rio Branco antes de sua requalificação. Logo, conforme dados coletados em trabalho de campo, o montante de 12 pessoas afirma que visitavam o espaço todos os dias. Sobre isso, apresentamos o Gráfico 20.

Gráfico 20 - Visitação do Parque Urbano Rio Branco antes da obra de requalificação.

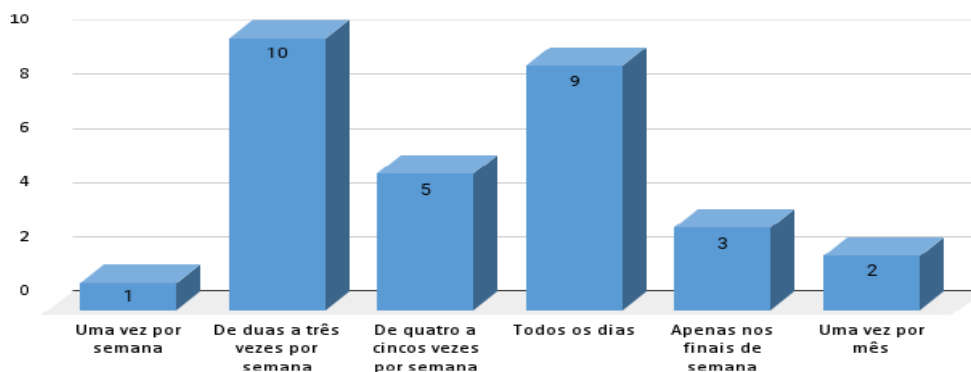


Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Nesse contexto, no Gráfico 21, apresentamos os dados de visitação, conforme a análise amostral coletada em trabalho de campo, sobre a frequência de sua visitação após o processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco. Diferentemente o Gráfico 19, que a maioria dos entrevistados afirmam que visitavam o espaço todos os dias, no processo pós requalificação desta área verde da Cidade de Fortaleza, com 10 respostas, visitam o lugar de duas a três vezes por semana, contudo, é importante salientar que, em 2º lugar, com 9 respostas dos dados amostrais afirmam que visitam o Parque todos os dias. Desta forma, apresentamos o Gráfico 21.

Gráfico 21 – Visitação do Parque Urbano Rio Branco pós-período de requalificação do espaço.

No contexto da requalificação com que frequência você tem visitado este parque?

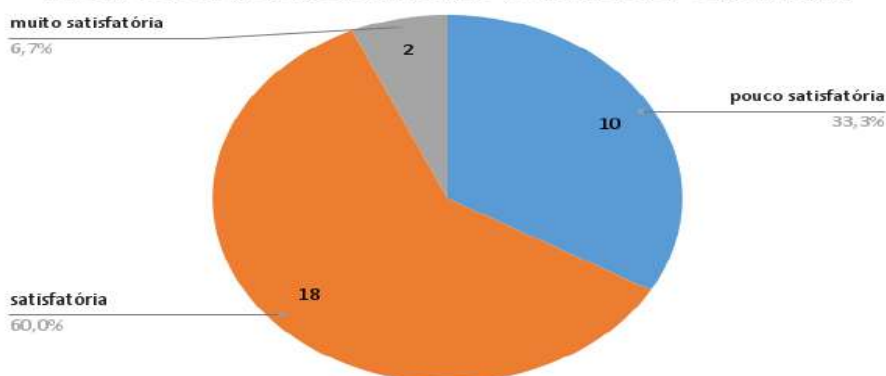


Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Doravante com o processo de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, no questionário aplicado, perguntamos junto aos frequentadores do espaço sobre sua percepção após obra de requalificação. Desta forma, conforme dados colhidos da análise amostral, 60 % dos contribuintes, que se refere ao montante dezoito pessoas, afirmam que estão satisfeitos com a obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, assim apresentamos o Gráfico22.

Gráfico 22 – Percepção dos frequentadores do Parque Urbano Rio Branco sobre sua obra de requalificação.

Na sua percepção, a requalificação do parque foi satisfatória?

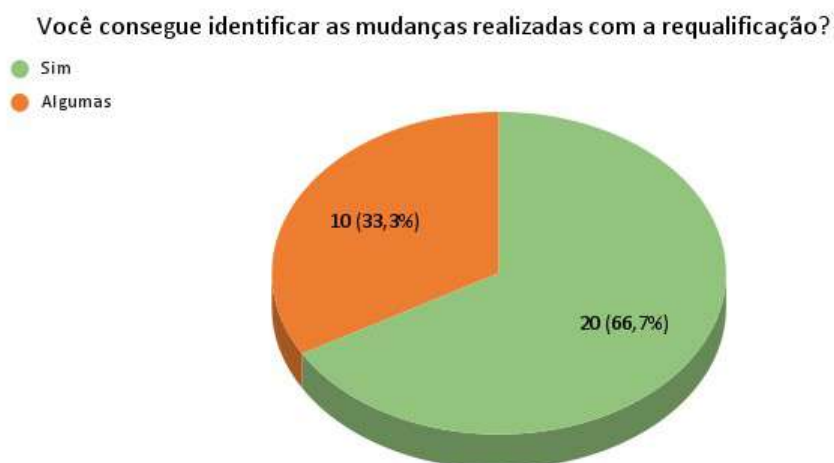


Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Desse modo, sobre a percepção da população nas mudanças ocorridas de requalificação do Parque Urbano Rio Branco, trazemos o Gráfico 23 que para maioria dos

dados colhidos na análise amostral, 66,7%, que corresponde o montante de 20 pessoas, que sim, é perceptível as mudanças nos espaços após obra de requalificação. Desta forma, trazemos apresentamos o Gráfico 23.

Gráfico 23 – Percepção da população da Obra de Requalificação do Parque Urbano Rio Branco.

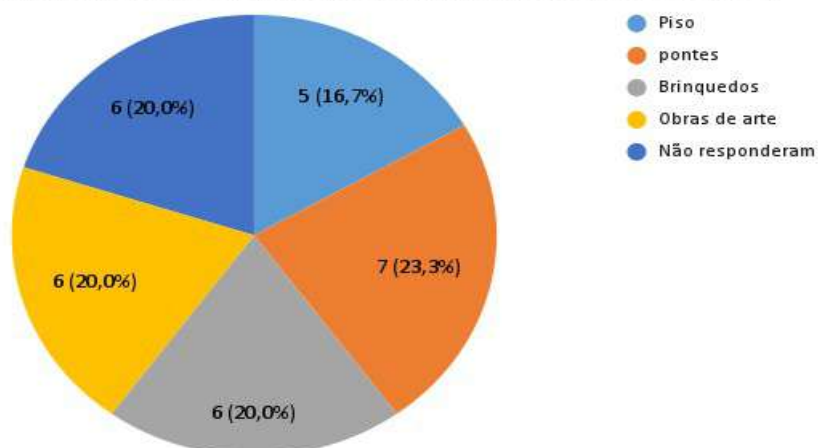


Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Nesse Contexto, trazemos a próxima pergunta, sobre quais mudanças é possível identificar no Parque Urbano Rio Branco, após obra de requalificação apresentado no Gráfico 24, que conforme os dados colhidos da análise amostral em sua maioria destaca as pontes dos Parque, com 23,3%, um total de 7 pessoas. Em seguida, com 20%, que corresponde o total de 6 pessoas, destacam obras de arte, brinquedos e não souberem responder, já o total de 16,7%, com o total de 5 pessoas, destacam o novo piso do espaço.

Gráfico 24 – Mudanças identificadas na Obra de Requalificação do Parque Urbano Rio Branco.

Quais mudanças consegue identificar com a requalificação do parque ?

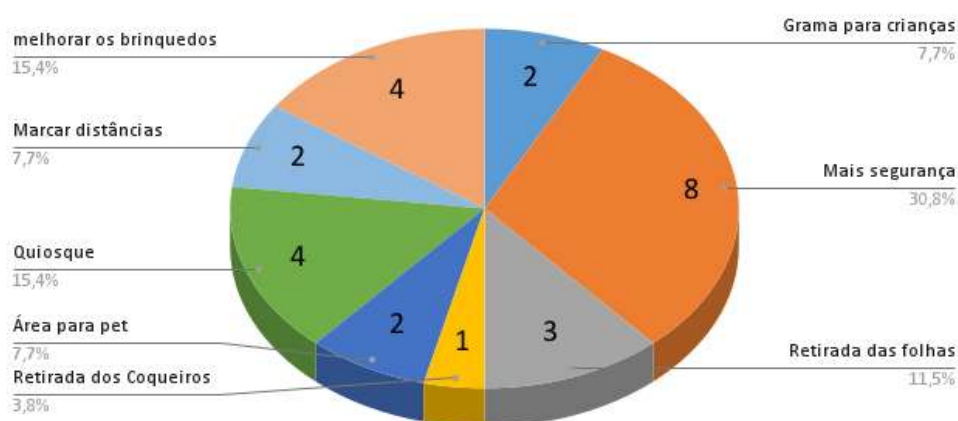


Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Assim, na pergunta seguir, foi analisado junto a análise amostral, sobre quais melhorias ainda faltam para os visitantes do Parque Urbano Rio Branco, após sua obra de requalificação, com maior destaque para segurança, com o total de 30,8 %, o que representa oito contribuições junto ao questionário aplicado. Assim, no gráfico 25, trazemos quais pontos do Parque ainda precisam de melhorias para seus usuários após a obra de requalificação.

Gráfico 25 – Quais melhorias ainda faltam para os visitantes do Parque Urbano Rio Branco.

O que poderia ser feito para melhorar as condições do parque para os visitante?

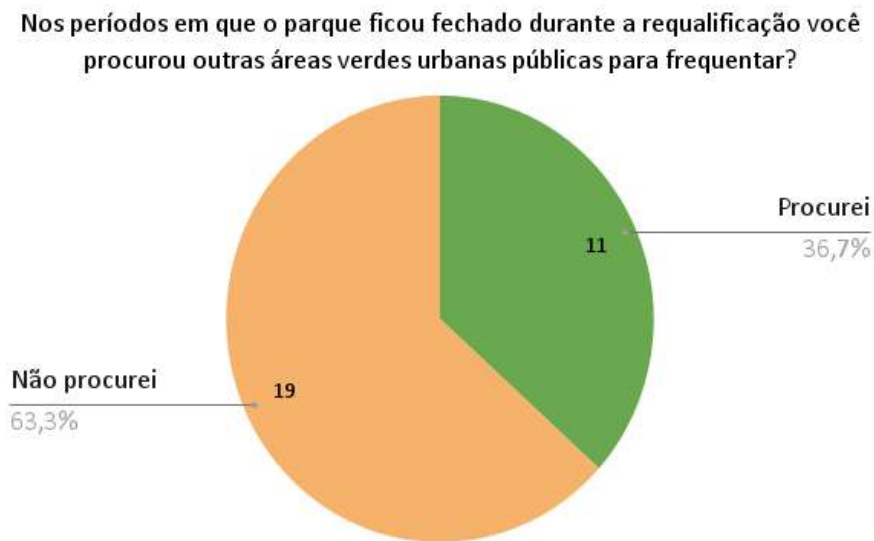


Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Na pergunta a seguir, analisamos junto a análise amostral se no período de fechamento para obra do Parque Urbano Rio Branco, se foi procurado outros espaços verdes

da Cidade de Fortaleza para uso. Desse modo, apresentamos o Gráfico 26, que conforme a amostra, 63,3% dos entrevistados, o total de 19 pessoas, afirmam que não procuraram outros espaços verdes para visitação.

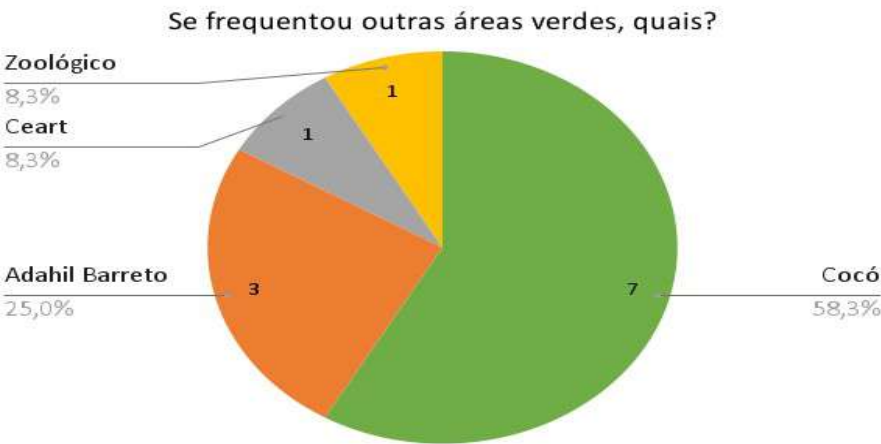
Gráfico 26 – Visitação de outros espaços verdes da Cidade de Fortaleza com o fechamento do Parque Urbano Rio Branco pra obras de requalificação.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Nesse contexto, o Gráfico 27, nos traz que 36,7% da análise amostral, afirma que sim, procurou outros espaços verdes para visitação com o processo de obra de requalificação do Parque Urbano Rio Branco. Assim, indagamos junto a este dado amostral, sobre quais lócus verdes de Fortaleza visitados no momento de fechamento do Parque Urbano Rio Branco apresentado no Gráfico 26 abaixo, com maior destaque para o Parque Estadual do Cocó.

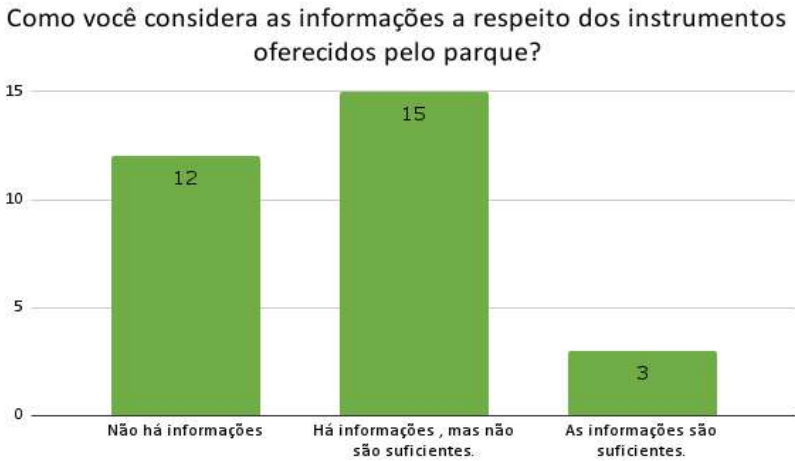
Gráfico 27 – Outros espaços verdes de Fortaleza visitados por usuários do Parque Urbano Rio Branco durante o processo de requalificação do espaço.



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Ademais, sobre os instrumentos oferecidos pelo espaço verde do Parque Urbano Rio branco para população, conforme a coleta amostral de trabalho de campo, em sua maioria, quinze pessoas, afirmam que não tem informações suficientes sobre os instrumentos oferecidos pelo Parque, assim apresentamos o Gráfico 28.

Gráfico 28 – Informações dos instrumentos oferecidos pelo Parque Urbano Rio Branco



Fonte: Pesquisa direta de campo do autor (2024).

Desse modo, conforme o trabalho de campo, chegamos assim à descoberta sobre novas questões sobre os parques urbanos da Cidade de Fortaleza e o Parque Urbano Rio Branco, com questões que trazem mais detalhes e percepções dos usuários deste espaço verde da urbe fortalezense que contribuíram com a pesquisa. Outrossim, no tópico a seguir, traremos a conclusão desta pesquisa.

CONCLUSÃO

Concluimos que o Parque Urbano Rio Branco, é um lócus de fundamental importância para diversos processos de interação entre sociedade e natureza. Uma vez que, são espaços verdes da Cidade que potencializam o equilíbrio ambiental, de retenção de gases poluentes na atmosfera e de formação de locais de temperatura mais baixa que corroboram para conforto o térmico. Assim, são áreas livres da cidade que além das questões ecológicas, proporcionam a formação de espaços que promova a interação entre a população e com meio ambiente contribuindo para melhor qualidade de vida.

Nesse contexto, está pesquisa com seus resultados parciais, contribui para apresentar a importância do Parque Urbano Rio Branco na Cidade de Fortaleza. Uma vez que tendo em vista o aumento das edificações e dos espaços artificiais do crescimento urbano da urbe fortalezense, potencializa o equilíbrio ecológico urbano e fomenta o seu uso junto a população fortalezense como uma área livre urbana em diversos aspectos, por exemplo, o lazer, o ócio, a prática de esportes, o conforto térmico e até como fonte de renda para pequenos comerciantes.

Além disso, podemos analisar que o Parque Urbano Rio Branco traz em sua história contribuições na discussão da política ambiental e o movimento ambientalistas de Fortaleza. Desse modo, a atuação do Movimento Proparque em defesa, manutenção e zelo do Parque Urbano Rio Branco na urbe fortalezense, traz junto a sociedade discussões, problematizações e reflexões sobre a política ambiental dos parques urbanos da Cidade de Fortaleza junto à comunidade.

Todavia, o Parque Urbano Rio Branco também apresenta problemas tendo em vista que a requalificação deste espaço apesar de feita, porém ainda é encontrado questões junto a sociedade não sendo totalmente satisfatória como apresentada nos questionários e pelo Movimento Proparque.

Assim destacamos a questão do uso da grama artificial na Areninha do Parque Urbano Rio Branco, algo que é questionado pelo Movimento Proparque. Já conforme a análise amostral destacamos: o acabamento dos bancos, as informações insuficientes oferecidas pelo parque, a melhorias para o recebimento dos visitantes, a falta de quiosques, espaço para pets, melhores brinquedos para as crianças, segurança e entre outros apresentados nesta pesquisa.

É importante ressaltar que na contemporaneidade a questão ambiental está em constante debate tendo em vista a problemática em escala global como também no direito à

cidade aos espaços verdes para população como um todo, assim o Parque Urbano Rio Braco é uma área de relevância ambiental da Cidade de Fortaleza e que ajuda a população ter como opção de local que saia da rotina dos contemporâneos locais artificiais urbanos, sendo um lócus vivo e livre para interação entre comunidade e meio, contudo mesmo diante a obra de requalificação, ainda apresenta questões a serem resolvidas e dialogadas junto a população e movimento ambientalista.

Por fim, mediante os resultados da pesquisa, podemos trazer e contribuir junto a Ciência Geográfica, o quanto os parques urbanos são lócus que para além da manutenção da biodiversidade local, amenização dos problemas ambientais e qualidade de vida da população. É importante ressaltar que na contemporaneidade a questão ambiental está em constante debate tendo em vista a problemática em escala global como também no direito à cidade aos espaços verdes para população como um todo, assim o Parque Urbano Rio Braco é uma área de relevância ambiental da Cidade de Fortaleza e que ajuda a população ter como opção de local que saia da rotina dos contemporâneos locais artificiais urbanos, sendo um lócus vivo e livre para interação entre comunidade e meio.

REFERÊNCIAS

ADLER, Frederick R.; TANNER, Colby J. Ecossistemas urbanos. **São Paulo: Oficina de Textos**, 2015.

ALVARENGA, Jackeline Oliveira; SALES, Marta Celina Linhares. O CLIMA NOS ESPAÇOS INTRA-URBANOS DE FORTALEZA-CEARÁ. **ANAIS DO X SIMPÓSIO BRASILEIROS DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA**. 2014. p.355 -366.

ALVES, Tereza Cristina Valverde Araujo. **Parques urbanos de Fortaleza-CE: espaço vivido e qualidade de vida**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista UNESP, Rio Claro – SP, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/56d28361-eef9-4cdb-8e97-a8333ffe9c5c/content>>. Acesso em junho de 2024.

BRASIL. Parques e Áreas Verdes. **Ministério do Meio Ambiente**. Brasília, 2024. Disponível em:< <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reasverdes.html#:~:text=As%20%C3%A1reas%20verdes%20urbanas%20s%C3%A3o,o%20equil%C3%ADbrio%20ambiental%20nas%20cidades.>> Acesso em julho de 2024.

BRASIL. **Cartilha de Plano Diretor Orientado ao Turismo** / Ministério do Turismo, Universidade de Brasília – 1 edição, Curitiba, 2022 p. 12-13. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/plano-diretor-orientado-aoturismo/cartilha_de_plano_diretor_orientado_ao_turismo__versao_final____01-05-2022-sem-logomarca-1.pdf> Acesso em set de 2024.

DA SILVA COSTA, Ademir. Lutando por áreas verdes: movimentos ambientais em Fortaleza. **Tensões Mundiais**, v. 8, n. 15, p. 233-257, 2012.

CARVALHO, Rodrigo Guimarães de. *et al.* A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA EM ÁREAS VERDES URBANAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19:: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PARQUE ESTADUAL DUNAS DE NATAL E O PARQUE MUNICIPAL MAURÍCIO DE OLIVEIRA EM MOSSORÓ. **Revista GeoInterações**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2024. DOI: 10.59776/2526-3889.2024.5089. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/5089>. acesso em set. 2024.

CARVALHO, Rodrigo Guimarães de. *et al.* IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES URBANAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: : ESTUDO NO PARQUE MUNICIPAL MAURÍCIO DE OLIVEIRA – MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE. **REVISTA GEOGRÁFICA ACADÊMICA**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rga/article/view/7340>. Acesso em: 27 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CALDAS, Gessiane Oliveira. **Espaços urbanos: uma produção popular**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador-Ba, 1998.

CELESTINO, Paula Leilane Oliveira. **Requalificação Urbana: entraves e desafios no Bairro Lagoa Grande na cidade de Feira de Santana - Bahia (2000-2013)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

ENDLICHER, Wilfried et al. **Urban ecology** – Definitions and concepts, shrinking cities: Effects on urban ecology and challenges for urban development, [s.l.], [s.n.], 2007. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/232906753_Urban_Ecology_-_Definitions_and_Concepts>. Acesso em: jun. 2024.

FALCONERY, Lucas. Como áreas verdes podem amenizar efeitos das mudanças climáticas em Fortaleza. **DIÁRIO DO NORDESTE**, Fortaleza. 2023. Disponível em:<<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/como-areas-verdes-podem-amenizar-efeitos-das-mudancas-climaticas-em-fortaleza-1.3431999>>. Acesso em junho de 2024.

FORTALEZA. Plano Local de Ação Climática. **Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente**. Fortaleza 2023. Disponível em:<<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/572-plano-local-de-acao-climatica#:~:text=O%20Plano%20Local%20de%20A%C3%A7%C3%A3o,de%20carbono%20para%20o%20munic%C3%ADpio.>>. Acesso em junho de 2024.

FORTALEZA. Plano Plurianual do Município de Fortaleza (PPA) 2010-2013. **Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento**, 2009.

GRESSLER, Sandra Christina; GÜNTHER, Isolda de Araújo. Ambientes restauradores: definição, histórico, abordagens e pesquisas. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, p. 487-495, 2013.

HAECKEL, Ernst. **Generelle Morphologie der Organismen: Allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von Charles Darwin reformierte Descendenz-Theorie. Band 1: Allgemeine Anatomie. Band 2: Allgemeine Entwicklungsgeschichte.** de Gruyter, 1866.

JORGENSEN, Sven Erik; FATH, Brian D. **Encyclopedia of ecology**. Elsevier BV, 2008.

LAWRENCE, Roderick J. **Human ecology and its applications Landscape and Urban Planning**, 45, 31-41.2003.

MASCARÓ, L. J. MASCARÓ, J. Vegetação Urbana. Porto Alegre: UFRGS/FINEP, 242 p, 2002.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, v. 1, n. 13, 2006.

MACEDO, Silvio Soares et al. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. In: **TERRA**, Carlos; ANDRADE, Rubens. Paisagens culturais. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2009.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES URBANOS E ÁREAS VERDES NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM CIDADES. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S. l.], v. 29, p. 177–193, 2013. DOI: 10.5380/raega.v29i0.30747. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SAKATA, Francine. Parques urbanos no Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.

MAGALHÃES, I. Planos locais de habitação. In: DENALDI, R. (Org.). Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013. p. 13-28.

MOURA, D. *et al.* A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Revista Cidades – Comunidades e Territórios**, n. 12/13, p. 15-34, 2006.

MCPHEARSON, Timon *et al.* Advancing urban ecology toward a science of cities. **BioScience**, v. 66, n. 3, p. 198-212, 2016. MIYAMOTO, James; BRUNA, Gilda Collet. Ecologia urbana: conceitos, pré-conceitos e pós-conceitos. **arq. urb**, n. 27, 2020.

MOTA, Lucas. Areninhas são referência de política social e mudam vidas nas comunidades do Ceará. **O POVO**, 2022, Fortaleza. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/areninhas/2022/07/20/areninhas-sao-referencia-de-politica-social-e-mudam-vidas-nas-comunidades-do-ceara.html>> Acesso em julho de 2024.

NASCIMENTO THATIANY. Meio ambiente, estética e lazer: como os 27 parques urbanos de Fortaleza impactam a rotina da cidade. **DIÁRIO DO NORDESTE**, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/meio-ambiente-estetica-e-lazer-como-os-27-parques-urbanos-de-fortaleza-impactam-a-rotina-da-cidade-1.3220506>>. Acesso em julho de 2024.

NOGUEIRA, Josafá Melo *et al.* A complexidade das áreas de preservação permanente em ambiente urbano: O caso de Fortaleza, Ceará. **Revista Pantaneira**, v. 24, p. 199-212, 2024.

NOTTINGHAM, Patrícia Carvalho. **Tempos verdes em Fortaleza: um olhar sobre a experiência do movimento ambientalista (1976-1992)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NUCCI, João Carlos. Origem e desenvolvimento da ecologia e da ecologia da paisagem. **Revista Eletrônica Geografar, Curitiba**, v. 2, n. 1, p. 77-99, 2007.

OLIVEIRA, José Lucas Dos Santos; SANTOS, Joel Silva. Ecologia Urbana: histórico, definições e abordagens interdisciplinares. **Acta Brasiliensis**, v. 5, n. 3, p. 116-122, 2021.

DE OLIVEIRA, Edílson Luiz. **Divisão do trabalho & circuitos da economia urbana**. SciELO-EDUEL, 2016.

PAULINO, Nicolas. Área verde de quase 50 anos, Parque Rio Branco tem entrega de obra adiada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/area-verde-de-quase-50-anos-parque-rio-branco-tem-entrega-de-obra-adiada-1.3502573>. Acesso em agosto de 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15ª Ed., 2ª Reimpressão - São Paulo: Contexto, 2016. 148p.

REDAÇÃO. 12 regionais de Fortaleza, confira a nova divisão da capital cearense. **G1CE**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/06/12-regionais-de-fortaleza-confira-a-nova-divisao-da-capital-cearense.ghml>>

REDAÇÃO. Prefeitura de Fortaleza anuncia construção de 30 microparques urbanos até o fim do próximo ano. **G1CE**. Fortaleza, 2023. Disponível em:< <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/06/05/prefeitura-de-fortaleza-anuncia-construcao-de-30-microparques-urbanos-ate-o-fim-do-proximo-ano.ghtml>>. Acesso em julho de 2024.

RUSSO, Franciso José Filgueiras. **O novo parque do cocó como patrimônio da cidade numa perspectiva sociogeográfica e a apresentação de um método alternativo de rápida avaliação dessa unidade de conservação**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2021. Disponível em< <https://www.uece.br/propgeo/pesquisa/dissertacoes-teses-e-relatorios/teses/teses-2021/>>

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª Ed. 8ª Reimpressão – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014. 384p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997^a

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. Cuaderno del CENDES, ano 21, n. 57, 2004.

SAKATA, Francine Mariliz Gramacho. **Parques urbanos no Brasil-2000 a 2017**. 2018.

SHERER-WARREN, Ilsen. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. 95 p.

SILVA, Ioná Pereira da; BOMFIM, Luciano Sergio Ventin. O Télos da Ecologia Humana no Brasil e sua interface com as populações tradicionais. **Acta Brasiliensis**, v. 3, n. 1, p. 35-39, 2019.

SILVA, Tatiane Santos da. Avaliação quali-quantitativa da arborização do parque rio branco, Fortaleza-CE. 2016. 43 f. Monografia (Graduação em Agronomia)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em:< <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36754>>

SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. (Orgs.) **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p. 177-193, 2013.

TAYLOR, Lucy; HOCHULI, Dieter F. Defining greenspace: Multiple uses across multiple disciplines. **Landscape and urban planning**, v. 158, p. 25-38, 2017.

VIANA, Theyse. Parque Rio Branco: do esquecimento aos impasses da nova promessa de reforma. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. 2023. Disponível em:<
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/parque-rio-branco-do-esquecimento-aos-impases-da-nova-promessa-de-reforma-1.3334376>> Acesso em setembro de 2024.

WU, Jianguo Jingle. Making the case for landscape ecology: an effective approach to urban sustainability. **Landscape journal**, v. 27, n. 1, p. 41-50, 2008.

WU, Jianguo. Urban ecology and sustainability: The state-of-the-science and future directions. **Landscape and urban planning**, v. 125, p. 209-221, 2014.

WU, Jianguo; XIANG, Wei-Ning; ZHAO, Jingzhu. Urban ecology in China: Historical developments and future directions. **Landscape and urban planning**, v. 125, p. 222-233, 2014.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: VICENTE ANDRE FÉRRER FURTADO

ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO

PESQUISA: HISTÓRIA AMBIENTAL E INFLUÊNCIA ESPACIAL DO PARQUE RIO
BRANCO, FORTALEZA - CE

MODELO/ENTREVISTA

ADEMIR COSTA LÍDER DO MOVIMENTO PROPARQUE

- 1) Como você analisa o atual movimento ambientalista no estado do Ceará?
- 2) Como surgiu a ideia de criar o movimento Proparque?
- 3) Como o movimento proparque atua junto à comunidade sobre a conscientização sobre a defesa do Parque Rio Branco?
- 4) Qual a importância dos espaços verdes para a cidade de Fortaleza?
- 5) O movimento Pró-Parque atua junto às escolas para promover a educação ambiental?
- 6) Qual a importância das redes sociais para a divulgação das atividades do movimento Proparque?

- 7) Como você analisa as atuais políticas ambientais da cidade de Fortaleza?
- 8) Com a requalificação iniciada houve um acompanhamento pelo movimento nas mudanças implementadas?
- 9) Há alguma discordância por parte do Movimento Proparque entre o projeto apresentado para população e o que poderia ser implementado?
- 10) Com a requalificação do parque houve preocupação com parte da prefeitura com a fauna e flora que constituem esta área verde?
- 11) O que você espera do parque Rio Branco após a sua requalificação?
- 12) O movimento Proparque também atua na defesa de outros espaços verdes de Fortaleza, se sim quais?
- 13) Como você analisa a importância do movimento ambientalista, na luta sobre o direito à cidade, no que cerne aos espaços verdes?
- 14) Como é realizada a renovação do quadro pessoal que constitui o movimento Proparque?
- 15) Quais os maiores problemas enfrentados pelo movimento Proparque hoje?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: VICENTE ANDRE FÉRRER FURTADO

ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO

PESQUISA: HISTÓRIA AMBIENTAL E INFLUÊNCIA ESPACIAL DO PARQUE RIO
BRANCO, FORTALEZA - CE

MODELO/ENTREVISTA

FREQUENTADORES DO PARQUE RIO BRANCO

- 1) O que acha o da reinauguração do Parque e se ele já está pronto para receber os usuários?

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRANDO: VICENTE ANDRE FÉRRER FURTADO

ORIENTADOR: PROF. DR. RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO

PESQUISA: HISTÓRIA AMBIENTAL E INFLUÊNCIA ESPACIAL DO PARQUE RIO
BRANCO, FORTALEZA - CE

MODELO/ENTREVISTA

FREQUENTADORES DO PARQUE RIO BRANCO

1. Escolaridade
2. Idade(anos)
3. Ocupação
4. Sua residência está localizada a aproximadamente que distância do Parque
5. Qual a importância das áreas verdes urbanas para a sociedade
6. Quais fatores são mais importantes para o funcionamento das áreas verdes na sua cidade
7. Quais fatores são mais importantes para o funcionamento das áreas verdes na sua cidade
8. Quais fatores são mais importantes para o funcionamento das áreas verdes na sua cidade
9. Como você avalia a importância das áreas verdes urbanas para sua saúde?
10. Por quê?
11. Por que você escolheu essa área verde da cidade para visitar
12. Por que você escolheu essa área verde da cidade para visitar
13. Na sua opinião, este parque urbano que você visita em sua cidade apresenta boas condições de infraestrutura?
14. Se não,por quê ?
15. Com que frequência você visitava este parque antes da requalificação

16. No contexto da requalificação com que frequência você tem visitado este parque?
17. Considera que a requalificação do parque foi uma ação importante da prefeitura em benefício da sociedade.
18. Por quê?
19. Concorde com o fechamento do parque no período da noite?
20. Na sua percepção, a requalificação do parque foi satisfatória
21. Nos períodos em que o parque ficou fechado durante a requalificação você procurou outras áreas verdes urbanas públicas para frequentar
22. Se frequentou outras áreas verdes, quais?
23. O fechamento durante a requalificação do parque afetou sua rotina ou interferiu na sua saúde
24. Como você considera as informações a respeito dos instrumentos oferecidos pelo parque?
25. Você consegue identificar as mudanças realizadas com a requalificação?
26. Se sim, quais?
27. Você visita outras áreas verdes como essa em Fortaleza
28. Quais:
29. O que poderia ser feito para melhorar as condições do parque para os visitantes

ANEXO A - DECRETO MUNICIPAL Nº 4628 DE 30 DE JANEIRO DE 1976

(14.196)QUINTA-FEIRA, 19

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FEVEREIRO DE 1976.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EVANDRO AYRES DE MOURA PREFEITO DE FORTALEZA SECRETARIADO GABINETE: Ubiratim Diniz de Aguiar RELAÇÕES PÚBLICAS: Fernando Maia Mendonça PLANEJAMENTO: Paulo Roberto Coelho Pinto ADMINISTRAÇÃO: José Freire de Castelo FINANÇAS: José Orcetti Azevedo de Castro Monteiro SERVIÇOS URBANOS: Francisco Suetônio Bastos Mota SAÚDE E ASSISTÊNCIA: Fernando Antonio Mendes Façanha URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS: Reginaldo Mendes Ragel EDUCAÇÃO E CULTURA: Maria Líduina Correa Leite SUMOV: João Luiz Ramalho de Oliveira Filho EMURF: Otto Brasil de Sá Cavalcante INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA: José Simões dos Santos INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA: José Aguiar Ramos INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS: Antonio Aldo Melo FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: Alduci Nogueira Barbosa FUNEFOR: Alberto Nepomuceno de Oliveira SUDEF: Roberto Cavalcante Farias CODEF: José Rocha Furtado Filho FRIFORT: Justino Cavalcante Barros C. T. C.: José Bezerra de Arruda	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO Criado pela Lei No. 461 de 24/03/1952 DIRETOR: ADERSON MAIA NOGUEIRA Chefe de Produção Gráfica: Francisco César F. Pinheiro Chefe de Expediente: Isabel Vauloide Cafe Monteiro SEDE: RUA GUILHERME ROCHA, 1211 - Fone: 267169 Assinatura - Ano Cr\$ 130,00 Semestre Cr\$ 65,00 Trimestre Cr\$ 38,00 Assinatura - Ano para Servidor Cr\$ 45,00 Semestre Cr\$ 38,00 Trimestre Cr\$ 19,00 Número do Dia Cr\$ 1,00 Número Atrasado Cr\$ 2,00 PUBLICAÇÕES Por linha Cr\$ 3,00 Publicação Mínima Cr\$ 80,00 Os originais não serão aceitos com assinaturas ou palavras ilegíveis devendo ser devidamente autenticados e datilografados de composição simples até o verso, bem assim sem rasuras e entrelinhas.
--	--

DECRETO No. 4628 DE 30 DE JANEIRO DE 1976.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, as áreas de terras que indica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Fortaleza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60. do Decreto Lei Federal No. 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei No. 2786, de 21 de maio de 1956 e pelo Decreto-Lei No. 1075, de 22 de janeiro de 1970, decreta:

Art. 1o. - Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, nos termos do art. 60. do Decreto - Lei Federal No. 3365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei No. 2786, de 21 de maio de 1956 e pelo Decreto-Lei No. 1075, de 22 de janeiro de 1970, todas as áreas de terrenos, prédios, benfeitorias e servidões existentes na área destinada à ZONA DE PRESERVAÇÃO PAISAGISTICA ZE-3, definida pelos seguintes limites: Começa na confluência da Av. Visconde do Rio Branco, com a Rua Castro Alves, segue pela Rua Castro Alves, Rua Cap. Gustavo, Rua Antonio Furtado, Rua Frei Vidal, Av. Pontes Vieira, Rua Barros Leal, Rua Antonio Furtado, Av. Visconde do Rio Branco até o ponto inicial. Tudo de conformidade com o projeto elaborado pela COORDENADORIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE FORTALEZA (ANEXO ÚNICO).

Art. 2o. - Ficam excluídas da presente declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis, prédios e benfeitorias, pertencentes ao Estado e à União situados na área discriminada no artigo anterior.

Art. 3o. - fica a Superintendência Municipal de Obras e Viação - SUMOV, autorizada a promover e executar, amigável ou judicialmente, a desapropriação de que trata este Decreto, devendo correr as despesas por conta de recursos próprios da SUMOV.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 30 de janeiro de 1976.

Evandro Ayres de Moura
 PREFEITO DE FORTALEZA
 ANEXO ÚNICO DO DECRETO No. 4628



ANEXO B – DECRETO MUNICIPAL Nº 8960, DE 06/11/1992



FORTALEZA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO XL

FORTALEZA, 16 DE NOVEMBRO DE 1992

Nº 9991

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 7219 DE 16 DE OUTUBRO DE 1992

Revoga a Lei nº 6463 de 07.06.1989, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU PROMULGO A SEQUINTE LEI: Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 6463, de 07.06.89 que "Considera de utilidade pública o Fundo de Apoio Comunitário (FAC), em decorrência da Lei nº 6438 de 08.09.89, D.O.M. 9211 de 25.09.89, que concede o mesmo benefício. Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 16 de outubro de 1992. José Maria Couto, Bezerra - PRESIDENTE.

*** *** ***

LEI Nº 7232 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1992

Institui o Programa de Acuidade Visual e Prevenção da Cegueira.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU PROMULGO A SEQUINTE LEI: Art. 1º - Fica criado na rede municipal o PROGRAMA DE ACUIDADE VISUAL E PREVENÇÃO DA CEGUEIRA. Art. 2º - As Secretarias de Saúde e de Educação do Município de Fortaleza, elaborarão em conjunto um plano de atuação a ser executado durante o ano letivo. Parágrafo Único - A partir de 1993 os exames preventivos deverão ser feitos obrigatoriamente após as matrículas, no prazo máximo de trinta (30) dias. Art. 3º - O Município de Fortaleza fica autorizado a firmar convênios com órgãos públicos, classistas, privados e organizações nacionais e internacionais com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar o Programa de Acuidade Visual e Prevenção da Cegueira. Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pelo treinamento de pessoal necessário à aplicação do Programa. Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 06 de novembro de 1992. José Maria Couto - PRESIDENTE.

*** *** ***

LEI Nº 7233 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1992

Adopta a modificação da denominação do Centro Integrado Lagos do Coração, para Centro Integrado Aida Balaio.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU PROMULGO A SEQUINTE LEI: Art. 1º - Fica modificada a denominação do Centro Integrado Lagos do Coração que passará a denominar-se de Centro Integrado Aida Balaio. Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL JOSÉ BARROS DE ALENCAR, em 06 de novembro de 1992. José Maria Couto - PRESIDENTE.

*** *** ***

LEI Nº 7234 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a isenção do IVC-Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos no Município de Fortaleza, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEQUINTE LEI: Art. 1º - Fica isento da cobrança do IVC-Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos no Município de Fortaleza, o Gás Natural Combustível, destinado ao uso nos transportes coletivos e táxis. Parágrafo Único - O processamento da isenção de que trata o "Caput" deste artigo será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, observada a legislação tributária vigente. PALÁCIO DA CIDADE, em 06 de novembro de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

*** *** ***

LEI Nº 7235 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1992

Institui o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEQUINTE LEI: Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de criar condições financeiras e de administrar os recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente. Art. 2º - O fundo de que trata esta Lei será vinculado à Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Município e gerido pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, observadas as diretrizes gerais do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado pelo COMDICA. Art. 3º - Compete ao Secretário do Trabalho e da Ação Social, sem prejuízo das suas atribuições originárias, em conjunto com o COMDICA: I - elaborar o Regimento Interno do Fundo, criado por esta Lei, que será aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo; II - elaborar o Orçamento Anual do Fundo; III - submeter à apreciação do Chefe do Poder Executivo sua programação plurianual e anual; Art. 4º - Constituirão receitas do Fundo, ora criado: I - contribuições a fundos consignadas no orçamento do Município; II - doações de contribuintes do imposto de Renda ou outros incentivos fiscais; III - dotações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais governamentais e não governamentais; IV - recursos de aplicações financeiras; V - produtos de aplicações dos recursos disponíveis à venda de materiais, publicações e eventos; VI - multas previstas nos arts. 214, 245 us que 238, da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); VII - receitas advindas de Convênios, acordos e contratos firmados pelo COMDICA. Art. 5º - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados e movimentados em estabelecimento bancário oficial, em conta específica, obedecidas as normas estabelecidas em legislação pertinente e serão aplicados de acordo com o orçamento próprio do COMDICA. Art. 6º - Compete ao Chefe do Poder Executivo, anualmente: I - fazer constar na Proposta Orçamentária do Município recursos suficientes à participação nos programas especiais às crianças e adolescentes e implementados em decorrência dos valores oriundos do Fundo ora criado. II - apresentar ao Poder Legislativo Municipal, por ocasião da Prestação de Contas Anual relatório detalhado dos trabalhos desenvolvidos pelo Fundo. Art. 7º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir à Secretaria do Trabalho e da Ação Social, crédito especial até o limite de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), no vigente orçamento. Parágrafo Único - O Crédito Especial a que se refere o "caput" deste artigo será atualizado sempre que ocorrer atualização do Orçamento do Município, de acordo com o art. 6º, II, da Lei 7034, de 17 de dezembro de 1991. Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DA CIDADE, em 06 de novembro de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

*** *** ***

LEI Nº 7236 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1992

Considera de utilidade pública o Instituto Maria Imaculada, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEQUINTE LEI: Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública o Instituto Maria Imaculada, na forma que indica. Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DA CIDADE, em 06 de novembro de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

*** *** ***

DECRETO Nº 8960, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1992

Declara de utilidade pública o Instituto Maria Imaculada, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 76, da Lei Orgânica de Fortaleza, de 05 de abril de 1990, e com apoio no Decreto-Lei

"Sem-aventurada é a nação cujo DEUS é o Senhor"

 JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES PREFEITO DE FORTALEZA PM COM PARTICIPAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	SECRETARIADO ROBERTO GERSON GRADVOHL Chefe do Gabinete do Prefeito VALMIR PONTES FILHO Procurador Geral FCO. GOMES DA SILVA CÂMARA Secretário de Administração FRANCISCO EDMO GOMES LIMA Secretário de Finanças NELO DA FONSECA PEREIRA Secretário de Trabalho e de Ação Social ANTONIO FERREIRA DE MAGALHÃES NETO Secretário dos Transportes JOSÉ ELISEU BECCO Secretário de Serviços Públicos HELDER BOMFIM DE MACÊDO Secretário de Cont. Urbano e Meio Ambiente ABNER CAVALCANTE BRASIL Secretário de Saúde GERARDO JOSÉ CAMPOS Secretário de Educação e Cultura	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO  DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL Criado pela Lei 461 de 24.05.82 Sede - Av. Francisco Sá, 2041 Fone: (085) 243.8888 PAULO COELHO ARAÚJO Diretor MARIA IVETE MONTEIRO Diretora de Divisão Operacional <table border="0"> <tr> <td>ASSINATURA TRIMESTRAL</td> <td>31.800,00</td> </tr> <tr> <td>JORNAL DO DIA</td> <td>900,00</td> </tr> <tr> <td>JORNAL ATRASADO</td> <td>1.200,00</td> </tr> <tr> <td>JORNAL DO ANO ANTERIOR</td> <td>1.800,00</td> </tr> <tr> <td>PUBLICAÇÃO POR LINHA</td> <td>600,00</td> </tr> <tr> <td>PUBLICAÇÃO MÍNIMA</td> <td>12.000,00</td> </tr> </table>	ASSINATURA TRIMESTRAL	31.800,00	JORNAL DO DIA	900,00	JORNAL ATRASADO	1.200,00	JORNAL DO ANO ANTERIOR	1.800,00	PUBLICAÇÃO POR LINHA	600,00	PUBLICAÇÃO MÍNIMA	12.000,00
ASSINATURA TRIMESTRAL	31.800,00													
JORNAL DO DIA	900,00													
JORNAL ATRASADO	1.200,00													
JORNAL DO ANO ANTERIOR	1.800,00													
PUBLICAÇÃO POR LINHA	600,00													
PUBLICAÇÃO MÍNIMA	12.000,00													

Federal nº 3365/41 e suas alterações, DECRETAR: Art. 19 - Ficam declaradas de utilidade pública para efeito de desapropriação, todas as faixas de terras, edificações e benfeitorias necessárias para a construção do PARQUE RIO BRANCO, de acordo com o projeto elaborado pela EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO. Art. 22 - Ficam excluídas da presente declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis, prédios e benfeitorias, pertencentes ao Estado e a União, situados na área discriminada. Art. 32 - Fica a EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA E URBANIZAÇÃO - EMLURB, autorizada a promover, amigavelmente, e a PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, judicialmente as desapropriações de que trata este Decreto, devendo correr as despesas por conta de recursos específicos da referida Empresa. Art. 42 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DA CIDADE, em 06 de novembro de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA.

DECRETOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13.278/91. RESOLVE APOSENTAR: NOME: Maria Marleide Silva de Magalhães. Mat. 12.003. CARGO OU FUNÇÃO: Professor D.12. LOTAÇÃO: Secretaria da Educação e Cultura do Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 40, inc. III, "b", da Constituição Federal (05.10.88); c/c arts. 112, 98, incs. III, IV, 101 (com a nova redação dada pelo art. 33 da Lei 5980, de 04/07/85), 102, 103, todos da Lei 5895, de 13.11.84 (Estatuto do Magistério do Município de Fortaleza); art. 118, § 3º (parágrafo acrescentado pela Lei 6901, de 25.06.91), da Lei 6794, de 27.12.90. DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS:

Vencimento (120 horas-aula).....	Cr\$ 276.000,00
Grat. de regência de classe 40%.....	Cr\$ 110.400,00
Grat. de nível universitário 20%.....	Cr\$ 55.200,00
Grat. anuênio 18%.....	Cr\$ 49.680,00
TOTAL DE PROVENTOS: Cr\$ 491.280,00 (quatrocentos e noventa e um mil e duzentos e oitenta cruzeiros). PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 31/08/92. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.	

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11.092/90. RESOLVE APOSENTAR: NOME: Maria Auristela Ribeiro. Mat. 7653. CARGO OU FUNÇÃO: Professor D - 5A. LOTAÇÃO: Secretaria da Educação e Cultura do Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 112, art. 98, inciso III e IV c/c os arts. 102 e 103, todos dispositivos da Lei nº 5895, de 13.11.84 (Estatuto do Magistério de Fortaleza); art. 33 da Lei nº 5980 de 04.07.85, que alterou o art. 101 da Lei nº 5895, de 13.11.84; art. 26 da Lei nº 6026, de 26.11.85, que alterou o art. 80 da Lei nº 5895, de 13.11.84; art. 118 da Lei nº 6794, de 27.12.90 e seu § 3º acrescentado pela Lei nº 6901 de 25.06.91, e art. 41 da Lei nº 7141 de 29.05.92. DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS:

Vencimento (120 horas-aula).....	Cr\$ 1.015.623,60
Grat. de Regência de Classe 40%.....	Cr\$ 338.541,20
Grat. de Nível Universitário 20%.....	Cr\$ 169.270,60

Grat. de Anuênio 29%.....Cr\$ 245.442,37
TOTAL DE PROVENTOS: Cr\$ 1.768.877,77 (um milhão, setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete cruzeiros e setenta e sete centavos). PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 11 de setembro de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5831/91. RESOLVE APOSENTAR: NOME: Maria de Fátima Coutinho Carvalho. Mat. 12.602. CARGO OU FUNÇÃO: Professor B-3. LOTAÇÃO: Secretaria da Educação e Cultura do Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 40, inc. I, da Constituição Federal (05.10.88); c/c arts. 132, inc. I, 136, inc. II, "a", 118, § 3º (parágrafo acrescentado pela Lei 6901, de 25.06.91), todos da Lei 6794, de 27.12.90. DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS:

Vencimento (120 horas-aula).....	Cr\$ 276.000,00
Grat. anuênio 13%.....	Cr\$ 35.880,00
TOTAL DE PROVENTOS: Cr\$ 311.880,00 (trezentos e onze mil e oitocentos e oitenta cruzeiros). PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 31 de agosto de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.	

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 8834/91. RESOLVE APOSENTAR: NOME: Ieda Pessoa de Aguiar. Mat. 15.498. CARGO OU FUNÇÃO: Agente de Zeladoria ANM-03. LOTAÇÃO: Secretaria da Educação e Cultura do Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 132, inciso III, art. 138, inciso IV, art. 133, inciso II, art. 32, inciso IV e art. 118 e seu parágrafo 3º, do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, Lei 6794, de 27/12/90 parágrafo 3º acrescentado pela Lei 6901, de 25.06.91). DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS:

Vencimento 60%.....	Cr\$ 138.000,00
Grat. anuênio 13%.....	Cr\$ 29.900,00
TOTAL DE PROVENTOS: Cr\$ 167.900,00 (cento e sessenta e sete mil e novecentos cruzeiros). PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 31 de agosto de 1992. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.	

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 12530/89. RESOLVE APOSENTAR: NOME: MARIA ESTELA DA SILVA. Mat. 4196. CARGO OU FUNÇÃO: Agente de Zeladoria ANM-10. LOTAÇÃO: Secretaria da Educação e Cultura do Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 115, Parágrafo Único, art. 116, inciso I, alínea "a", do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Fortaleza, Lei 4058, de 02/10/72; art. 118 e seu parágrafo 3º do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, Lei 6794 de 27/12/90 (parágrafo 3º acrescentado pela Lei 6901, de 25/06/91).

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS:

Vencimento.....	Cr\$ 230.000,00
Adicional por tempo de serviço 30%.....	Cr\$ 69.000,00
TOTAL DE PROVENTOS: Cr\$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil e zero cruzeiros).	

ANEXO C – DECRETO MUNICIPAL Nº 13.287, DE 14/01/2014

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2014

TERÇA-FEIRA - PÁGINA 18

seguir (UTM Datum Sirgas 2000 – Fuso 24S): P1=558876.8409E/9586716.4214N; P2=559013.4248E/9586677.9858N; P3=559017.2228E/9586676.7868N; P4=559024.2357E/9586670.8546N; P5=559034.6847E/9586665.8690N; P6=559122.1328E/9586638.8714N; P7=559173.6938E/9586622.7129N; P8=559198.3651E/9586614.4533N; P9=559210.9924E/9586610.4154N; P10=559209.8212E/9586603.7235N; P11=559231.5691E/9586587.3367N; P12=559244.4151E/9586574.7403N; P13=559250.6931E/9586566.3774N; P14=559263.4600E/9586545.8451N; P15=559298.4031E/9586462.2240N; P16=559307.3681E/9586438.9216N; P17=559322.7252E/9586411.3889N; P18=559354.8096E/9586358.6532N; P19=559353.6040E/9586353.9743N; P20=559326.1856E/9586322.5192N; P21=559327.8047E/9586315.1065N; P22=559329.6935E/9586310.8505N; P23=559331.6126E/9586307.6197N; P24=559333.8341E/9586304.3881N; P25=559338.8627E/9586301.4699N; P26=559342.2176E/9586296.3058N; P27=559370.5911E/9586302.6417N; P28=559381.1043E/9586303.2176N; P29=559385.7136E/9586299.6181N; P30=559386.8234E/9586293.9975N; P31=559386.9233E/9586288.6470N; P32=559365.2082E/9586211.7604N; P33=559365.5099E/9586182.5133N; P34=559372.9187E/9586159.5297N; P35=559380.6336E/9586137.9476N; P36=559398.9909E/9586089.1908N; P37=559406.6100E/9586073.0238N; P38=559410.6232E/9586061.5461N; P39=559417.1406E/9586044.7917N; P40=559457.8362E/9585959.6402N; P41=559455.3893E/9585957.6387N; P42=559411.9815E/9585939.8376N; P43=559401.5990E/9585938.7471N; P44=559384.3272E/9585942.2006N; P45=559362.3583E/9585948.1508N; P46=559132.6216E/9586019.5170N; P47=559131.8629E/9586022.4558N; P48=559154.2372E/9586082.2127N; P49=559188.7376E/9586174.9741N; P50=559187.8580E/9586183.4312N; P51=558982.2969E/9586249.4117N; P52=558981.0764E/9586252.1569N; P53=558997.0945E/9586300.1980N; P54=558997.1245E/9586310.8088N; P55=558955.0175E/9586508.9157N; P56=558951.6729E/9586525.9137N; P57=558946.5018E/9586546.7317N; P58=558940.5643E/9586560.9105N; P59=558935.8648E/9586572.3450N; P60=558908.5520E/9586638.9546N. A área da poligonal para o Parque Urbano da Lagoa do Papicu consiste na delimitação da Zona de Preservação Ambiental – ZPA 1 do referido recurso hídrico, possuindo uma área de 210.305,61 m² e perímetro de 2.352,97 m, delimitado por uma poligonal composta de 60 (sessenta) pontos e compreendida nos seguintes limites: Leste pela Av. Dolor Barreira, ao norte pela Rua Emílio Lobo Machado; ao sul pela Rua Joaquim Lima e a oeste pelas Ruas Prisco Bezerra e Rua Ribamar Lobo, conforme coordenadas a seguir (UTM Datum Sirgas 2000 – Fuso 24S): P1=558876.8409E/9586716.4214N; P2=559013.4248E/9586677.9858N; P3=559017.2228E/9586676.7868N; P4=559024.2357E/9586670.8546N; P5=559034.6847E/9586665.8690N; P6=559122.1328E/9586638.8714N; P7=559173.6938E/9586622.7129N; P8=559198.3651E/9586614.4533N; P9=559210.9924E/9586610.4154N; P10=559209.8212E/9586603.7235N; P11=559231.5691E/9586587.3367N; P12=559244.4151E/9586574.7403N; P13=559250.6931E/9586566.3774N; P14=559263.4600E/9586545.8451N; P15=559298.4031E/9586462.2240N; P16=559307.3681E/9586438.9216N; P17=559322.7252E/9586411.3889N; P18=559354.8096E/9586358.6532N; P19=559353.6040E/9586353.9743N; P20=559326.1856E/9586322.5192N; P21=559327.8047E/9586315.1065N; P22=559329.6935E/9586310.8505N; P23=559331.6126E/9586307.6197N; P24=559333.8341E/9586304.3881N; P25=559338.8627E/9586301.4699N; P26=559342.2176E/9586296.3058N; P27=559370.5911E/9586302.6417N; P28=559381.1043E/9586303.2176N; P29=559385.7136E/9586299.6181N; P30=559386.8234E/9586293.9975N; P31=559386.9233E/9586288.6470N; P32=559365.2082E/9586211.7604N; P33=559365.5099E/9586182.5133N; P34=559372.9187E/9586159.5297N; P35=559380.6336E/9586137.9476N; P36=559398.9909E/9586089.1908N; P37=559406.6100E/9586073.0238N; P38=559410.6232E/9586061.5461N; P39=559417.1406E/9586044.7917N; P40=559457.8362E/9585959.6402N; P41=559455.3893E/9585957.6387N; P42=559411.9815E/9585939.8376N; P43=559401.5990E/9585938.7471N; P44=559384.3272E/9585942.2006N; P45=559362.3583E/9585948.1508N; P46=559132.6216E/9586019.5170N; P47=559131.8629E/9586022.4558N; P48=559154.2372E/9586082.2127N; P49=559188.7376E/9586174.9741N; P50=559187.8580E/9586183.4312N; P51=558982.2969E/9586249.4117N; P52=558981.0764E/9586252.1569N; P53=558997.0945E/9586300.1980N; P54=558997.1245E/9586310.8088N; P55=558955.0175E/9586508.9157N; P56=558951.6729E/9586525.9137N; P57=558946.5018E/9586546.7317N; P58=558940.5643E/9586560.9105N; P59=558935.8648E/9586572.3450N; P60=558908.5520E/9586638.9546N.



DECRETO Nº 13.287, DE 14 DE JANEIRO DE 2014.

Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Rio Branco e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas no inciso I, V, VI, do art. 76, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO, nos termos do art. 225, *caput*, da Constituição Federal, o dever do Poder Público e da coletividade de proteger o meio ambiente para as presentes e

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2014

TERÇA-FEIRA - PÁGINA 19

as futuras gerações. CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, art. 3º, inciso IX, alínea c, a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas é considerada de interesse social. CONSIDERANDO que a criação e a manutenção de parques, dotando-os de infraestrutura, é indispensável para proporcionar a todos o direito ao meio ambiente equilibrado, nos termos do art. 194, inciso XVII, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO que o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza (PDPFOR), Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, estabelece, em seu art. 9º, inciso II, como diretriz da política de meio ambiente de Fortaleza: "ampliação, conservação, fiscalização, monitoramento, manejo e gestão democrática dos sistemas ambientais, das áreas verdes, das unidades de conservação e dos espaços públicos". CONSIDERANDO ainda que o referido dispositivo orienta a criação de parques urbanos como ação estratégica no âmbito do sistema de áreas verdes do Município de Fortaleza, nos termos do art. 20, inciso XIII. CONSIDERANDO que o Parque Rio Branco, localizado na Av. Pontes Vieira, Bairro Joaquim Távora, se encontra em área verde da cidade configurada, pelo Plano Diretor Participativo, na Macrozona de Proteção Ambiental, a qual é composta por ecossistemas de interesse ambiental, bem como por áreas destinadas à proteção, preservação, recuperação ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis. CONSIDERANDO o conceito de área verde de domínio público, conforme Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, como "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização".

DECRETA: Art. 1º Passa a denominar-se de Parque Urbano Rio Branco área verde urbana pertencente ao Sistema Municipal de Áreas Verdes. Parágrafo Único. A poligonal do parque consiste na delimitação da Zona de Preservação Ambiental 1 – ZPA 1, localizada entre as vias: Av. Pontes Vieira, Av. Visconde do Rio Branco, R. Capitão Gustavo e R. Castro Alves, delimitada no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (conforme Planta de Localização Georreferenciada, Anexo I), com área aproximada de 77.089,50 m² (setenta e sete mil, oitenta e nove metros quadrados e cinquenta centímetros quadrados) e perímetro aproximado de 1.309,20 m (um mil, trezentos e nove metros e vinte centímetros) de tal forma que a poligonal se conforma com as seguintes coordenadas (UTM Datum Sirgas 2000 – Fuso 24S): P1= 553207.88E/ 9585348.19N; P2= 553247.37E/ 9585351.63N; P3= 553286.98E/ 9585454.26N; P4= 553351.78E/ 9585449.26N; P5= 553353.86E/ 9585446.83N; P6= 553361.02E/ 9585446.39N; P7= 553363.85E/ 9585446.17N; P8= 553394.81E/ 9585444.84N; P9= 553430.85E/ 9585443.90N; P10= 553464.06E/ 9585443.20N; P11= 553460.13E/ 9585467.78N; P12= 553485.27E/ 9585471.37N; P13= 553460.13E/ 9585467.78N; P14= 553485.27E/ 9585471.37N; P15= 553503.61E/ 9585472.59N; P16= 553508.18E/ 9585472.74N; P17= 553517.34E/ 9585473.32N; P18= 553518.69E/ 9585473.41N; P19= 553523.96E/ 9585436.51N; P20= 553531.54E/ 9585397.93N; P21= 553561.52E/ 9585401.34N; P22= 553589.58E/ 9585251.45N; P23= 553484.05E/ 9585239.99N; P24= 553494.88E/ 9585175.60N; P25= 553495.24E/ 9585173.52N; P26= 553500.00E/ 9585146.36N; P27= 553500.53E/ 9585143.33N; P28= 553500.97E/ 9585140.10N; P29= 553455.72E/ 9585135.39N; P30= 553451.73E/ 9585173.85N; P31= 553369.53E/ 9585182.45N; P32= 553360.39E/ 9585194.69N; P33= 553323.33E/ 9585216.59N; P34= 553243.51E/ 9585302.40N; P35= 553218.41E/ 9585304.97N. Art. 2º Dentre as áreas verdes no Município de Fortaleza, os Parques Urbanos conformam uma categoria, cujo objetivo principal é a preservação e, em casos justificados, a proteção da cobertura vegetal da faixa de preservação permanente dos recursos hídricos e do seu entorno, compatibilizando-as com a oferta de equipamentos e espaços de lazer urbano. §1º. Para efeito deste Decreto, considerar-se-á área verde urbana os espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais. §2º. Considerando que o Parque Urbano Rio Branco apresenta equipamentos de lazer, recursos hídricos e áreas a proteger, é permitida a conservação dos equipamentos existentes. §3º. Para o Parque Urbano Rio Branco é vedada a implantação de novos equipamentos em ZPA 1 e APP, exceto os casos previstos em lei, sendo permitida a implantação em ZRA. Art. 3º O Parque Urbano Rio Branco terá as seguintes finalidades: I - Proteção dos recursos naturais incluindo: solo, corpos hídricos, fauna e vegetação, sendo admitido o manejo da vegetação com o objetivo de assegurar a manutenção dos processos ecológicos. II - Colaboração com pesquisa científica e capacitação técnica visando orientar o manejo de vegetação em áreas urbanas e o manejo da fauna, incrementando a biodiversidade. III - Fomento às atividades de educação ambiental visando difundir conceitos e estimular a adoção de práticas para a preservação ambiental, o uso sustentável de recursos naturais, a minimização e adequação da destinação de resíduos e efluentes. IV - Uso público para atividades culturais e educacionais, recreação e lazer, condicionado à observância das disposições na legislação ambiental vigente. Parágrafo Único. A implantação de infraestrutura e de edificações na área deverá limitar-se às intervenções necessárias ao desenvolvimento de atividades relacionadas às finalidades previstas neste Decreto, estando necessariamente de acordo com os usos previstos no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, adotando-se os parâmetros definidos para os projetos especiais. Art. 4º A gestão ambiental do parque é de competência da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, e se dará com base na elaboração de um Plano de Manejo próprio. §1º. As diretrizes para a gestão do parque serão acordadas com a sociedade civil e com órgãos do poder público municipal, considerando as situações ambientais, os objetivos e finalidades do parque. §2º. A sociedade civil participará da gestão do parque através de consultas públicas abertas à população e de um Conselho Consultivo. Art. 5º O Conselho Consultivo dos Parques Municipais de Fortaleza será definido por Lei. Art. 6º A gestão administrativa, considerando a execução dos serviços de manutenção e a limpeza do parque, fica a cargo da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos - SCSPP, Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - EMLURB e da Secretaria Regional, no âmbito de suas competências, considerando as diretrizes do Plano de Manejo. Parágrafo Único. A manutenção do parque pode ser realizada em cooperação com a sociedade civil, no âmbito do Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes do Município de Fortaleza, desde que o(s) adotante(s) cumpra(m) as determinações ambientais pertinentes, bem como as determinações da Lei Municipal nº 8.842, de 20 de maio de 2004, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 13.142, de 29 de abril de 2013. Art. 7º As intervenções físicas serão de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura do Município, que deverá elaborar projetos arquitetônicos e paisagísticos do parque, os quais serão submetidos à análise prévia e aprovação por parte da SEUMA, seguindo, necessariamente, as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo. Art. 8º A segurança do parque, no âmbito municipal, é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Cidadã - SESEC, em parceria com os demais entes federados, dentro de suas competências. Art. 9º A fiscalização ambiental e urbana no parque é realizada, respectivamente, pela SEUMA e Secretaria Regional competente. Art. 10. As demais secretarias municipais prestarão o apoio necessário, no âmbito de suas competências. Art. 11. As Áreas de Preservação Permanente (APP), encontradas no parque urbano, devem ser preservadas, considerando a legislação ambiental específica, de forma que: I - A vegetação da APP seja preservada. II - Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em APP, a mesma seja recomposta, ressalvados os usos autorizados previstos na legislação ambiental vigente. III - A cobertura vegetal da APP e do seu entorno apresente exemplares de vegetação nativa, exceto em casos excepcionais e justificados. IV - Em caso de supressão da vegetação, em qualquer área do parque, o corte seja autorizado previamente pela SEUMA, apontando-se obrigatoriamente o plantio de novas mudas nos seus limites, conforme Portaria expedida pela SEUMA. V - O acompanhamento do corte e do plantio de novas mudas seja realizado pela SEUMA ou pela Secretaria Regional competente, em conformidade com o Manual de Procedimentos Técnicos para Plantio, Replantio, Poda e Corte da PMF/SEUMA. VI - Não seja autorizada a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes para a implantação de equipamentos do parque. Art. 12. A inter-

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 21 DE JANEIRO DE 2014

TERÇA-FEIRA - PÁGINA 20

venção ou supressão de vegetação em APP somente poderá ser autorizada quando o requerente, entre outras exigências, comprovar. I - A inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos. II - Atendimento às condições e padrões aplicáveis aos corpos de água. III - A inexistência de risco de agravamento de processos como enchentes, erosão ou movimentos acidentais de massa rochosa. Art. 13. A gestão ambiental e a gestão administrativa do parque observarão as determinações do Plano de Manejo. Parágrafo Único. O plano será elaborado pela SEUMA, sendo consultados os demais órgãos diretamente envolvidos com a administração do parque: SCSP, EMLURB, Secretarias Regionais e SESEC. Art. 14. No plano de manejo constará: I - A caracterização urbana e paisagística. II - A caracterização do meio físico. III - A caracterização do meio biótico. IV - A caracterização socioeconômica. V - O zoneamento ambiental da área delimitada do parque. VI - As definições de manejo adequado às atividades. VII - As demais informações que se mostrarem necessárias. Art. 16. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL, em 14 de janeiro de 2014. **Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra** - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

ANEXO I PLANTA DE LOCALIZAÇÃO GEORREFERENCIADA



*** **

DECRETO Nº 13.288, DE 14 DE JANEIRO DE 2014.

Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Parreão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas no inciso I, V, VI, do art. 76, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO, nos termos do art. 225, *caput*, da Constituição Federal, o dever do Poder Público e da coletividade de proteger o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações. CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, art. 3º, inciso IX, alínea c, a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas é considerada de interesse social. CONSIDERANDO que a criação e a manutenção de parques, dotando-os de infraestrutura, é indispensável para proporcionar a todos o direito ao meio ambiente equilibrado, nos termos do art. 194, inciso XVII, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO que o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza (PDPFOR), Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009, estabelece, em seu art. 9º, inciso II, como diretriz da política de meio ambiente de Fortaleza: "ampliação, conservação, fiscalização, monitoramento, manejo e gestão democrática dos sistemas ambientais, das áreas verdes, das Unidades de Conservação e dos espaços públicos". CONSIDERANDO ainda que o referido dispositivo orienta a criação de parques urbanos como ação estratégia no âmbito do sistema de áreas verdes do Município de Fortaleza, nos termos do art. 20, inciso XIII. CONSIDERANDO que o Parque do Parreão, localizado no Bairro de Fátima, na Av. Borges de Melo e Av. Eduardo Girão, se encontra em área verde da cidade, inserida pelo Plano Diretor Participativo na Macrozona de Proteção Ambiental, a qual é composta por ecossistemas de interesse ambiental, bem como por áreas destinadas à proteção, preservação, recuperação ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis. CONSIDERANDO o conceito de área verde de domínio público, conforme Resolução CO-NAMA nº 389, de 28 de março de 2006, como "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização". DECRETA: Art. 1º Passa a denominar-se de Parque Linear do Parreão, área verde urbana pertencente ao Sistema Municipal de Áreas Verdes, conformada pelo curso do Riacho Parreão. § 1º. A poligonal do parque consiste na delimitação dos cinco trechos (01 a 04), conformando duas partes: Parreão I e II, cujas coordenadas se encontram orientadas em anexo a este Decreto (Anexo I). Art. 2º Dentre as áreas verdes no Município de Fortaleza, os Parques Lineares conformam uma categoria, cujo objetivo principal é a preservação e a recuperação da cobertura vegetal da faixa de preservação dos recursos hídricos e do seu entorno. §1º. Para efeito deste decreto considerar-se-á área verde urbana os espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana,

ANEXO D - MATÉRIA DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE SOBRE O ABANDONO DO PARQUE URBANO RIO BRANCO

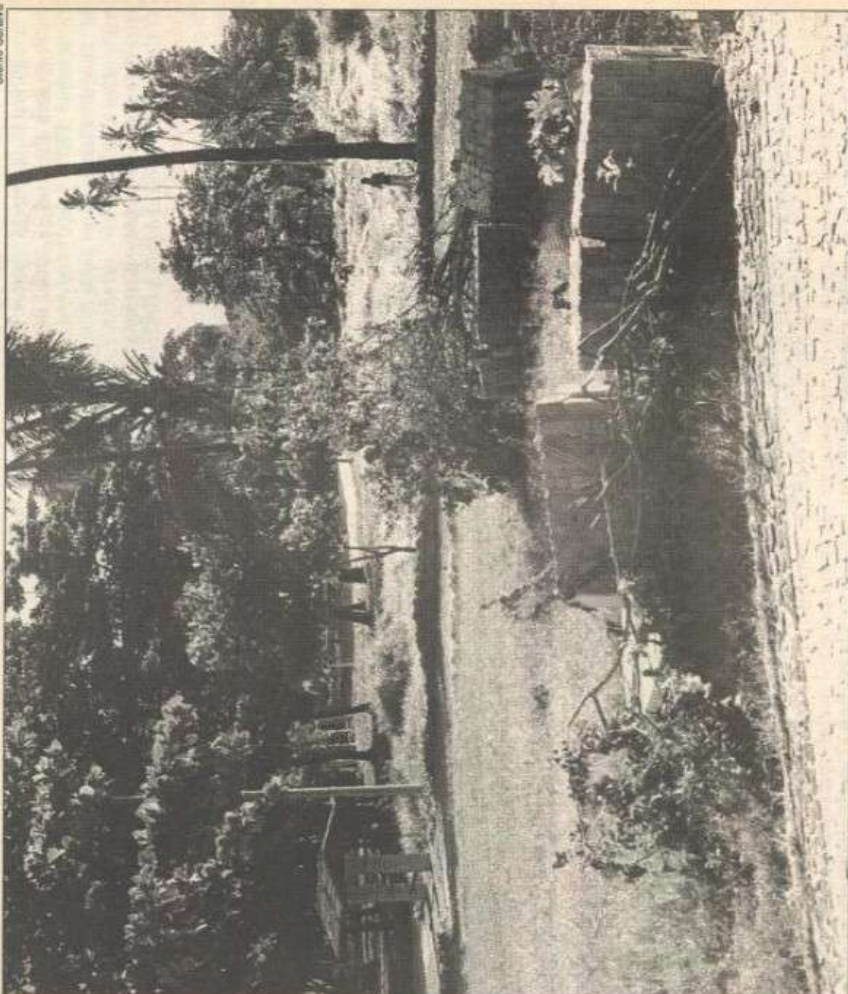
Parque Rio Branco marcado pelo abandono

A falta de policiamento efetivo deu margem, no último dia de semana, para uma gangue invadir o Parque Rio Branco e destruir pelo menos seis pilastres na entrada pela Rua Capitão Gustavo e as outras três pela Avenida 13 de Maio. Antes disso, os vândalos já vinham pichando

Parque e quebrando os bancos do local. Praticamente esquecidos pelas autoridades, os parques em geral tem servido como refúgio para marginais e para a prática de assaltos.

A moradora do bairro, Luíza Vaz, revela que tomou um susto quando se deparou com o Parque

Os moradores das redondezas do parque reclamam da falta de policiamento no local e da negligência da Prefeitura



Além da falta total de policiamento, o quadro de vinte garis, que prestavam serviço no local, caiu para apenas cinco

Mulher e infância retratadas em poesia

A partir de quarta-feira, o fortalezense vai ter contato com a poesia de Révia Lima

diz a autora, pois ao longo sua vida, a poesia brotou espontaneamente. Nunca, po-

natureza, o mar, o céu, a noite, a aurora que ela definiu como a chegada da ale-

talvez provinciana. O quarto módulo do livro traz poesia de projeção, em que

ANEXO E - MATÉRIA DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE SOBRE DESOCUPAÇÃO DE FAMÍLIA SEM ACESSO A MORADIA NO PARQUE URBANO RIO BRANCO.

Diário do Nordeste

CIDADE

PÁGINA 12

Fortaleza, Ceará - Quinta-feira, 27 de julho de 2006

CASA NOVA

Parque Rio Branco é desocupado

Dezenove famílias sem-teto recomeçarão a vida em um novo lar. São 61 pessoas que moravam irregularmente há cinco anos no Parque Rio Branco, na Avenida Pontes Vieira, disputando espaço com ratos, rezando a cada chuva para que as tábuas do abrigo continuassem de pé.

Agora, essas famílias terão uma casa de verdade, numa vila de cerca de 100 casas, no Bairro Mondubim, com dois quartos, sala, banheiros, cozinha, área de serviço e até quintal.

Durante toda a manhã de ontem, a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), trabalhou na transferência dessas pessoas, transportando seus móveis e tratando de logo derrubar os barracos desocupados. Até cachorros, cavalos e inúmeros foram levados



Fotos: Francisco Sousa

OS BARRACOS FORAM desocupados e demolidos imediatamente

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DO PREÇO ELETRÔNICO Nº 2107.31/2006. Contratante: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte; Contratada: NPR INDÚSTRIA COM. E IMP. DE PRODUTOS PARA INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Aquisição de Geladeiras, na Cor Branca com capacidade de 280 lit destinado ao PSF - Programa de Saúde da Família, para o Município de Limoeiro do Norte. Fundamento Legal: Lei 8.656/93 e suas alterações. Data da Assinatura: 24 de Julho de 2006. Limoeiro do Norte - Ce, 24 de Julho de 2006.

18-52/699

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2707.02/2006. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ, comunica aos interessados que no próximo dia 14 de Agosto de 2006 às 11:00 horas, estará abrindo Licitação do Tipo Menor Preço na Modalidade Tomada de Preços sob o Nº 2707.02/2006, cujo Objeto é a Construção de 172 Unidades Sanitárias. O Edital estará a disposição dos interessados a partir desta data na Sede desta Prefeitura no Centro Administrativo José Fernandes Castelo-Colibris, das 08:00 às 13:00 horas. Tauá - Ce, 26 de Julho de 2006. Jório de França Sobrinho - Presidente da CPL.

18-52/699

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2707.01/2006. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ, comunica aos interessados que no próximo dia 14 de Agosto de 2006 às 09:00 horas, estará abrindo Licitação do Tipo Menor Preço na Modalidade Tomada de Preços sob o Nº 2707.01/2006, cujo Objeto é a Construção de 479 Sistemas de Placas, conforme Projeto Básico Anexo. O Edital estará a disposição dos interessados a partir desta data na Sede desta Prefeitura no Centro Administrativo José Fernandes Castelo - Colibris, das 08:00 às 13:00 horas. Tauá - Ce, 26 de Julho de 2006. Jório de França Sobrinho - Presidente da CPL.

18-52/699

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 06/0203/TP/0. A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapipoca, torna público que no dia 15 de Agosto de 2006, às 16:00 horas, na Sala de Comissão de Licitação, localizada na Av. Monsenhor Tabosa, 3027 - Julho - Ginásio Coberito - Itapipoca - CE, receberá propostas para: Construção, Reforma e Ampliação da EEB João Batista Pires no Distrito de Bela Vista, no Município de Itapipoca. MODALIDADE: Tomada de Preço. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante pagamento de uma taxa de custo no valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

31/10/2024, 10:05

Ministério Público do Estado do Ceará

Resultado da Consulta

Número do MP: 09.2022.00032748-4 - Procedimento Administrativo-PA

Situação: Sobrestado

Data da instauração: 08/09/2022 às 12:54

Objeto: Procedimento destinado ao acompanhamento do projeto de requalificação do Parque Rio Branco a ser promovido pela SEUMA, visando ao cumprimento pela Prefeitura de Fortaleza dos preceitos constantes na legislação referente à Zona de Proteção Ambiental.

Município do fato: Fortaleza - CE

Órgão responsável: 136ª Promotoria de Justiça de Fortaleza

Assunto CNJ\CNMP: Área de Preservação Permanente

Classe CNJ\CNMP: Procedimento Administrativo

Partes

Participação	Registrado civilmente como	Nome Social
Manifestante	Herbet Lima	
Compromitente	Ministério Público do Estado do Ceará	

Movimentações

Data	Movimentação
29/10/2024	Cópia de documentos realizada <i>Origem: 092022000327484 Destino: 022024000549525</i>
25/10/2024	Encaminhamento ao Membro
23/10/2024	Ofício
23/10/2024	Encaminhamento ao Membro
08/10/2024	Certidão / Informação
08/10/2024	Certidão / Informação
27/09/2024	Outras Providências
27/09/2024	Encaminhamento ao Membro
30/08/2024	Certidão / Informação
30/08/2024	Juntada
30/08/2024	Juntada
19/08/2024	Cópia de documentos realizada <i>Origem: 022024000409936 Destino: 092022000327484</i>
16/08/2024	Juntada

https://mpce.mp.br/servicos/consulta_processos/servicos-saj-mp/consultar-processos-saj-mp/

1/11

ANEXO G – E-MAIL PARA DO MOVIMENTO PROPARGUE PARA O PROMOTOR FÁBIO VINICIUS OTONI FERREIRA, SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO 09.2022.00032748-4, REFERENTE À REFORMA DO PARQUE RIO BRANCO, EM CURSO.

De: Luísa Vaz <luisa_revisa@hotmail.com>

Enviado: quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024 19:33

Para: 136prom.fortaleza@mpce.mp.br

Assunto: Processo Administrativo 09.2022.00032748-4: considerações do Movimento Proparque

Ao Sr. Promotor

Fábio Vinicius Otoni Ferreira

4a. Promotoria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano do MPCE

Vimos, por este meio, respeitosamente, em nome do Movimento Proparque, expor o que segue e pedir suas providências no que compete ao Processo Administrativo 09.2022.00032748-4, referente à reforma do Parque Rio Branco, em curso.

01. ARENINHA JÁ EM EXECUÇÃO – Na manhã do sábado de Carnaval, dia 10 de fevereiro de 2024, o barulho de máquinas às 9h30min indicava homens trabalhando no Parque Rio Branco, apesar da chuva, fato que nos pareceu bastante estranho. Para quem conviveu com décadas de abandono da prefeitura para com esse bem público, tanta dedicação nos pareceu suspeita. Embora não tenhamos visto, já que o parque está fechado (e só tivemos permissão para entrar no dia 9 de outubro de 2023), sabemos, através de pessoa do bairro que tem acesso ao local, que a areninha já está em execução. Ocorre que os estudos exigidos pela Promotora Jaqueline Faustino não foram entregues, portanto, a prefeitura não teria autorização para a construção desse equipamento.

02. REFORMA TERIA CAUSADO TRANSTORNOS EM CASAS – Naquela mesma manhã, a forte chuva causou imensos transtornos na Castro Alves, rua que faz limite com o parque, e algumas famílias tiveram suas casas invadidas pelas águas que normalmente se dirigem ao parque, mas estavam impedidas de seguir seu curso, já que haviam sido colocados tapumes de metal na entrada do riacho que recebe essas águas no parque pela confluência das ruas Pe. Antonino e Castro Alves. As águas se acumularam em grande volume e invadiram casas, problema só resolvido com a presença de duas equipes da Defesa Civil e a retirada do referido tapume. Na opinião de alguns moradores do bairro, o acúmulo de água teria sido maior devido a aterramentos feitos nas "praças" nas entradas da rua Capitão Gustavo e das avenidas Pontes Vieira e Visconde do Rio Branco. Esses aterramentos não foram mencionados no memorial descritivo do projeto, tampouco foi feito estudo de impacto ambiental na área.

03. DEMOLIÇÃO DO PALCO DO ANFITEATRO – Uma novidade é que demoliram o anfiteatro e não se sabe o motivo, já que esse serviço também não está informado no projeto exposto oralmente. Uma fonte nos disse ter visto o riacho próximo à entrada da avenida Visconde do Rio Branco ser coberto por blocos de cimento. A ser verdade, tal situação pode também ter contribuído para aumentar o alagamento na rua Castro Alves, já que as águas da rua são dirigidas para a avenida Aguanambi pelo escoamento que passa por baixo da avenida Visconde do Rio Branco.

04. NEGADO ACESSO À COMISSÃO DE PROFESSORES DA UFC

Senhor Promotor, os fatos aqui narrados, somados aos antecedentes de falta de transparência desse projeto, desde o seu início até o presente momento, tornam-se mais graves quando a comissão de professores da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC), criada pela Pró-Reitoria de Extensão para elaborar um parecer técnico sobre o projeto de reforma do parque teve o acesso ao local negado reiteradamente nos meses de dezembro de 2023, janeiro e fevereiro de 2024. A Prefeitura de Fortaleza se coloca como suspeita de estar executando uma obra com graves falhas ao não querer os olhares da ciência sobre ela. Em sua sabedoria, o povo afirma: "quem não deve não teme".

05. ALTERNATIVA LOCACIONAL PARA A ARENINHA – A prefeitura resolveu instalar uma areninha no parque Rio Branco, porém, por ser Zona de Preservação Ambiental (ZPA), o local é inadequado, dado que a ZPA se destina a manter intocados o poder de germinação do solo, a vida tanto nas formas vegetais como na avifauna. Estas características da ZPA seriam alteradas, conforme o parecer emitido pelos biólogos Gabriel Aguiar e Liana Queiroz, já anexado neste processo administrativo. Nós do Movimento Proparque não somos contra a prática de esportes em areninha ou em outros espaços. Tanto isso é verdade que o "campinho de areia" hoje existente no Parque Rio Branco é conquista nossa, datada de 1998, em audiência pública da Câmara Municipal. À prefeitura cabe encontrar outro terreno onde instalar a areninha, no bairro Joaquim Távora ou em outro próximo: na Comunidade Maravilha, a areninha poderia ser instalada no centro esportivo já construído no Km zero da BR 116, relativamente próximo do Parque Rio Branco – para desportistas, uma pequena distância; no bairro Joaquim Távora, poderia desapropriar o antigo campo do time Primeiro de Maio, na R. João Cordeiro, hoje pertencente à empresa de transportes São Benedito.

06. SUGERIMOS A VISITA DA EQUIPE TÉCNICA DO MP ÀS OBRAS DA REFORMA – Nós, membros do Movimento Proparque, sugerimos a V.S^a, visitar a reforma do parque em andamento, com a equipe técnica do Ministério Público Estadual, ocasião em que queremos estar presentes, pois também queremos ver o que está sendo feito e contribuir com o conhecimento prático que temos, como moradores da cidade, como usuários do Parque Rio Branco e como primeiros interessados nos serviços ambientais que nossa Zona de Preservação Ambiental (ZPA) presta à cidade e a nossas vidas. Para isso e por isso as ZPA foram instituídas no Plano Diretor Participativo (Lei Complementar 062/2009), com a exigência de que tenham Plano de Manejo, Plano Gestor, Conselho Gestor integrado pela sociedade civil e estudo ambiental antes de obras como a reforma aqui comentada. Já a Lei Complementar 235, de 28.jun.2017, reforça a exigência de estudos prévios de impacto ambiental na implantação de parques em ZPA, o que entendemos que se aplica a esta reforma do Parque Rio Branco, salvo melhor juízo. Por isso rogamos ao senhor que seja feita uma visita técnica para avaliar e corrigir, se for o caso, as razões das inundações nas ruas adjacentes ao parque. Temos indício de que, ao elaborar esse projeto, a prefeitura não considerou a categoria de Zona de Preservação Ambiental do Parque, tampouco percebeu que nele existem pelo menos três nascentes já identificadas, que o parque funciona como um receptor de águas pluviais que vêm de diversos pontos do bairro e de bairros adjacentes e que nosso parque é Área Verde Pública, conforme a Resolução do Conama 369, de 2006, com relevante papel urbanístico, única área verde pública entre o Parque do Cocó e o Polo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio, na zona Oeste da cidade.

07. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE – Chamamos sua atenção para um aspecto em geral negligenciado por quem trata da Zona de Preservação Ambiental criada no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR): a ZPA aplica na legislação local o princípio da subsidiariedade, afirma o jurista João Alfredo Telles Melo, ao emitir seu parecer sobre a proposta de reforma do Parque Rio Branco. Porque o Artigo 63 da Lei Complementar 062/2009 garante a todo o território da ZPA as mesmas características da Área de Preservação Permanente (APP) definida na Lei Federal 9.985 de 2000 para os rios, riachos, lagoas e lagos naturais ou artificiais. Como ZPA é o mesmo que APP, com maior carinho, respeito e atitude de precaução deveria a prefeitura planejar e executar qualquer intervenção na ZPA Parque Rio Branco.

*Maria Luísa Vaz Costa-
Coordenadora do Movimento Proparque*

ANEXO H – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – PARQUE RIO BRANCO

Diagnóstico Ambiental-Parque Rio Branco

Mandato Fortaleza Verde - Vereador Gabriel Aguiar

Introdução

O presente Diagnóstico tem o objetivo de caracterizar e apresentar a paisagem do Parque Rio Branco, composta pelos seus elementos naturais e elementos antrópicos presentes na região. Este documento servirá para compreender as questões socioambientais associadas ao funcionamento do Parque, permitindo assim uma melhor gestão e conservação da infraestrutura do Parque Rio Branco e seus recursos naturais.

Zoneamento ambiental e urbanístico

O Parque Rio Branco foi reconhecido pelo Decreto 13.287/2014 e alterado pelo Decreto 15.213/21, conforme imagens a seguir. Está situado em uma Zona de Preservação Ambiental de Recursos Hídricos (ZPA1), de acordo com o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (LC 62/2009). Como será detalhado adiante, no Parque Rio Branco se encontram riachos e nascentes que irão desaguar no rio, que hoje se encontra canalizado, na avenida Aguanambi, reforçando a importância da proteção dessas áreas.

Diagnóstico Ambiental - Parque Rio Branco



Figura 1: Macrozoneamento de Fortaleza de acordo com o PDP de 2009 e detalhes nas alterações dos decretos de 2014 e 2021.

A seguir são demonstrados detalhes das alterações na poligonal nos decretos de 2014 e 2021. As alterações ajustaram algumas áreas verdes que tinham ficado de fora da poligonal de 2014, bem como excluiu algumas áreas com edificações consolidadas.

Diagnóstico Ambiental - Parque Rio Branco

Figura 2: Detalhamento das alterações nas poligonais dos decretos de 2014 e 2021.

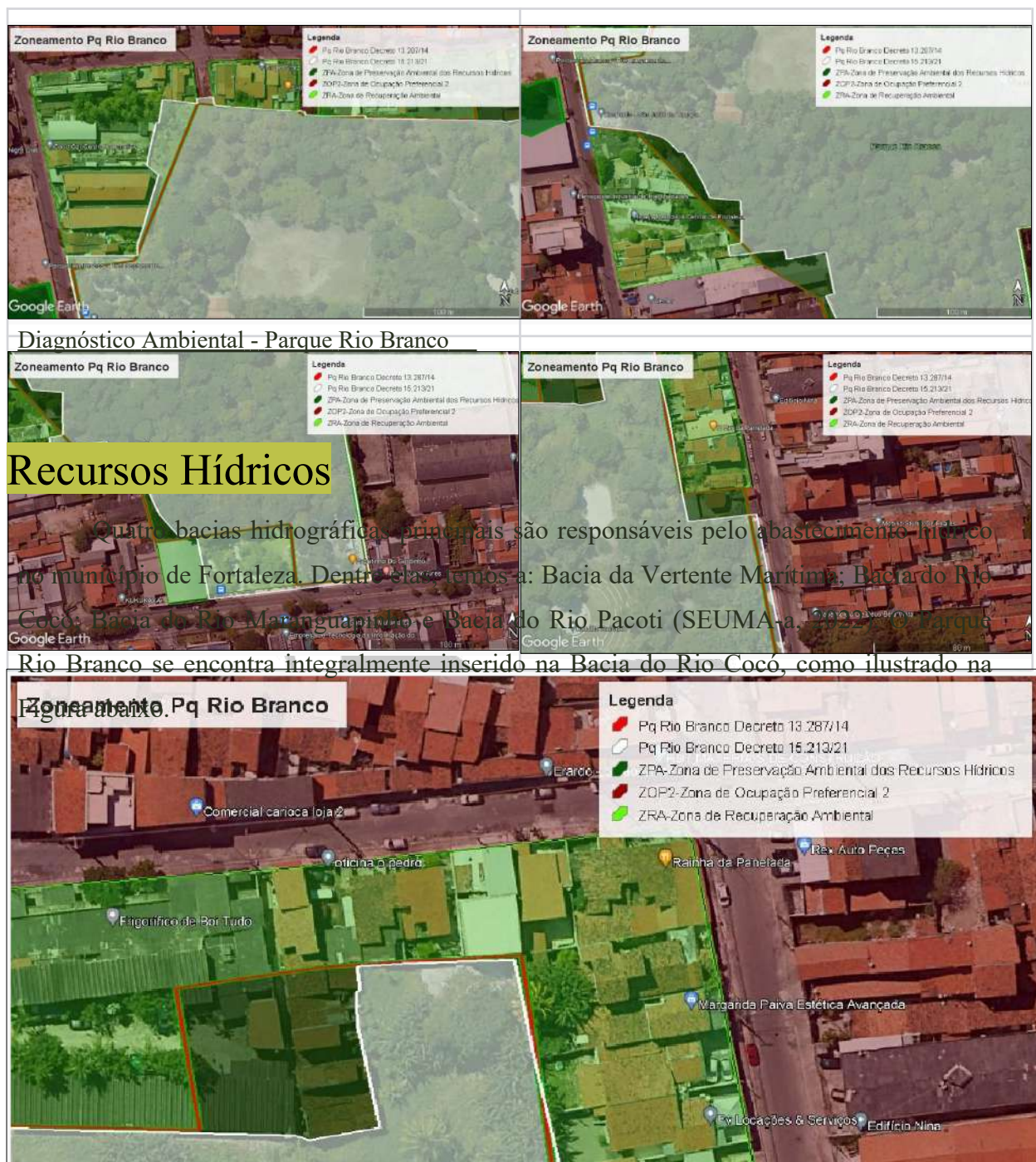




Figura 3: Localização do Parque Rio Branco (Delimitado em verde claro) dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó. Fonte: Canal Urbanismo e Meio Ambiente - Bacias Hidrográficas. Adaptado de Google Earth

O Parque Rio Branco está situado na Bacia do Rio Cocó (Figura 3), conta com a presença de três cursos hídricos, um deles conhecido como Riacho Rio Branco. De acordo com os pesquisadores Araújo & Mota (2013), o Parque Rio Branco é um dos últimos trechos remanescentes da Sub-Bacia B1 que disponibiliza serviços ambientais para a população, como proteção de recursos hídricos e do solo, manutenção de vegetação ciliar, entre outros. O estudo ressalta ainda a presença de pelo menos duas nascentes, conhecidas como olhos d'água. Ainda que sejam intermitentes, as nascentes são assim configuradas e devem ser protegidas de acordo com a Resolução Conama 303/02:

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:
(...)

II - nascente ou olho d'água: local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea;

Os recursos hídricos do Parque Rio Branco confluem para o Canal da Aguanambi, com o percurso hídrico totalmente canalizado de forma fechada e subterrânea. Somente na área onde o Parque está inserido há vegetação, estando toda a área restante ocupada, regular e irregularmente.

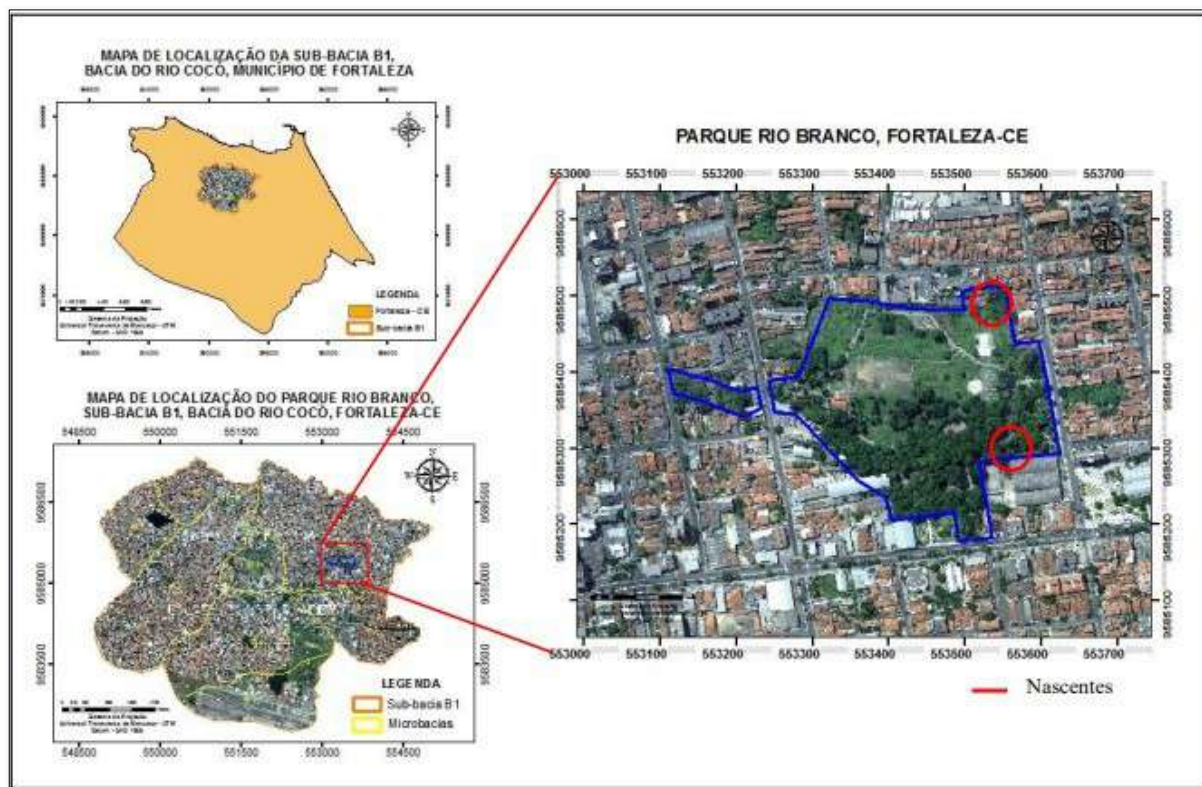


Figura 4: Localização das nascentes do Parque Rio Branco em Vermelho. Fonte: Araújo & Mota 2012

Os referidos riachos têm seu nível da lâmina d'água abastecido tanto pela contribuição da própria nascente que alimenta os riachos, como também pela água das chuvas e por efluentes domésticos das residências próximas ao Parque, sendo esta uma fonte crônica de poluição desses corpos d'água.

Atualmente os riachos encontram-se consideravelmente assoreados, com a altura da lâmina d'água inferior a um metro (Figura 5). Contudo, há relatos históricos dos moradores do bairro Joaquim Távora e usuários do Parque Rio Branco do uso desses riachos para banho e recreação, tendo uma profundidade muito superior à encontrada atualmente.

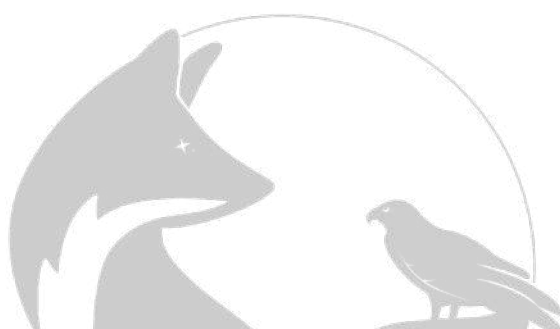




Figura 5: Registro de um dos riachos presentes na área do Parque Rio Branco. Fonte: Rosália Aguiar

Pode-se, portanto, observar a evolução similar dos corpos hídricos superficiais situados em grandes cidades, uma vez que de forma análoga o Açude Santo Anastácio, situado na Universidade Federal do Ceará, e muito outros corpos d'água do município de Fortaleza tiveram a qualidade e características das suas águas prejudicadas pela ocupação humana nos arredores. Essa ocupação contribui para a poluição, a contaminação e o assoreamento desses corpos hídricos através do lançamento de rejeitos humanos (lixo e esgoto in natura), sendo essa poluição também visível nos riachos do Parque Rio Branco (Figura 6).



Figura 6. Registro de lixo e detritos, oriundos do sedimento da galeria pluvial, em um dos riachos do Parque Rio Branco. Fonte: Ademir Costa.

Meio Biótico

A caracterização do meio biótico da área do Parque Rio Branco foi didaticamente dividida em duas maiores seções: Flora e Fauna Terrestre. Em ambas as seções, primeiramente, serão abordadas as espécies nativas para então, posteriormente, tratar das espécies exóticas e de suas problemáticas associadas.

Vegetação e Flora

Um levantamento da arborização no Parque Rio Branco publicado em 2016 registrou um total de 116 espécies em 1856 indivíduos, distribuídos em árvores (84,10%), arbustos (12,39%) e ervas (3,51%). Dessas espécies, 67,07% dos exemplares são exóticos e 31,41% nativos. As espécies mais abundantes são a Castanhola, o Coco e a Mangueira. O levantamento de 2016 registrou ainda duas espécies ameaçadas de extinção: a Aroeira-do-Sertão (*Myracrodruon urundeuva*) e o Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*) (Silva, 2016).



A vegetação é composta por plantas dos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, na Tabela a seguir é apresentado pelo menos 34 espécies arbóreas e 18 famílias botânicas,

dentre espécies nativas e exóticas feitas em colaboração com o movimento Pró-árvore (Tabela 1).

Tabela 1: Lista da flora presente na área do Parque Urbano Rio Branco.

Táxon	Nome Científico	Nome Popular
Anacardiaceae	<i>Spondias mombin</i>	Cajazeiro
	<i>Tapirira guianensis</i>	Pau-pombo
Annonaceae	<i>Annona glabra</i>	Araticum-do-brejo
Arecaceae	<i>Acrocomia aculeata</i>	Macaúba
	<i>Cocos nucifera</i> *	Coqueiro
Bignoniaceae	<i>Jacaranda</i> sp.	Jacarandá
Boraginaceae	<i>Cordia oncocalyx</i>	Pau-branco
Caricaceae	<i>Carica papaya</i> *	Mamoeiro
Capparaceae	<i>Crateva tapia</i>	Trapiá
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i>	Oiti
	<i>Microdesmia rigida</i>	Oiticica
Combretaceae	<i>Terminalia catappa</i> *	Castanholeira
Fabaceae	<i>Andira</i> sp.	Angelim
	<i>Anadenanthera colubrina</i>	Angico
	<i>Calliandra</i> sp.	Caliandra
	<i>Enterolobium timbouva</i>	Timbaúba
	<i>Erythrina velutina</i>	Mulungu
	<i>Hymenaea</i> sp.	Jatobá
	<i>Inga</i> sp.	Ingá
	<i>Libidibia ferrea</i>	Jucá
	<i>Pithecellobium dulce</i> *!	Mata-fome
	<i>Samanea tubulosa</i>	Bordão-de-velho
Melastomataceae	<i>Mouriri guianensis</i>	Gurguri
Meliaceae	<i>Azadirachta indica</i> *!	Nin-indiano
	<i>Cedrela odorata</i>	Cedro
Moraceae	<i>Ficus benjamina</i> *	Benjamin

Musaceae	<i>Musa paradisiaca</i> *	Bananeira
Myrtaceae	<i>Syzygium cumini</i> *!	Azeitona-preta
	<i>Syzygium malaccense</i> *	Jambeiro
Polygonaceae	<i>Triplaris gardneriana</i>	Pajeú
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i>	Jenipapo
	<i>Morinda citrifolia</i> *	Noni
	<i>Tocoyena</i> sp.	Jenipapo-bravo
Urticaceae	<i>Cecropia</i> sp.	Torém

Legenda: * Espécies exótica; ! Espécie invasora. Fonte: Bruno Guilhon; Movimento Pró-Árvore.

O Parque Rio Branco é bastante arborizado, contudo é notável a riqueza de espécies exóticas (correspondendo a aproximadamente 30% das espécies amostradas), bem como a sua dominância em comparação com as espécies nativas. A espécie vegetal mais abundante é a Castanholeira (*Terminalia catappa*), estando presente em quase toda a extensão do Parque. Contudo, vale ressaltar a presença também da Azeitona-preta (*Syzygium cumini*), Mata-fome (*Pithecellobium dulce*) e Nin-indiano (*Azadirachta indica*), espécies presentes no Parque e com alto potencial de invasão e que dificultam ou impedem a germinação de espécies nativas na sua área de inserção, devido a efeitos alelopáticos e/ou de sombreamento sobre elas (FABRICANTE, 2014).

Ao percorrer as trilhas do Parque é possível perceber que são feitas podas com certa constância, sendo algumas delas drásticas e destrutivas. Estas ações, quando não realizadas sob orientação técnica, causam impactos na estrutura, devido ao desbalanço do peso dos galhos em um dos lados da árvore. Uma consequência deste tipo de manejo da vegetação é a queda de árvores. Isso acaba forçando espécimes nativos a investirem energia em rebrota e ainda a competirem com espécies de crescimento rápido e/ou exóticas de potencial invasor, bem adaptadas ao crescimento em ambientes impactados, contribuindo ainda mais para a dispersão das espécies exóticas invasoras da flora na área do Parque Rio Branco.

Fauna Terrestre

Dentro dos 7,8 hectares que correspondem a área do Parque Rio Branco foram observadas em um levantamento preliminar pelo menos 23 espécies de animais nativos (Tabela 2). No entanto, esse levantamento é sub-amostrado já que temos registros feitos

pela população do entorno e dos frequentadores do Parque de espécies de cobras, cassacos e inúmeras outras aves. Para efeitos comparativos, o levantamento de fauna realizado em 2020 pelo Plano de Manejo do Parque do Cocó levantou um total de 12 espécies de mamíferos terrestres, 26 répteis, 16 anfíbios e 160 espécies de aves. Muitas dessas espécies têm ocorrência potencial no Parque Rio Branco.

As espécies observadas estão distribuídas entre os grupos da herpetofauna (correspondendo aos répteis e anfíbios), mastofauna (mamíferos) e ornitofauna (aves). As espécies foram amostradas por meio de registros fotográficos e durante visitas esporádicas ao Parque Rio Branco, por meio de busca ativa, sendo assim possível observar e identificar uma considerável parcela da diversidade presente no Parque. Contudo, levantamentos sistemáticos mais consistentes devem ser realizados, a fim de conhecer mais apropriadamente as espécies nativas presentes.

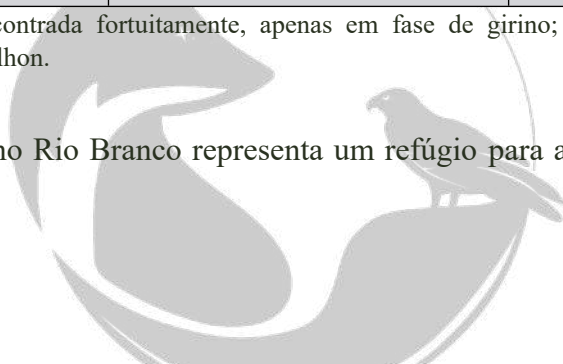
Tabela 2: Lista da fauna presente na área do Parque Rio Branco.

Táxon	Nome Científico	Nome Popular
ANFÍBIOS		
Leptodactylidae	<i>Leptodactylus</i> sp. ¹	Rã
RÉPTEIS		
Squamata		
Iguanidae	<i>Iguana iguana</i>	Iguana
Tropiduridae	<i>Tropidurus hispidus</i>	Calango
AVES		
Pelecaniformes		
Ardeidae	<i>Tigrisoma lineatum</i>	Socó-boi
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	Socó-dorminhoco / Savacu
Accipitriformes		
Accipitridae	<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó
Gruiformes		
Rallidae	<i>Aramides cajaneus</i>	Saracura-três-potes / Siricoia
Strigiformes		
Strigidae	<i>Glaucidium brasilianum</i>	Caburé

Columbiformes		
Columbidae	<i>Columba livia</i> *	Pombo
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa
	<i>Columbina squammata</i>	Fogo-apagou
Cuculiformes		
Cuculidae	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco
Apodiformes		
Trochilidae	<i>Amazilia leucogaster</i>	Beija-flor-de-barriga-branca
Falconiformes		
Falconidae	<i>Caracara plancus</i>	Carcará
Psittaciformes		
Psittacidae	<i>Brotogeris chiriri</i>	Periquito-do-encontro-amarelo
Passeriformes		
Tyrannidae	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi
	<i>Machetornis rixosa</i>	Suiriri-cavaleiro
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri
Turdidae	<i>Turdus leucomelas</i>	Sabiá-barranco
Icteridae	<i>Icterus jamaicae</i>	Corrupião
Thraupidae	<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaçu-cinzento
Fringillidae	<i>Euphonia chlorotica</i>	Fim-fim
MAMÍFEROS		
Carnivora		
Felidae	<i>Felis silvestris catus</i> *!	Gato-doméstico / Gato
Primates		
Callitrichidae	<i>Callithrix jacchus</i>	Soim

Legenda: ¹ Espécime encontrada fortuitamente, apenas em fase de girino; * Espécie exótica; ! Espécie invasora. Fonte: Bruno Guillon.

O Parque Urabno Rio Branco representa um refúgio para a vida silvestre nativa da

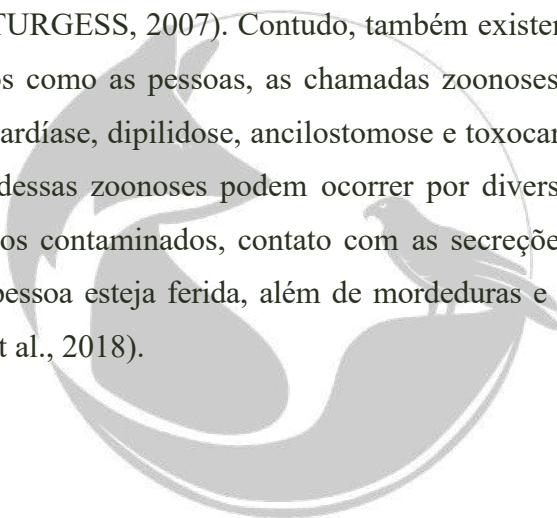


cidade de Fortaleza, fortemente impactada e isolada em pequenos fragmentos florestais presentes no município. Nós compartilhamos a cidade com diversas outras espécies de animais e vegetais, que apresentam suas áreas de vida estranguladas pelo crescimento das cidades. Manter o Parque Urbano Rio Branco protegido é garantir a sobrevivência dessas espécies na nossa cidade.

A presença das aves já proporciona ao Parque o potencial de se tornar um ponto de observação de aves para fins de educação ambiental e lazer da comunidade do entorno. A observação de aves ou “passarinhar”, como é referida a atividade pelos inúmeros praticantes, é uma ótima fonte de lazer; bem-estar e de obtenção de conhecimento. A atividade, não somente promove a aprendizagem, mas também aumenta a conexão entre as pessoas e o meio ambiente, gerado desta forma um impacto positivo na saúde e bem-estar das pessoas, bem como na melhora do funcionamento do sistema imunológico e aumento da criatividade (GRINDE; PATIL, 2009; KUO, 2015).

As espécies exóticas invasoras são uma das maiores ameaças globais à conservação da biodiversidade. O gato-doméstico (*Felis silvestris catus*) e o cachorro (*Canis lupus familiaris*) configuram-se como duas das espécies exóticas invasoras mais comuns no ecossistema terrestre (LOWE et al., 2000; WITTENBERG; COCK, 2001). Dentre os mamíferos silvestres mais impactados pela presença de cães e gatos estão: o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), a raposa (*Cerdocyon thous*) e o soim (*Callithrix jacchus*).

Os principais riscos ao bem-estar dos gatos associados ao ambiente da rua são: a contaminação por doenças, crias indesejadas e injúrias ou mesmo a morte (MACHADO et al., 2019). Na rua os gatos estão expostos a sofrerem acidentes, bem como a serem reservatórios de muitos patógenos, o que pode desencadear uma série de efeitos danosos para coespecíficos, outras espécies animais, bem como para as pessoas. Por exemplo, as infecções virais são doenças sistêmicas, autoimunes, de prognóstico ruim e que perduram a vida toda do animal, com grande impacto na saúde e no bem-estar dos gatos infectados (ROCHLITZ, 2005; STURGESS, 2007). Contudo, também existem as doenças que podem acometer tanto os gatos como as pessoas, as chamadas zoonoses, como a: esporotricose, toxoplasmose, raiva, giardíase, dipilidose, ancilostomose e toxocaríase (MACHADO et al., 2019). A transmissão dessas zoonoses podem ocorrer por diversos meios, como contato com as fezes dos felinos contaminados, contato com as secreções e lesões dos gatos em locais onde a pele da pessoa esteja ferida, além de mordeduras e arranhaduras pelos gatos infectados (SANTOS et al., 2018).



REFERÊNCIAS

- BRASIL. LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasil. 2000.
- CONAMA. RESOLUÇÃO 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 - Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social de baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção de supressão de vegetação em área de preservação permanente - APP. Diário Oficial da União, Brasil, 2006.
- FABRICANTE, Juliano Ricardo. Plantas exóticas e exóticas invasoras da Caatinga - Florianópolis, SC: Bookess, v. 4, p. 50, 2014.
- FORTALEZA. LEI COMPLEMENTAR Nº 062, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 - Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Fortaleza, 2009.
- FORTALEZA. DECRETO Nº 13.287, DE 14 DE JANEIRO DE 2014 - Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Rio Branco e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Fortaleza, 2014.
- KUO, M. How might contact with nature promote human health? Promising mechanisms and a possible central pathway. *Frontiers in psychology*, v. 6, p. 1093, 2015.
- LOWE, S. et al. 100 of the world's worst invasive alien species: a selection from the global invasive species database. *Invasive Species Specialist Group*, 2000.
- MACHADO, Daiana de Souza et al. A importância da guarda responsável de gatos domésticos: Aspectos práticos e conexões com o bem-estar animal. *Revista Acadêmica Ciência Animal*, v. 17, p. 1-13, 2019.
- POWELL, K. I. et al. Invasive Plants Have Scale-Dependent Species-Area Relationships. *science*, v. 339, n. 6117, p. 316-318, 2013.
- SANTOS, et al. Guia Prático para enfrentamento da Esporotricose Felina em Minas Gerais. *Rev V&Z*, n 38(137), p 16-27, 2018.
- SEUMA-a. Canal Urbanismo e Meio Ambiente - Arquivos KMLs e KMZs. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/infocidade/11-arquivos-kml-s-e-km-z-s>. Acesso em: 11 de Maio de 2022.
- SEUMA-b. Canal Urbanismo e Meio Ambiente - Parque Rio Branco. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/728-parque-rio-branco>. Acesso em: 09 de Julho de 2022.
- ROCHLITZ, I. A review of the housing requirements of domestic cats (*Felis silvestris catus*)

kept in the home. *Appl Anim Behav Sci.*, n 93(1-2), p. 97-109, 2005.

SIMBERLOFF, D.; REJMÁNEK, M. *Encyclopedia of Biological Invasions*. Univ of California Press, 2011.

STURGESS, K. Disease and Welfare. In: Rochlitz I. *The Welfare of Cats*. Dordrecht: Springer; p. 205, 2007.

TUNNER, D. C.; BATESON, P. P. G. *The domestic cat: the biology of its behaviour*. Cambridge University Press, 2000.

WITTENBERG, R.; COCK, M. J. W. *Invasive alien species. A Toolkit of Best Prevention and Management Practices*. Publication of GISP, CAB International, Wallingford, Oxon, UK, 2001.

